



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

SUÉLLEN BEZERRA ALVES

SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil

**RECIFE
2014**

SUÉLLEN BEZERRA ALVES

SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a Dra. Juliane Feix Peruzzo

**RECIFE
2014**

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

A474s	Alves, Suéllen Bezerra Serviço Social e envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil / Suéllen Bezerra Alves. - Recife : O Autor, 2014. 138 folhas : il. 30 cm. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2014. Inclui referências e anexos. 1. Velhice. 2. Assistência à velhice. 3. Serviço Social – estudo e ensino. I. Peruzzo, Juliane Feix (Orientadora). II. Título. 361 CDD (22.ed.) UFPE (CSA 2014 – 104)
-------	--

SUÉLLEN BEZERRA ALVES

SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Data da Defesa: 30/06/ 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Juliane Feix Peruzzo (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Valdilene Pereira Viana Schmaller (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva (Examinadora Externa)
Universidade de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Edelweiss Falcão (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

O processo de trabalho que teve como resultado esta dissertação não seria possível caso eu não tivesse contado com o apoio, incentivo e orientação de todos aqueles que estiveram comigo nessa jornada. Quero deixar registrado, de modo especial, a contribuição de cada uma dessas pessoas tanto na construção desta pesquisa, como na formação de concepções, idéias, valores e princípios que, internalizados, passam a fazer parte da minha história.

Agradeço primeiramente aos meus avós, com quem pude aprender desde a infância que os trabalhadores são sinônimo de resistência e luta. Foram eles que por muitas vezes me cuidaram e me ensinaram a compreender a importância da solidariedade, da coletividade e do trabalho;

Aos meus pais, João Bosco e Susana, e à minha irmã, Sarah, pelo contínuo apoio e incentivo durante todo o tempo do mestrado, foram serenidade e alegria nos meus dias de ansiedade. A eles devo muito do que sou e do que penso, são os pilares que sustentam a minha caminhada;

À minha orientadora, professora Juliane Feix Peruzzo, pelo seu brilhante modo de me indicar caminhos, pela sua ética, sabedoria, competência, orientação, paciência e amizade. Sempre de forma tão doce e ao mesmo tempo firme, me estimulou e confiou que eu conseguiria prosseguir, mesmo quando eu mesma duvidei;

Aos amigos que, sempre presentes, representaram o conforto nos momentos que pensei não conseguir - devo destacar o afeto de sempre da minha amiga Thamires; e em especial àquelas que, dividindo o mesmo teto, tornaram-se minha família: Robertinha, Darlânia, Edna, Cláudia e Sara;

Aos meus colegas, e porque não dizer, aos amigos que fiz no mestrado: Roberta, Darlânia, Sheyla, Rodrigo, Evandro, Esdras, Luciene, Sâmia, Aline, Paula, Fernanda, Alcides, Valdécio e Priscila. Também aos amigos que fiz durante a graduação, que ainda hoje caminham comigo e compartilham das alegrias e

angústias vividas em nossa profissão – preciso citar Dâmaris, Bruna, Sayonara, Glauber, Kamyla, Karielle, Gláucia, Mossicléia, Sueywanni e Alexandre;

Aos integrantes da Banca de Qualificação do projeto de pesquisa e de Defesa da Dissertação, as professoras Valdilene Viana, Sálvea Campelo e Edelweiss Falcão, pelas preciosas indicações que contribuíram para enriquecer este trabalho. Especialmente às professoras Edelweiss Falcão e Sálvea Campelo, que contribuíram diretamente na construção inicial do projeto de dissertação, através da orientação e co-orientação, respectivamente;

Aos professores da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, especialmente àqueles com que pude interagir de forma mais próxima através das disciplinas: Ângela Amaral, Marco Mondaini, Anita Aline e Ana Arcoverde;

Às instituições que viabilizaram minha participação no curso de Mestrado: a UFPE e o Cnpq;

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desse processo. Obrigada!

“Se o conhecimento crítico é um dos caminhos para a liberdade, autonomia, competência e compromisso, não se compreende os novos cenários, não se enfrenta a barbárie social, não se combate a ofensiva neoliberal, não se estabelece alianças com a sociedade civil organizada, não se alcança novas legitimidades profissionais, não se efetiva princípios e valores do projeto profissional, não se forma profissionais críticos e competentes, sem a pesquisa científica.

Assim, há que se colocar um imperativo para a profissão: Ousar saber para ousar transformar.”

Yolanda Guerra, 2009, p.715

[...] e nos falta apenas uma pequena coisa para sermos livres como os pássaros são: só o tempo!

Der Arbeitsmann, Richard Dehmel

RESUMO

ALVES, Suéllen Bezerra. **SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO**: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

Esta dissertação tem como objetivo analisar o trato teórico dado ao fenômeno do envelhecimento humano pelo Serviço Social, ao desvendar as perspectivas teóricas e políticas da produção acadêmica sobre esta temática. Trata-se de um estudo explicativo de cunho teórico-bibliográfico, cujas fontes de pesquisa foram teses e dissertações dos programas de pós-graduação vinculados a departamentos de Serviço Social no Brasil, no último triênio (2010 – 2012). Após caracterizar os fundamentos da questão da velhice, nas diferentes concepções teórico-metodológicas (Geriatria, Gerontologia Social e Gerontologia Social Crítica), estudamos a aproximação do Serviço Social com esse debate, traçando um percurso que passa pelo significado sócio-histórico da profissão e as demandas dos trabalhadores velhos que chegam ao Serviço Social (ao menos de modo aparente, são demandas que aparecem como próprias da situação de velhice). Compreendendo que a produção de conhecimento reflete as contradições postas na realidade, apresentamos de que modo a temática da velhice tem comparecido no debate profissional, evidenciando o crescimento da participação do Serviço Social na problematização do que é considerado uma das preocupações sociais do momento. Na última parte do trabalho expomos o conteúdo discutido em parte dessas produções, a partir da definição de seis perspectivas que aparecem nas produções, a saber: Ciclo de Vida, Qualidade de Vida, Empoderamento, Modo de Vida, Questão Social e Totalidade Social. A incidência de tais perspectivas revelam algumas tendências para a produção de conhecimento do Serviço Social nesse campo, que dizem respeito à negação da abordagem estritamente clínico-biológica nos estudos sobre velhice, à tendência ao discurso da transdisciplinaridade, à responsabilização do sujeito velho através do discurso do auto-cuidado, tendência política à defesa e garantia de direitos dos velhos e por fim, tendência de análise da velhice no contexto da dinâmica histórico-social. Feitas essas considerações, concluímos que as articulações entre tais tendências podem significar avanços nas discussões sobre envelhecimento humano no Serviço Social, indicando a direção que pode sustentar teórica e politicamente um discurso crítico e comprometido com as verdadeiras demandas dos trabalhadores velhos.

Palavras-chave: velhice; perspectivas teórico-políticas; produção de conhecimento do Serviço Social.

ABSTRACT

ALVES , Suellen Bezerra. **SOCIAL WORK AND AGING**: study of the theoretical and political foundations of old age in knowledge production on Social Work in Brazil. Dissertation (Masters in Social Work) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

This dissertation aims to analyze the theoretical treatment of the phenomenon of human aging by the Social Work, in order to unravel the theoretical and political prospects of academic research on this topic. This is an explicative study of theoretical and bibliographical nature, which used as research sources theses and dissertations of graduate programs linked to departments of Social Work in Brazil in the last triennium (2010-2012). After characterizing the fundamentals of the issue of old age in different theoretical- methodological prospects (Geriatrics, Social Gerontology and Critical Social Gerontology), we study the approach of Social Work in the debate. We do so tracing a route that passes the historical significance of the profession and the demands of older workers arriving at Social Work (at least apparently, these are demands that characterize the situation of old age). Understanding that knowledge production reflects the contradictions occurring in reality, we present how the topic of old age has appeared in the professional debate, demonstrating the growing relevance of Social Work in problematizing what is considered one of the social concerns of the time. In the last part of the work we expose the content discussed in parts of these academic papers, by means of defining six prospects appearing in papers, namely: Life Cycle, Quality of Life, Empowerment, Lifestyle, Social Issue and Social Totality. The incidence of these perspectives reveals several trends in the production of knowledge in the field of Social Work. These concern the denial of the strictly clinical-biological approach in studies on old age, a trend towards transdisciplinary discourse, the accountability of the elderly person through the discourse of self -care, a defensive political trend and ensuring the rights of the elderly and, finally, the trend of analyzing old age in the context of historical and social dynamics. Given these considerations, we conclude that the connections between these trends may signify progress in the discussions on human aging in Social Work, indicating the direction which can theoretically and politically sustain a critical discourse indebted to the true demands of older workers.

Keywords: old age; theoretical and political prospects; production of knowledge in Social Work.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Distribuição das áreas de concentração e linhas de pesquisa pelos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil	75
QUADRO 2 – Distribuição das teses e dissertações sobre velhice por programa de pós-graduação no período 2004 – 2012	79
QUADRO 3 – Distribuição das teses e dissertações sobre velhice por região no período 2004 – 2012	83
QUADRO 4 – Incidência de temáticas presentes na produção acadêmica sobre velhice nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil	85
QUADRO 5 – Distribuição das teses e dissertações sobre velhice por programa de pós-graduação e região no período 2010 – 2012	91
QUADRO 6 – Teses e dissertações selecionadas por região das unidades filiadas ABEPSS	93
QUADRO 7 – Incidência de temáticas presentes nas teses e dissertações selecionadas por região das unidades filiadas ABEPSS	95

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Quantitativo de teses e dissertações sobre velhice produzidas nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no período 2004 – 2012	81
GRÁFICO 2 – Produção sobre velhice nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social por região no período 2010 – 2012	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AME – Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento
ANG – Associação Nacional de Gerontologia
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BPC – Benefício da Prestação Continuada
CAP – Caixa de Aposentadoria e Pensão
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior
CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBGG – Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CIEH – Congresso Internacional de Envelhecimento Humano
CIGS – Centro Internacional de Gerontologia Social
CNDI – Conselho Nacional de Direitos do Idoso
CRDE – Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
EI – Estatuto do Idoso
EMESCAM - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória
ENPESS – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
GeriatRio – Congresso de Geriatria e Gerontologia do Rio de Janeiro
GSA – Gerontological Society of America (Sociedade Gerontológica da América)
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MEC – Ministério da Educação
NOB – Norma Operacional Básica
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PAME – Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento
PNI – Política Nacional do Idoso
PUC-GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica
PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-RS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica
SBG – Sociedade Brasileira de Geriatria
SBGG – Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
SESC – Serviço Social do Comércio
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UCPEL – Universidade Católica de Pelotas
UCSAL – Universidade Católica de Salvador
UECE – Universidade Estadual do Ceará
UEL – Universidade Estadual de Londrina
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFAL – Universidade Federal de Alagoas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMA – Universidade Federal do Maranhão
UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPI – Universidade Federal do Piauí
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNATI – Universidade Aberta à Terceira Idade
UnB – Universidade de Brasília
UNESP – Universidade Estadual Paulista
UNICSUL – Universidade Cruzeiro do Sul
UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 PARADIGMAS DA GERONTOLOGIA: QUANDO A VELHICE SE TRANSFORMA EM OBJETO DE CONHECIMENTO	21
1.1 As especialidades do envelhecimento humano: Fundamentos da Geriatria e Gerontologia Social	22
1.1.1 Envelhecimento humano e o surgimento do saber gerontológico: a via da Geriatria	23
1.1.2 As modificações na atenção à velhice e a ampliação da Gerontologia	27
1.1.3 Envelhecimento da classe trabalhadora e a proposta da Gerontologia Social Crítica	35
1.2 Constituição de intervenções e estudos sobre Velhice no Brasil	43
1.2.1 As especialidades da velhice na realidade brasileira: recepção das ideias da Gerontologia no Brasil	43
1.2.2 Expressões da Gerontologia brasileira na contemporaneidade: um campo de disputas	54
2 SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO HUMANO: A GERONTOLOGIA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL	59
2.1 Do passado conservador à defesa de direitos: o envelhecimento na agenda do Serviço Social	60
2.2 Produção de conhecimento no Serviço Social, Gerontologia e suas complexas aproximações	68
2.2.1 Breve panorama da Pós-Graduação e a produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social	74
3 PERSPECTIVAS TEÓRICO-POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA GERONTOLOGIA	87
3.1 Apresentação metodológica dos dados da pesquisa	88
3.2 Perspectivas, tendências, possibilidades e desafios para o Serviço Social no campo da Gerontologia	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	128
ANEXOS	136

INTRODUÇÃO

Na presente dissertação, intitulada “**Serviço Social e Envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil**”, propomo-nos a investigar as concepções sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social, revelando suas bases teórico-políticas.

A motivação por estudar essa temática é resultado da nossa vivência com idosos no cotidiano profissional, no exercício do Serviço Social e da pesquisa. Nos trabalhos desenvolvidos e em pesquisas anteriores em que observamos a condição objetiva dos velhos trabalhadores, foi possível notar que os projetos, programas e serviços sociais ofertados a esses sujeitos não correspondiam às suas reais necessidades. Ao buscar no campo da Gerontologia pesquisas que dessem subsídio a uma análise ampla e crítica dessa realidade, nos deparamos com uma grande maioria de trabalhos que reitera a centralidade dos elementos clínicos e demográficos no tratamento da velhice. Tal fato nos incitou imediato interesse, pois acreditamos que esses elementos são insuficientes para compreender o fenômeno do envelhecimento na sociedade regida sob a égide do modo de produção capitalista.

Despertou-se, então, o desejo de investigar, na produção de conhecimento do Serviço Social, as perspectivas que fundamentam as pesquisas sobre envelhecimento humano (já que a profissão tem como direção hegemônica a perspectiva crítica de análise da realidade). Destacamos que pensar a produção do conhecimento não significa afirmar que esta tenha significado por si mesma, mas que é uma instância do real, fruto das práticas sociais que são elevadas ao nível teórico. A produção do conhecimento é representação do real, que expressa a abstração consciente dos homens sobre os fenômenos sociais, podendo revelar a dinâmica histórica e contraditória da realidade sujeita à transformações.

O desenvolvimento de pesquisas sobre velhice tornou-se relevante durante o século XX para as mais diversas áreas do conhecimento, sobretudo nos campos das ciências naturais, ciências da saúde e ciências sociais. Mesmo com a multiplicidade de abordagens, as pesquisas que tratam dos variados aspectos da

velhice pertencem a um mesmo terreno, o da Gerontologia. Caracterizado como campo multi e interdisciplinar, a Gerontologia faz uso de modelos, métodos e teorias que pertencem à disciplinas distintas, no intuito de compreender o processo de envelhecimento e seus determinantes (NERI, 2001). A Gerontologia é, dessa forma, campo de construção de conhecimento sobre a velhice, e se subdivide nas áreas da Geriatria — ramificação que trata do estudo clínico da velhice —, e da Gerontologia Social, que se dedica a investigar as determinações socioculturais inerentes ao processo de envelhecimento.

Até meados do século XX, a problematização do envelhecimento humano esteve centrada em uma visão pessimista e tradicional da velhice. Com foco nas mudanças que ocorrem organismo, na relação saúde/doença, ou na busca do prolongamento da vida através de uma fonte de juventude eterna, a velhice se constituía enquanto sinônimo de doença. Aos poucos, os estudos sobre o referido tema passam a ser metodologicamente organizados e aceitos no campo científico, ao passo que eram sistematizadas a análise tanto dos aspectos respaldados pela Geriatria quanto as questões que poderiam ser respondidas por outros saberes e profissões.

Com o crescimento de pesquisas sobre envelhecimento humano, várias profissões passaram a se dedicar a estudos mais aprofundados, buscando respostas para as demandas que surgiam nos seus campos de intervenção. Dentre as áreas profissionais que hoje possuem interfaces com a produção de conhecimento em Gerontologia está o Serviço Social. Enquanto profissão que intervém nas expressões da questão social, este tem buscado respostas para as demandas dos velhos na expressão do seu fazer profissional ao lidar cotidianamente com políticas sociais na garantia, acesso e ampliação dos direitos sociais, assim como na produção de conhecimento, ao refletir teoricamente sobre os fatores que tornam a velhice uma fase peculiar da vida humana, que carrega em si determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais.

A partir dessas observações, elaboramos a presente proposta de trabalho, que expressa a preocupação com as perspectivas que norteiam o debate sobre a velhice na produção de conhecimento do Serviço Social, tendo em vista o tensionamento entre o posicionamento crítico historicamente incorporado pela profissão e as abordagens conservadoras que ainda são desenvolvidas nos estudos

sobre a velhice, que a tratam de forma homogeneizante e tutelada. A categoria profissional tem se colocado na luta pelo reconhecimento e fortalecimento dos direitos dos velhos¹ com base em uma leitura crítica da realidade, em consonância com o projeto político hegemônico na profissão. Em outra direção, percebe-se que as pesquisas no campo da Gerontologia, ainda que se proponham a uma análise sociocultural e multifacetada dessa realidade, tendem a produzir seus debates desconsiderando as condições materiais de existência dos protagonistas da velhice, ou colocando-as em segundo plano.

Reconhecendo as limitações desse campo de estudos, alguns autores, também no Serviço Social, apontam para proposta de uma Gerontologia Social Crítica², que propõe a investigação do processo de envelhecimento nas sociedades onde impera o capital, levando em conta as condições materiais do protagonista desse processo — o sujeito idoso — em relação com o aparato protecionista que responde às demandas e oferta os direitos dos velhos. No entanto, é evidente ainda a presença de avaliações conservadoras sobre a velhice nos estudos desenvolvidos pelo Serviço Social, ponto de partida observado no campo empírico, representado possivelmente por resquícios de uma análise tradicional da realidade dos velhos influenciada pela Gerontologia generalista. Apesar da ampla difusão de análises que retratam a condição dos velhos e as políticas específicas voltadas para esse segmento no Serviço Social³, ainda não são amplamente conhecidas as bases que fundamentam os trabalhos que podem ser encontrados. Nesse sentido, interessamos entender que esteios fundamentam a produção de conhecimento sobre velhice na profissão.

¹ Nesse trabalho priorizaremos o uso do termo “velho”, ao assumirmos uma posição politicamente contrária aos eufemismos que tentam polir o termo como se fosse defeito ou deficiência. Consideramos que não é depreciativo usar a palavra velho referenciando a pessoa idosa, mas que termos como “terceira idade” (que não diz respeito à realidade brasileira) ou “melhor idade”, são formas de amenizar o descaso e o preconceito com este segmento.

² Consideramos como principais contribuintes dessa vertente as pesquisas de Haddad (1986.a), Paiva (2012) e Teixeira (2008).

³ Essa amplitude será retratada de forma mais específica ao final do segundo capítulo, onde apresentaremos um levantamento do tema nas produções dos programas de Serviço Social, identificando períodos e regiões onde foram produzidas teses e dissertações sobre envelhecimento humano.

Na tentativa de responder a questão sobre que perspectivas teórico-políticas⁴ a produção de conhecimento do Serviço Social aborda a velhice, temos como objetivos específicos: a) Caracterizar os fundamentos da velhice nas diferentes concepções teórico-metodológicas – Geriatria, Gerontologia Social e Gerontologia Social Crítica; b) Estudar a aproximação do Serviço Social com a temática da velhice; c) Analisar a contribuição do Serviço Social sobre velhice, com base em suas perspectivas teórico-políticas.

Nesse empenho, partimos de duas hipóteses distintas e contraditórias: primeiro, a de que as produções têm refletido o posicionamento amplo da categoria profissional e seu projeto ético-político profissional, ao dar centralidade à luta pela garantia dos direitos dos velhos fundamentados na perspectiva crítica que tem dado direção à profissão nas últimas décadas; segundo, de que há uma análise generalista do envelhecimento, que escamoteia as especificidades da profissão no trato da questão do velho, dada a multiplicidade de abordagens investigativas nesse campo. De fato, a ofensiva neoliberal e a ideologia pós-moderna têm influenciado a produção de conhecimento do Serviço Social, refletindo possivelmente nas pesquisas que tratam sobre envelhecimento e direitos sociais dos idosos. Essas hipóteses tentam reproduzir os aspectos mais relevantes do objeto proposto, mas não deixamos de conceber que a realidade é complexa, contraditória e se movimenta dialeticamente, podendo nos apontar outras direções nas quais se manifestam as diversas relações entre a produção de conhecimento no Serviço Social e a Gerontologia. Ainda que pareçam contraditórias, entendemos que nossas hipóteses representam as possibilidades concretas de expressão da produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social, tendo em vista que essas são duas tendências presentes no movimento da profissão, não somente nas pesquisas pertencentes ao campo da Gerontologia.

Ao propor o problema de pesquisa e com a ajuda dos elementos teóricos, históricos e políticos destacados nos materiais que serão analisados, pretendemos resgatar criticamente os aspectos e relações essenciais para conhecer as perspectivas teóricas e políticas da produção sobre velhice no Serviço Social. Soriano (2004) afirma que tal caminho permite a contextualização histórica e teórica

⁴ Nos referimos ao termo “fundamentação teórico-política” para designar o conjunto de teorias, informações, concepções, conceitos e direcionamentos políticos que refletem o posicionamento de determinada obra ou trabalho.

para que seja possível a instrumentação metodológica. Analisamos as teses e dissertações produzidas nos programas de pós-graduação vinculadas aos departamentos de Serviço Social das universidades brasileiras, através de uma abordagem qualitativa, considerando que as pesquisas nas ciências sociais têm uma especificidade na busca de compreensão das situações singulares, para além da sua manifestação fenomênica. Esta pesquisa trata-se de um estudo explicativo de cunho teórico-bibliográfico (por ser desenvolvido a partir de material já elaborado, com fontes de caráter secundário). As fontes de pesquisa estão delimitadas, sobretudo, nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação vinculados aos departamentos de Serviço Social no Brasil no último triênio (2010 – 2012) e que contenham as palavras-chave *velhice*, *envelhecimento* ou *idoso*. Também fazemos uso de livros e artigos dos principais autores do campo da Gerontologia (considerados os “*experts*” da velhice, serão apresentados no primeiro capítulo) e de documentação e publicações das entidades político-organizativas do Serviço Social sobre envelhecimento.

O primeiro momento consistiu em fazer um levantamento documental pelo banco de teses do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) sobre todos os trabalhos desenvolvidos naqueles programas no período entre 2004 e 2012, que continham as palavras-chave *velhice*, *envelhecimento* ou *idoso*. Foi observada a existência de 75 trabalhos, sendo 64 dissertações e 11 teses que tratam, de alguma forma, a velhice e o processo de envelhecimento humano.

A priori, a análise estaria delimitada aos trabalhos desenvolvidos no período entre 2003 e 2013, considerando o decênio do marco legal Estatuto do Idoso, Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, e as repercussões dessa legislação na política e na garantia de direitos dos idosos, segundo os assistentes sociais. No entanto, há restrições e dificuldades no acesso aos trabalhos publicados antes de 2004 e após 2012 (não estão disponíveis no banco de teses da CAPES). Esse fator, unido às limitações reais para execução da pesquisa, nos fez restringir o período de análise ao último triênio (2010-2012)⁵, levando em conta a atualidade das teses e

⁵ A avaliação da CAPES da área de Serviço Social teve como produto o Documento de Área 2013, com amplas informações sobre o quadro da Pós-Graduação na área de Serviço Social no Brasil no triênio 2010-2012. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal>

dissertações e a abordagem contemporânea da “problemática social”⁶ do envelhecimento. A opção por esse recorte teve o propósito de fazer uso de um banco de dados confiável e amplo, assim como apresentar produções recentes que revelem as principais características da articulação entre Serviço Social e velhice na atualidade.

É necessário assinalar as dificuldades na seleção e no acesso às teses e dissertações tendo em vista que o banco de teses da CAPES⁷ está em processo de manutenção desde meados de 2013. O acesso foi liberado apenas nos meses de novembro de 2013 (dissertações e teses defendidas entre 2004 e 2012) e em fevereiro de 2014 (dissertações e teses defendidas em 2011 e 2012). Ainda assim, a pesquisa pôde ser realizada em novembro de 2013, quando a página foi temporariamente liberada, e pudemos elaborar as tabelas que serão apresentadas nos capítulos 2 e 3. Fizemos a seleção por área de conhecimento (Serviço Social), nível (mestrado e doutorado) e palavras-chave (envelhecimento, velhice ou idoso) primeiramente no período entre 2004 e 2012, e depois com o recorte temporal do último triênio, ou seja, de 2010 a 2012. Foi a partir desse levantamento que pudemos apresentar o crescimento do número de teses e dissertações sobre velhice no Serviço Social nos últimos anos e desenvolver a pesquisa a partir de posterior seleção.

Em seguida, tentamos fazer uma triagem a partir da leitura dos resumos e sumários das teses e dissertações no intuito de focar a pesquisa nos trabalhos que tratassem, de alguma forma, sobre os fundamentos da velhice. No entanto, o grande número de trabalhos que trazem essa fundamentação nos impossibilitou de seguir por essa via, optando, então, por um sorteio aleatório. O sorteio aleatório se deu a partir da seleção de 1 tese e 1 dissertação por região das unidades filiadas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que foram

/Docs de area/Servi%C3%A7o Social doc area e comiss%C3%A3o 16out.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

⁶ A expressão “problemática social” é usada aqui tal qual o faz Teixeira (2008), em oposição à preocupação de demógrafos, gerontólogos e outros cientistas que estudam o envelhecimento humano em uma perspectiva homogeneizante, como se a velhice em si, para todos os idosos de uma população, fosse um problema social ou uma “ameaça” ao sistema previdenciário, de saúde e assistência social. Consideramos, portanto, que o envelhecimento não se constitui enquanto um “problema social em si”, mas o é, sobretudo, para determinada classe que, detentora apenas da sua força de trabalho, perde o valor de uso para o capital ao envelhecer.

⁷ Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

numeradas e selecionadas a partir da escolha de um número aleatório, totalizando 6 dissertações e 2 teses, fontes que deram subsídios à construção da presente dissertação. Esses procedimentos e os trabalhos selecionados estão mais bem apresentados no segundo e terceiro capítulos.

O crescimento da pesquisa nesse campo indica para o Serviço Social a necessidade de se conhecer o que está sendo pesquisado, discutido e disseminado nessas produções, contribuindo com uma perspectiva que vai além da informação sobre práticas sociais, processos de trabalho, demandas e respostas profissionais. Analisar a fundamentação teórica e o posicionamento político dos trabalhos sobre velhice na produção de conhecimento da pós-graduação em Serviço Social possibilitará o fortalecimento da direção crítica nos estudos sobre envelhecimento humano, bem como a compreensão das bases que norteiam as pesquisas no campo da Gerontologia. A produção de conhecimento no Serviço Social poderá revelar ainda os posicionamentos assumidos por assistentes sociais na compreensão sobre a realidade dos velhos, revelando sua vinculação com a defesa do projeto ético-político profissional.

Com o objetivo de expor o movimento do real, o ponto de partida deste trabalho tentou se aproximar das perspectivas estudadas sobre a compreensão de velhice e do envelhecimento, considerando as condições objetivas dos velhos trabalhadores e as determinações do processo de envelhecimento nos marcos do capital, problemática que demandou intervenção e investigação por parte do Estado e da sociedade enquanto resposta de lutas e mecanismos de reivindicação.

Assim, no primeiro capítulo, tematizou-se o contexto em que a velhice passa a se tornar objeto de conhecimento, expondo os paradigmas que sustentam a discussão sobre envelhecimento na contemporaneidade e definindo os conceitos e categorias que definem o *corpus* do trabalho. Fizemos uma breve análise sobre o surgimento da Gerontologia a partir de livros de referência e artigos dos principais autores que compõem esse campo no Brasil, revelando suas bases teóricas em relação com o real crescimento da população idosa, desenhando seu percurso histórico e mostrando sua atuação “multidisciplinar” na contemporaneidade. Apresentamos ainda neste capítulo o conceito de “Gerontologia Social Crítica” enquanto abordagem inovadora nos estudos sobre velhice, levantando os principais aspectos dessa corrente e sua vinculação com a teoria social crítica de Marx.

O segundo capítulo apresenta a aproximação do Serviço Social com o debate sobre envelhecimento humano, revelando a posição da categoria em relação ao tema. Desde sua gênese, a profissão foi inserida em instituições que lidavam com a velhice e, há pelo menos 30 anos, o Serviço Social tem se inserido nas lutas e movimentos populares pela garantia de direitos dos trabalhadores, inclusive para os envelhecidos. O capítulo procura apresentar também um levantamento prévio das produções sobre velhice no Serviço Social, demonstrando o quanto a discussão sobre essa temática tem crescido nos últimos anos e comparecido enquanto uma demanda interventiva que precisa ser cada vez mais refletida no campo teórico e da produção de conhecimento.

O terceiro e último capítulo vem tratar da pesquisa em si, onde apresentamos as perspectivas e concepções sobre velhice contidas nas teses e dissertações produzidas no Serviço Social. Foram apresentados os percursos metodológicos e os dados da pesquisa que indicaram o caminho para a posterior categorização e discussão. O capítulo revela as principais perspectivas de conceituação da velhice, com seus fundamentos teóricos e políticos, e traduz o seu significado em possíveis tendências de pensamento sobre a velhice no Serviço Social enquanto área do conhecimento.

Por fim, as considerações finais deste trabalho apresentam o nosso caminho de volta, ao percorrer o retorno pela mesma trilha que nos incitou a investigar as perspectivas teórico-políticas sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social, compreendendo, como uma totalidade rica em determinações e relações, as concepções desenvolvidas sobre envelhecimento humano, suas vinculações e seus determinantes.

Com o estudo, esperamos colaborar com a visibilidade e possibilidade de questionamento da problemática exposta, considerando que a análise sobre as perspectivas que norteiam as pesquisas sobre envelhecimento humano no Serviço Social se torna necessária, tendo em vista a contribuição para essa pauta da Gerontologia na produção de conhecimento da profissão, numa perspectiva de direitos sociais que denuncia as contradições do sistema de classes.

1 PARADIGMAS DA GERONTOLOGIA: QUANDO A VELHICE SE TRANSFORMA EM OBJETO DE CONHECIMENTO

A reflexão acerca do significado da velhice e a criação de uma especialização para a análise do processo de envelhecimento humano podem ser situadas como fruto de um percurso histórico que apresenta pelo menos três dimensões simultâneas: a atuação da medicina em torno das características orgânicas dos velhos como esboço da proposta geriátrica; o crescimento da referida população e da longevidade nas sociedades ocidentais modernas; e a transformação da velhice em “problemática social” no movimento de constatação de que o envelhecimento da classe trabalhadora, sob a égide do capital, aplica-se de maneira trágica⁸ e demanda intervenção do Estado.

A questão da velhice tem sido foco de análise, classificação e reinvenção no mundo acadêmico, constituindo-se enquanto objeto de construção de saberes que se legitimam, quase sempre, como resposta aos “problemas” que decorrem do crescente envelhecimento populacional. No cerne da sociedade capitalista, em um contexto de profundas transformações sociais e econômicas, o significativo crescimento do número de velhos em todo o mundo (inclusive nos países periféricos, de modo particularmente acelerado), torna-se base para constituição da Gerontologia⁹ enquanto campo de saber. O significado por trás da “preocupação” coletiva com as questões do envelhecimento - e da consequente criação de disciplinas específicas que façam frente ao crescimento quantitativo de velhos - tem estreita relação com o movimento do capital e seu temor a uma redução da disponibilidade da mercadoria força de trabalho, motor da sociedade, diante de um fenômeno que exige mecanismos que mantenham a exploração do trabalho e, contraditoriamente, atenda as demandas da velhice desprotegida socialmente.

⁸ Termo empregado por Haddad (1986.a, p. 42) ao tratar sobre a questão da velhice do trabalhador levando em conta que “[...] é a classe trabalhadora, formada pelos homens-mercadoria, que aciona o processo produtivo, a protagonista, historicamente constituída, da tragédia do fim da vida.” A autora se refere ao envelhecimento de uma parcela representativa da classe trabalhadora, que se dá de forma trágica, tendo em vista as condições de exploração a que foi submetida ao longo da vida.

⁹ Segundo Lopes (2000), a Gerontologia e a construção social da velhice enquanto etapa da vida nasce em meio ao esforço da modernidade em classificar, separar as populações e dividir a vida humana em fases, tomando por critério uma sequência cronológica e fragmentada que só tem sentido se entendemos essa classificação (periodização das fases da vida) como produto de uma prática social determinada por sociedades específicas em dado momento histórico.

Discutir sobre as perspectivas que norteiam as concepções sobre velhice exige a reconstrução do processo de constituição da Gerontologia enquanto disciplina científica e a análise das circunstâncias históricas em que se processou o ideário gerontológico, o que remete ao período de ascensão do modo capitalista de produção. O sistema capitalista é o determinante conjuntural que faz com que a difusão das questões relacionadas à população idosa ultrapasse as características biológicas e demográficas, sendo necessário desvendar os aspectos econômico-sociais e apontar os fundamentos teórico-políticos que permitiram a construção de um saber científico sobre a velhice.

Nesse empenho, não nos predispomos a escrever uma história dos estudos sobre envelhecimento, nem tampouco a descrever a “evolução” da Gerontologia, mas analisar as condições histórico-conjunturais que exigiram a emergência de tais estudos no marco das sociedades capitalistas. A base comum que sustenta as pesquisas nesse campo está fincada no modo de produção capitalista, que é o elemento definidor da necessidade de criação de especialidades sobre a velhice. O retorno aos fundamentos históricos, teóricos e políticos que sustentam as análises do envelhecimento humano parece-nos ser imprescindível para estabelecer as condições em que se desenvolveram as formulações conceituais sobre a velhice e as tendências da Geriatria, disciplina médica dedicada à investigação de fatores epidemiológicos e de saúde dos idosos, e da Gerontologia Social, especialidade que se preocupa com os aspectos demográficos e socioculturais envolvidos no processo de envelhecimento.

1.1 As especialidades do envelhecimento humano: fundamentos da Geriatria e Gerontologia Social

Nas análises sobre envelhecimento humano, é possível observar, não raramente, uma ênfase nas questões que dizem respeito ao caráter biológico, natural e universal do ciclo da vida, na medida em que o estudo sobre a variedade das formas que a velhice pode ser vivenciada em distintas conjunturas sociais e históricas ainda é reduzido. Do ponto de vista desta última perspectiva, trata-se de acentuar que a construção de concepções sobre a velhice são expressões particulares que revelam as relações sociais dos homens construídas a partir de sua

sociabilidade. Considerar que a velhice não é uma categoria natural, como aponta Debert (2006), remete a percepção de que ela é uma categoria socialmente produzida, fruto de construções sociais que mudam historicamente.

Assim, faz-se necessário detalhar as condições sócio-históricas que evidenciaram a velhice enquanto objeto de conhecimento nas sociedades modernas e quais as concepções de velhice produzidas pelos paradigmas que sustentam a construção desse saber. A Gerontologia (subdividida em Geriatria e Gerontologia Social), principal instância produtora de conhecimento sobre envelhecimento humano, surge no âmago da sociedade do capital com a proposta de desenvolver, através de inúmeras mediações, melhores condições de vida para os sujeitos envelhecidos. O saber intelectual elaborado dentro dessa proposta está estreitamente ligado às concepções de homem, de população e de velhice produzidas na conjuntura capitalista, e às condições de vida e de envelhecimento da classe trabalhadora.

1.1.1 Envelhecimento humano e o surgimento do saber gerontológico: a via da Geriatria

O modo de ser e de viver dos homens, suas concepções, seus valores morais, sua vinculação ideológica e seus interesses políticos são determinados pelo processo de acumulação na realidade histórica. Para Marx (2008), o conjunto das relações de produção constitui a base real sobre a qual se erguem e se desenvolvem todas as demais relações sociais.

O sistema do capital determina as relações de acordo com os interesses do proprietário dos meios de produção, e é constantemente tensionado pelos interesses antagônicos da classe trabalhadora. A noção de velhice, nesse contexto, decorre da luta de classes e das mudanças históricas: os velhos trabalhadores, tendo perdido a sua força de trabalho, não se constituem mais enquanto produtores ou reprodutores nessa sociedade, mas a sua condição de vida exige a reorganização das relações sociais entre Estado, sociedade e velhos trabalhadores.

O progresso da industrialização foi caracterizado pela oposição entre uma classe opressora e classes exploradas. Segundo Beauvoir (1990, p. 254-263), a literatura do século XIX buscou estudar os efeitos da idade nas diversas categorias

sociais, mas, em sua grande parte, ela descreveu os velhos que pertenciam às classes dirigentes (nobres, proprietários de terras, burgueses, industriais). A autora afirma que, na época em que a propriedade foi institucionalizada, os velhos pertencentes às classes dominantes, que acumularam ao longo da sua vida bens e mercadorias, ocupavam lugares importantes na vida pública e privada.

No entanto, para os velhos explorados, a velhice representava uma realidade profundamente distinta daquela, e a sua condição de vida foi silenciada durante um longo período. Beauvoir (1990) lembra que nos campos e nas cidades, os trabalhadores morriam jovens, e os trabalhadores idosos foram muito pouco numerosos até o século XVIII. No século XIX, esse quadro passa por uma transição com o crescimento do número de velhos pobres que, mesmo sem possuir força de trabalho para vender, ainda no fim da vida eram vítimas da exploração.

Ao longo das suas vidas, os trabalhadores explorados não puderam ter acesso ao necessário para sua reprodução e, tendo suas forças gastas no trabalho, seu destino na velhice era geralmente o abandono. Os que sobreviviam “[...] dependiam de uma família geralmente pobre demais para sustentá-los” (BEAUVOIR, 1990, p. 263), e mesmo com a maior visibilidade desses dramas, o empenho da classe dominante para atender as necessidades deste segmento foram sempre insignificantes.

Apesar do aumento de velhos não representar expressivos rebatimentos à manutenção da ordem do capital, a velhice demandou atenção no campo da produção, pois, com o envelhecimento dos jovens trabalhadores e a improdutividade do trabalho, o fenômeno passou a comparecer de maneira explícita. As respostas dadas a tais mudanças, no entanto, ocorreram dentro dos limites da intervenção do capital sobre mecanismos de garantia da reprodução humana, pois deveriam garantir, sobretudo, a reprodução do sistema.

Os esforços de análise da velhice surgiram, nesse contexto, em uma posição muito particular. As reflexões e obras desenvolvidas sobre a velhice refletiam a condição dos velhos pertencentes às classes dominantes: apenas os sujeitos que ocupavam essa posição falavam, e era sobre as suas próprias experiências de velhice que discursavam. As reflexões estavam relacionadas à melhoria das condições de vida e saúde do homem ao envelhecer, com foco nas peculiaridades biológicas e na busca pelo prolongamento da vida. Esse momento

marcou a aproximação da medicina com os aspectos clínicos e de saúde dos velhos, apesar de, até o século XIX, o tema ser desconsiderado e marginalizado pelos médicos, como afirma Debert:

As propostas de terapias capazes de combater o envelhecimento eram tidas, na época, como miragens de rigor científico e a tal ponto desprestigiadas que um médico de respeito não se interessaria nem mesmo por pesquisas nesse domínio (DEBERT, 2004, p.196).

Ainda que os estudos sobre envelhecimento carecessem de rigor científico e fossem marginalizados pelos profissionais médicos, foram eles os primeiros a sistematizar as questões relativas à velhice. Essas foram, durante muito tempo, objeto de estudo quase que restrito ao saber médico. Adolphe Quetelet e Jean-Martin Charcot¹⁰ foram importantes articuladores no desenvolvimento dos estudos sobre a velhice ainda no século XIX, defendendo que é necessário investigar as “leis” do desenvolvimento humano e as enfermidades crônicas que acometem os homens na velhice (NERI, 2001, p. 57). Embasada em uma concepção biológica de homem e sociedade, sobretudo em um modelo médico, a investigação dessas “leis” e a significativa atenção às questões relacionadas ao envelhecimento populacional tinham seu foco na definição clínico-biológica de velhice.

Bravo (2013) afirma que a prática médica é uma das mais antigas formas de intervenção técnica no âmbito da saúde e, historicamente, tem se revestido de uma aparente neutralidade e autonomia no tratamento dos problemas de saúde das populações. Fundamentada nas ciências positivistas, a visão médica de velhice nesse período utilizou-se do eixo orgânico, fisiológico e epidemiológico para descrever rigorosamente o processo de perdas e fragilidades pelo qual passavam os velhos. Segundo Laranjeira (2010), o próprio Comte¹¹ entendia que o prolongamento excessivo da vida de uma geração repercutia em um bloqueio do progresso, o que reforçava as ideias conservadoras atribuídas à velhice. Foi com a concepção de que o envelhecimento é um processo de declínio biológico natural que a Gerontologia construiu suas bases, e as manteve até meados do século XX.

¹⁰ Segundo Neri (2001), Quetelet (1796-1874) foi um matemático e astrônomo que investigou questões sobre população, tendências de mortalidade por idade e transformações intelectivas decorrentes do processo de envelhecimento. Charcot (1825-1893), ainda segundo a autora, foi o fundador do primeiro estabelecimento geriátrico em Paris, o Salpêtrière, onde abrigou entre dois a três mil velhos.

¹¹ Segundo Quintaneiro (2009), Comte foi um dos principais autores a formular um pensamento social no contexto da Revolução Francesa e Revolução Industrial, entendendo que o objeto próprio das ciências sociais e seu estudo demandavam a utilização do método positivo.

Segundo Papaléo Netto (2006), o termo Gerontologia¹² foi usado pela primeira vez pelo sociólogo e biólogo russo Metchnikoff, em 1903, para descrever a disciplina específica que trata o estudo dos velhos ou da velhice. Atentando para os avanços da medicina e os ganhos em longevidade, o autor buscou sistematizar a investigação dos aspectos mais aparentes na velhice, considerando que a Gerontologia seria uma importante temática de investigação no século XX. Já o uso do termo Geriatria só foi inserido na literatura como tal em 1909, em referência ao estudo clínico da velhice. Segundo Neri (2001), o médico Nascher fundou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque em 1912, e em 1914 publicou um livro sobre a prevenção e o tratamento de doenças na velhice, chamado *Geriatrics*; também foi editor do *The Medical Review of Reviews*, onde desenvolveu uma sessão de Geriatria.

Segundo Haddad (1986.a), a Geriatria e a literatura médica não tratam apenas do caráter eminentemente biológico referente à velhice, mas também das questões relativas à patologia da velhice, objeto de estudo da Geriatria que trata das doenças do velho e do processo de envelhecimento, considerando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento, assim como as formas de prolongamento da vida humana, evitando que a velhice se transforme em “velhice-enfermidade”. Não se pode desconsiderar a importância das contribuições das tantas áreas que se propõem a estudar sobre envelhecimento nesse contexto de correlação de forças. No entanto, fez-se necessário romper com o monopólio da geriatria nos estudos sobre a velhice, para se conseguir uma visão ampla do fenômeno, pautada na realidade social.

Um exemplo a ser problematizado é a obra do médico geriatra Renato Maia Guimarães, que afirma que a vida e o modo de envelhecer de cada um dependem do que é investido em “capital de saúde”¹³, e que devemos administrar nosso próprio tempo de vida, pois “Esta é a parte que nos cabe no latifúndio da vida, esta é a parte sobre a qual podemos opinar e escolher: depende de cada um” (GUIMARÃES, 2008, p.17). Concordando com a crítica feita por Paiva (2012), ao que ela chama de “individualidade isolada”, consideramos que a tese de Guimarães equivoca-se ao

¹² Do grego *gero*, que significa *velho*; e *logia*, *estudo*.

¹³ Segundo Guimarães (2008), “capital de saúde” é um conceito econômico proposto em 1972 por Michel Grossman que avalia a saúde como um tipo de capital, entendendo que cada indivíduo é tanto produtor, como consumidor de saúde, sendo necessário se fazer “investimentos” para que o “estoque” de saúde não diminua ao longo do tempo.

desconsiderar que a heterogeneidade da vida e do envelhecimento de “cada um” deve-se, sobretudo, à totalidade das relações de produção e reprodução social.

Através dos estudos dos aspectos diagnósticos e terapêuticos dos velhos, a Geriatria tem como objetivo responder as necessidades do velho enfermo, adoecido. Dividindo-se entre preventiva, curativa e paliativa, o objeto de estudo em questão é basicamente o cuidado com os fatores clínicos, patológicos e de reabilitação de idosos enfermos, dominando por muito as investigações sobre velhice e influenciando ainda hoje os outros campos da Gerontologia. O foco nos aspectos curativos e preventivos de doenças na velhice aproxima a Geriatria das disciplinas médicas e de certa forma, privilegia esses saberes nas suas análises, ainda hegemônicas no campo da Gerontologia.

Com foco na prevenção e tratamento de doenças, a Gerontologia permaneceu com uma abordagem estritamente biologicista no início do século XX, desconsiderando as determinações sociais fundamentais que caracterizam o envelhecimento humano sob o capital. A ausência dessas determinações levou-a, nesse momento, a seguir apenas por uma via: a visão do homem natural e ao estudo clínico-biológico do envelhecimento. No entanto, as profundas transformações econômicas e sociais provenientes do trabalho industrial urbano, sobretudo a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, trouxeram novos elementos no modo de pensar o homem, a sociedade e a velhice.

1.1.2 As modificações na atenção à velhice e a ampliação da Gerontologia

Conforme Moragas (1997), o crescimento do esforço para estudar a velhice surge em razão de quatro fatores: a demografia, na medida em que a proporção de pessoas idosas vem crescendo significativamente; a economia, refletida no “peso” da existência de uma população não produtiva; o fator político, quando há necessidade de respostas às demandas das pessoas idosas; e a opinião pública, momento em que a sociedade está sensibilizada em relação à velhice. Ousamos destacar, dentre esses elementos, o fator político representado pelas reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida, trabalho e envelhecimento, entendendo que as lutas sociais são a força motriz para a publicidade dessa problemática.

A luta de classes é, para Marx, a forma incessante com que a sociedade se transforma desde os primeiros tempos. Ele afirma que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes.” (2008, p. 8). Nessa direção de disputa e pactos políticos, a conquista de benefícios básicos de aposentadoria e pensões fez parte de uma série de reivindicações da classe trabalhadora que, no início do século XX, organizava-se em busca de melhores condições de vida, de trabalho e de velhice (HADDAD, 1993). Os trabalhadores, desgastados pelas marcas do trabalho explorado, exigiam melhores condições de vida ao envelhecer e lutavam por garantias. A conquista da aposentadoria trouxe visibilidade ao envelhecimento da classe trabalhadora (ainda que ofertada apenas a uma parte dela) e respondeu à preocupação da manutenção da vida na velhice.

Segundo Boschetti (2009), os sistemas de proteção previdenciária tiveram sua origem na Alemanha, durante o governo de Otto Von Bismarck, em resposta às pressões e greves dos trabalhadores. O modelo bismarckiano orientou os benefícios previdenciários de seguros sociais que, condicionados à contribuição prévia, atendiam determinadas categorias de trabalhadores. Nessa conjuntura, o movimento operário demandava atenção do Estado por uma legislação trabalhista e social, e o sistema previdenciário naquele período atendia não somente às demandas referentes ao seguro na velhice, mas também à assistência médica e pensões aos dependentes em caso de morte.

A criação de um sistema de aposentadorias e pensões, bem como a ampliação do interesse científico em torno das questões da velhice, devem ser entendidas, portanto, como respostas do Estado e do empresariado às reivindicações da classe trabalhadora e à crescente importância da “questão social”¹⁴. Nessa perspectiva, a visibilidade dada a essa parcela da população não decorreu simplesmente do processo de transição demográfica¹⁵ ou do interesse

¹⁴ Segundo Teixeira (2008), a questão social é engendrada pela dinâmica histórica da sociedade capitalista dividida em classes e diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais concebidas por esta. Para a autora, essas circunstâncias remetem à compreensão sobre o fato de que o envelhecimento não se constitui enquanto um processo homogêneo, mas que essa preocupação latente nas sociedades contemporâneas deve levar em conta as condições materiais de vida que se reproduzem sob a lógica do capital, e que é para os velhos trabalhadores que a desigualdade se torna ampliada.

¹⁵ As projeções demográficas em países como os Estados Unidos e a Inglaterra passaram, ainda na primeira metade do século, a indicar o crescente processo de envelhecimento da população (DEBERT, 2004).

clínico-biológico pelas mudanças orgânicas que ocorrem no processo de envelhecimento humano, mas é também fruto do movimento de lutas sociais da classe trabalhadora que transformava a problemática da velhice em uma demanda política e pública.

Debert (2004) afirma que a partir dos anos 1930 o tema da velhice passa a ocupar um maior espaço no interior de disciplinas no campo das ciências sociais, ainda influenciada por bases positivistas de cunho conservador-burguês¹⁶. Nesse período, o paradigma geriátrico na abordagem sobre a velhice continuou hegemônico, mas, apesar de não haver uma total ruptura com o pensamento tradicional, houve um significativo avanço nesse debate, decorrente do movimento de mudanças sociais e políticas evidenciadas pelo protagonismo dos trabalhadores. As mudanças no campo da Gerontologia se expressaram na incorporação de outros saberes, além do médico, nas análises sobre envelhecimento, na busca de uma análise sociocultural para uma intervenção direcionada à assistência na velhice. A legitimação desse engajamento interdisciplinar de estudos e pesquisas sobre envelhecimento, além de significar a origem de um novo viés nos estudos gerontológicos, trouxe uma regeneração à Geriatria, tema que ganhou espaço nas revistas médicas especializadas e provoca o surgimento de associações e sociedades.

Foram criadas associações e sociedades, ainda com um viés majoritariamente geriátrico, mas com abertura a abordagens integralizadas, como é o caso da fundação da *Gerontological Society of America* (GSA), criada em 1945 por um grupo de médicos que se autodenominavam *The Club for Research on Ageing* (o clube de pesquisa sobre o envelhecimento) existente desde 1930¹⁷. No pós-guerra, a Geriatria e a Gerontologia se transformam em campo de práticas profissionais, de pesquisa e de formação acadêmica universitária e pós-universitária, especialmente em países desenvolvidos como Inglaterra e Estados Unidos (DEBERT, 2004).

¹⁶ Segundo Löwy (2013), é em Comte que o positivismo passa a ser conservador, em defesa da ordem real, divergindo do caráter revolucionário das ideias de seus antecessores Condorcet e Saint-Simon. Löwy afirma que Comte irá usar o sistema intelectual positivo para as ideologias tradicionalistas, criando um método que visava “[...] afastar a ameaça que representam as ideias negativas, críticas, anárquicas, dissolventes e subversivas da filosofia do Iluminismo e do socialismo utópico” (LÖWY, 2013, p. 32-33).

¹⁷ Dados coletados no site oficial da *Gerontological Society of America*, Disponível em: <<http://www.geron.org/>>. Acesso em: 06 de dez. 2013.

Esse movimento que dá uma maior visibilidade às questões em torno da velhice demarcou o projeto embrionário de outra vertente no interior da Gerontologia, a Gerontologia Social, uma perspectiva que reconhece que o crescimento do número de velhos na classe trabalhadora, tanto em países centrais como periféricos, gera demandas sociais para além das meramente biológicas. A conjuntura contraditória do século XX em relação à luta e garantia por direitos sociais colocou em xeque aqueles determinados paradigmas da Gerontologia, calcados apenas na Geriatria, e assim, a Gerontologia Social ocupa a função de investigar os diversos aspectos envolvidos no processo de envelhecimento, visando à melhoria da qualidade do fim da vida. Envoltas nessas discussões, a Gerontologia Social torna-se, então, o campo privilegiado de investigação das pesquisas que consideram os aspectos sociais determinantes no processo de envelhecimento. Segundo Neri (2001, p. 54-55), esta é a área da Gerontologia “[...] que se ocupa do impacto das condições sociais e socioculturais sobre o processo de envelhecimento e das consequências sociais desse processo”.

A Gerontologia Social, propondo-se mais totalizante que a Geriatria, carrega traços que herdou desta e acrescenta saberes sociais, psíquicos e legais aos estudos sobre envelhecimento humano. A velhice passou, de uma questão apenas do âmbito privado e clínico, a ser discutida como uma questão de trato público e social. Para Papaléo Netto, apesar da associação da velhice a doenças e do enfoque nesse tipo de intervenção, a Gerontologia Social se encarrega dos problemas de âmbito socioeconômico:

De fato, sendo o envelhecimento não necessariamente acompanhado de manifestações patológicas, embora sejam frequentes as doenças nessa faixa etária, assume particular importância os problemas de discriminação econômica e social a que está submetida a maioria dos idosos, aspectos cuja abordagem é atribuição da gerontologia social (PAPALÉO NETTO, 2006, p. 6).

Estão, então, no âmbito da Gerontologia Social, os estudos que se dedicam a estudar os aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e especialmente os de classe nas análises sobre a velhice. No entanto, a adoção de um paradigma calcado nas condições reais dos velhos, além de recente, carrega traços de conservadorismo, como se pode observar na afirmação de Moragas:

Em gerontologia social, as teorias são recentes devido ao fato de que ela é uma disciplina surgida há pouco tempo, e essas teorias são muito

influenciadas pelo peso dos fatores biológicos. Tradicionalmente, aceitaram-se como verdades irrefutáveis os fatos biológicos do envelhecimento, passíveis de modificações psicossociais. Por exemplo, supunha-se que, em razão do envelhecimento, deveriam, necessariamente, surgir doenças no organismo (MORAGAS, 1997, p. 116).

Segundo Debert (2004), quando as discussões em torno do envelhecimento humano se dão por razões apenas de ordem biológica (pertencentes ao paradigma da Geriatria), eximem a compreensão sobre os processos que fazem do envelhecimento “[...] um problema que ganha expressão e legitimidade, no campo das preocupações sociais do momento” (DEBERT, 2004, p.12). A autora se refere aos velhos empobrecidos, que demandam intervenção do Estado através de políticas sociais efetivas. As implicações desse processo no campo social e econômico, objeto da Gerontologia Social, incidem na maior visibilidade da condição dos velhos e nas iniciativas de intervenção em problemas que envolvem esse segmento populacional. Também para Teixeira (2008), tratar o envelhecimento como “problema social” não é uma consequência apenas do crescimento do número de pessoas idosas, tendo em vista as estatísticas crescentes, mas é resultado das lutas e pressões sociais da classe trabalhadora que trazem essa problemática à cena pública.

Para Haddad (1986.b), as diretrizes que regem a Gerontologia Social (enquanto disciplina que se propõe, junto à geriatria, a exercer o monopólio científico do saber sobre a velhice), podem ser resumidas em “educação”, “trabalho”¹⁸ e “família”. Essas são as bases que norteiam a produção científica gerontológica, instruindo os idosos nos processos de ressocialização e na aprendizagem do “saber envelhecer”, centrando na família a responsabilidade de atenção e cuidados aos velhos e propondo o trabalho como a melhor terapia para o envelhecimento.

Sobre a diretriz “educação”, destaca a autora:

Segundo a gerontologia social, a pedagogia da velhice encerra uma saída para a problemática vivida pelos velhos. [...] “É uma questão de educação”; “há necessidade de se criar escolas que ensinem os homens a serem velhos”, insistem os especialistas. Propõem a ação de equipes multiprofissionais coesas em que o sucesso da prática pedagógica depende da utilização de técnicas eficazes [...] (HADDAD, 1986.b, p. 47)

¹⁸ Aqui, o termo “trabalho” não é usado em seu sentido ontológico, como mediação entre a ação humana e natureza na produção e reprodução social. Trabalho para o ideário gerontológico, tem sentido de terapia para o envelhecimento, como se o trabalho assalariado e alienado sob o capital fosse a saída para dar sentido à vida do homem.

Essa diretriz está calcada naquele modelo educacional das primeiras instituições que propuseram uma intervenção social sobre a velhice, como é o caso do Serviço Social do Comércio (SESC), instituição citada no primeiro tópico deste capítulo. Tal perspectiva reitera a colocação de que o modo de envelhecer “depende de cada um”, ditando modelos e fórmulas a serem seguidas para se obter uma velhice bem-sucedida, independente das condições materiais de vida desses sujeitos.

Sobre o viés do “trabalho”, a proposta gerontológica se vincula a uma perspectiva alienante, quando assegura que o trabalho, ainda que sob o capitalismo, liberta o velho da sua condição de insulado. O esforço dos especialistas da velhice na defesa dessa perspectiva pode ser verificado no discurso de Zimerman (2000), quando afirma que

[...] dar trabalho ao velho não é só uma atitude de grande alcance social, que contribui para a valorização do idoso e previne o adoecimento e a depressão provocados pela ociosidade e a sensação de menos valia, mas também uma razão econômica para as empresas e a Previdência Social gastarem menos com faltas e acidentes de trabalho (ZIMERMAN, 2000, p. 42).

Considerar o retrocesso que a disseminação da obrigatoriedade à permanência no trabalho alienado traria a toda classe trabalhadora é necessário em uma conjuntura de cortes públicos nos gastos sociais e na forte investida do capital. Em posição oposta ao que a autora citada acima coloca, Haddad continua:

[...] a proposta da abolição da aposentadoria por tempo de serviço se faz presente em discursos de gerontólogos. A realidade vivida na sociedade de classes brasileira é encoberta: o trabalho assalariado aparece como remédio para que a vida do homem continue tendo sentido. De forma sutil, está sendo questionada a aposentadoria, direito conquistado a duras penas pela classe trabalhadora. Finalmente, os especialistas procuram atingir a família, buscam sensibilizá-la para que assuma o papel de protetora da velhice (HADDAD, 1986.b, p. 47).

No que diz respeito à família, o posicionamento da Gerontologia Social reflete o modelo das políticas sociais no Brasil atual, onde se pode observar a retração do Estado na execução dos serviços de cuidado e assistência (em especial no cuidado da reprodução da vida das crianças, inválidos e idosos) e transferência do foco para o âmbito familiar. O próprio Estatuto do Idoso – Lei 10 741, de 1º de outubro de 2003, prioriza o atendimento do idoso por sua própria família, sendo o

poder público chamado à intervir apenas quando esta não possuir condições econômicas de prover seu sustento (Arts. 3º, 14, 34).

Segundo Miotto, “[...] na formação capitalista sob a égide do liberalismo, a família se conforma como o espaço privado por excelência e, como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros” (2009, p. 133). Sendo assim, considera-se evidente a presença do caráter familista nas políticas sociais brasileiras (especialmente dos últimos governos), levando em conta a caracterização de que um sistema é familista quando, no ordenamento das políticas públicas, a família é considerada como primeiro responsável pela proteção social dos seus membros (ESPING-ANDERSEN, 1995)

Partindo dessas diretrizes - “educação”, “trabalho” e “família” - é possível observar que, ainda que a Gerontologia Social se proponha à análise de outros aspectos em busca de um “envelhecimento com qualidade” para além dos preceitos médicos ou demográficos, recusa-se a considerar os fundamentos materiais de existência do protagonista desse processo, ou seja, o velho trabalhador, o que acaba por gerar um discurso fetichista sobre a velhice. O foco em estratégias pedagógicas, o incentivo ao trabalho (alienado) e a responsabilização da família e dos próprios velhos pela manutenção da sua existência, revelam que a gerontologia social contribui ao aparato burguês que atende ao sistema de classes.

A contradição entre capital e trabalho e as relações de exploração de classe são mascaradas nessas perspectivas da Gerontologia (tanto na Geriatria como em grande parte da Gerontologia Social), desconsiderando as especificidades do envelhecimento do trabalhador. Essa condição pode ser confirmada em outros estudos de Haddad, que afirma:

A gerontologia e a geriatria apresentam-se como as principais instâncias produtoras da ideologia da velhice. [...] O produto do trabalho dos teóricos da velhice – as ‘ideias autonomizadas’ – buscam nos fazer acreditar que a realidade vivida pelo homem no final de sua vida poderá ser alterada com a ação da ‘ciência’, das instituições sociais, do Estado e do próprio idoso. [...] a produção dos teóricos da velhice não passa de uma produção ideológica da ciência burguesa e, enquanto tal, de um instrumento de dominação (HADDAD, 1986.b, p. 33).

Há de se considerar que os estudos sobre a velhice, quando a analisam independente das condições materiais de existência dos velhos, não respondem às reais demandas desse segmento, mas atendem à ideologia predominante no

sistema capitalista. Os agravos na condição da classe trabalhadora envelhecida não podem ser solucionados se não houver uma alteração substantiva na relação capital e trabalho. A velhice do trabalhador é, para além de um aspecto humano biológico, resultado do desgaste gerado pela intensificação do tempo dedicado à produção da mais-valia¹⁹. Marx, ao tratar da jornada de trabalho, deixa claro que o capital, ao absorver a maior quantidade possível de trabalho excedente, usurpa do trabalhador o tempo que deveria ser voltado ao seu desenvolvimento pessoal, já que é a mercadoria vendida pelo trabalhador (força de trabalho) a única capaz de gerar valor. Seguindo, Marx destaca a voz do trabalhador no processo produtivo: “[...] pondo de lado o desgaste natural da idade etc., preciso ter amanhã, para trabalhar, a força, saúde e disposições normais que possuo hoje. [...] O que ganhas em trabalho, perco em substância” (MARX, 2013, p.272). Sendo assim, o tempo de vida do trabalhador é subjugado ao tempo de trabalho gasto com a produção de excedente para o capital, acentuando na velhice as incontestáveis marcas da exploração durante o curso de vida.

Ao excluir tais condições materiais de existência dos velhos, a dimensão humano-genérica do envelhecimento, com enfoque nos aspectos orgânico, biológico e natural da vida, continua a exercer o domínio na Gerontologia. A manutenção da influência médico-geriátrica nos estudos sobre velhice reflete o fato de que foi a medicina quem, desde suas origens, se interessou pelo envelhecimento humano, muito “antes dos sociólogos ou psicólogos e, conseqüentemente, surgem antes as cátedras e pesquisas em Geriatria do que a formação e os estudos em Gerontologia Social” (MORAGAS, 1997, p. 39). Nesse entremeio, a Gerontologia se tornou um campo de disputas políticas e corporativas, onde há uma demarcação de campos entre geriatras e gerontólogos, como consequência dos seus elementos fundantes e por influência das intervenções profissionais específicas.

Por estarem em um âmbito de correlação de forças onde várias perspectivas, concepções teóricas e tendências profissionais disputam espaço, é corolário que surjam sínteses cada vez mais complexas que busquem apreender o

¹⁹ O conceito de mais-valia se refere, na economia política marxiana, ao valor do trabalho não pago ao trabalhador no processo produtivo: “[...] O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente)” (MARX, 2013, p.228). É, portanto, meio de exploração do trabalhador pelo dono dos meios de produção: “A taxa da mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (MARX, 2013, p.254).

envelhecimento de maneira integral. Uma das vertentes em disputa no cenário da Gerontologia brasileira será apresentada no próximo tópico, através da proposição da Gerontologia Social Crítica.

1.1.3 Envelhecimento da classe trabalhadora e a proposta da Gerontologia Social Crítica

Até aqui, foi possível compreender que a Gerontologia desenvolveu-se como resposta às transformações sociais, econômicas e demográficas que ocorreram entre o final do século XIX e início do século XX, período em que o capitalismo se consolida mundialmente e é caracterizado como monopolista. As formas de tratamento da velhice com base no tratamento clínico em âmbito privado se tornaram insuficientes para responder ao crescimento do número de velhos e às demandas que a classe trabalhadora apresentava diante da exploração do trabalho e de uma velhice empobrecida, adoecida e desprotegida socialmente.

Desde então, a velhice, enquanto objeto do Estado e da ciência, tem sido foco de intervenção nas mais diversas abordagens. Entretanto, ainda que a Gerontologia tenha ampliado sua perspectiva para várias áreas do conhecimento em busca de uma maior aproximação com a realidade, grande parte das suas análises trata as questões do envelhecimento a partir do ponto de vista do capital, universalizando os conceitos e intervenções a um determinado “modelo” de envelhecimento. Isso significa que, como apontou Haddad (1986.a), os estudiosos da velhice geralmente analisam o tema sem considerar as condições materiais de existência do sujeito que envelhece e, conseqüentemente, negam as diferenças de classe e a posição que esses sujeitos ocuparam na dinâmica das forças produtivas.

As contradições fundamentais da sociedade organizada sob égide do capital revelam que interessa à produção capitalista apenas a força de trabalho, condição fundante para os processos de produção. O processo de envelhecimento da classe trabalhadora, alienada pelo trabalho, torna-se peculiar no sentido de não representar o tempo da liberdade, do descanso e do lazer tal qual difunde o mercado e a cultura capitalista. Não há, na sociabilidade capitalista, tempo verdadeiramente livre para o trabalhador; e é no tempo da velhice que as contradições e desigualdades de classe engendradas pelo desenvolvimento do capital são evidenciadas.

Dessa forma, na dinâmica capitalista, a classe trabalhadora passa a ter seu próprio tempo de vida (tempo de trabalho e tempo livre) submetido à lógica do capital, o que compromete a liberdade e o sentido da vida dentro e fora do trabalho (ANTUNES, 2009). Essa lógica condena o trabalhador à exploração máxima, até o limite de exaustão da sua capacidade produtiva, repercutindo em todas as esferas da vida e do tempo social.

Portanto, antes de se pensar os velhos enquanto indivíduos isolados e o envelhecimento enquanto processo estritamente biológico de “decadência orgânica”, é necessário conceber que a condição de vivência da velhice é perpassada por questões de classes sociais e pelas relações desiguais que expressam o próprio modo de ser do capitalismo. Eis a necessidade de se pensar a velhice na perspectiva da totalidade social²⁰, numa direção que considere especificidades do modo de envelhecer da classe trabalhadora e responda aos anseios dessa classe.

Pode-se dizer que Simone de Beauvoir foi a pioneira nos estudos críticos sobre envelhecimento que, na década de 1970, ocupou-se em caracterizar a velhice expressando duas espécies de realidade totalmente diferentes: a velhice da classe exploradora em oposição à velhice das classes exploradas (BEAUVOIR, 1990, p.261). A autora afirma que, dependendo da classe à qual pertence, um homem pode ser velho aos 50 anos ou apenas aos 80, e continua:

Iniciado mais cedo, o declínio do trabalhador será também muito mais rápido. Perante seus anos de ‘sobrevivência, seu corpo deteriorado será vítima das doenças e das deficiências. [...] Ao envelhecer, os explorados são condenados, senão a miséria, pelo menos a uma grande pobreza, a moradias desconfortáveis e à solidão. O que acarreta neles um sentimento de decadência e uma ansiedade generalizada. Mergulham numa bestificação que repercute no organismo; mesmo as doenças mentais que os afetam são em grande parte produto do sistema (BEAUVOIR, 1990, p. 662).

Beauvoir atesta, nesse trecho, a insuficiência em se pensar o adoecimento que acomete o homem velho sem considerar que a sua condição é fruto da sociedade que impõe a desigualdade, onde o trabalho alienado submete o

²⁰ Segundo Lukács “A categoria de totalidade significa (...), de um lado, que a realidade objetiva é um todo coerente em que cada elemento está, de uma maneira ou de outra, em relação com cada elemento e, de outro lado, que essas relações formam, na própria realidade objetiva, correlações concretas, conjuntos, unidades, ligados entre si de maneiras completamente diversas, mas sempre determinadas” (LUKÁCS *apud* CARVALHO, 2007, p.179). Acreditamos que essa categoria central da dialética marxista é insuprimível para se pensar as mais diversas formas de sociabilidade burguesa e sua superação.

trabalhador a um julgo que condena o seu tempo de vida. O trabalhador velho não chega à última idade apenas enfraquecido, mas debilitado, esgotado pela degradação das suas forças, que serviram, durante toda sua vida, à produção do capital.

É por isso que as tentativas de dar respostas à questão da velhice são, muitas vezes, tão irrisórias: as soluções propostas pela Geriatria e pela Gerontologia Social não podem reparar a destruição sistemática a qual os trabalhadores velhos foram submetidos durante toda sua existência. Não que seja plausível desconsiderar todas as tentativas de melhoria do fim da vida, mas, mesmo que se cuide do adoecimento, ou mesmo que lhe construam residências decentes, assegura ainda Beauvoir (1990), não será possível, por esta via, trazer nenhuma solução ao verdadeiro problema da última idade: para que, em sua velhice, um homem permaneça um homem, “[...] seria preciso que ele fosse sempre tratado como homem” (BEAUVOIR, 1990, p. 664).

Para o reconhecimento de seus direitos é que a classe trabalhadora, através da sua organização, tem lutado e exigido mudanças que ultrapassem as fronteiras das benesses. Essa postura radical é defendida na conclusão de Beauvoir (1990) como única solução para que a condição do velho seja aceitável: recriar as relações entre os homens em condições totalmente novas. Segundo ela:

[...] O jovem teme essa máquina que vai tragá-lo e tenta, por vezes, defender-se com pedradas; o velho, rejeitado por ela, esgotado, nu, não tem mais do que os olhos para chorar. Entre os dois a máquina gira, esmagando homens que se deixam esmagar porque nem sequer imaginam que podem escapar. Quando compreendemos o que é a condição dos velhos, não podemos contentar-nos em reivindicar uma “política da velhice” mais generosa, uma elevação das pensões, habitações sadias, lazers organizados. É todo o sistema que está em jogo, e a reivindicação só pode ser radical: mudar a vida (BEAUVOIR, 1990, p. 665).

Mais expressamente no Brasil, enquanto a produção de conhecimento sobre velhice centrava-se na perspectiva da responsabilização do indivíduo pelo seu modo de envelhecer, os estudos de Haddad, a partir da década de 1980, desenvolvem uma importante contribuição com base na fundamentação crítica de Marx. Como citado anteriormente, a década de 1980 foi marcada pela efervescência dos movimentos sociais e populares em torno da redemocratização brasileira, momento mais que conveniente para imputar uma crítica ao modo com que o Estado, a ciência e a sociedade civil organizada respondiam às demandas da velhice, bem

como para questionar, através da demarcação das lutas de aposentados e pensionistas, o contraponto entre a previdência social e a miséria da grande maioria dos aposentados²¹.

Em seu livro *A Ideologia da Velhice*, Haddad traça os rumos do discurso da Ciência, representada pela Geriatria e Gerontologia Social, do Estado, através da intervenção no campo legal, e do SESC, enquanto instituição pioneira no trato da velhice através da proposta de educação permanente. Ela conclui que sob a aparência de atender moralmente a velhice desamparada é proposta toda uma estrutura disciplinar de adestramento político dos velhos articulada entre essas instâncias, que os tutelam e ditam receituários de como se deve envelhecer, objetivando dar direção à vida desses sujeitos com vistas à diminuição do custo social de sua manutenção.

Recentemente, em estudo que comunga do mesmo direcionamento teórico-político, Solange M^a Teixeira (2008), também ao refletir sobre a velhice no Brasil, desenvolve uma análise sobre o envelhecimento do trabalhador a partir de suas determinações fundamentais e as respostas do Estado e da sociedade, buscando identificar o desenho e as tendências da política social contemporânea. A autora aponta que o trabalhador velho, ao perder o seu valor de uso para o capital, atinge um potencial desumanizante de supérfluo para o capital e peso morto no exército industrial de reserva. Segundo ela,

Os processos materiais que produzem e reproduzem as refrações da questão social, dentre elas, às relativas ao envelhecimento do trabalhador, constituem os determinantes fundamentais dessa problemática social. Esses processos estão relacionados à ditadura do trabalho abstrato, produtor de mais-valia e de degradações sociais, no âmbito do capitalismo. Esse sistema produtor de mercadorias instaura uma relação desumanizada, coisificada, que reduz a força de trabalho à coisa, a 'condição material de produção' submetida ao imperativo da produção de riquezas para fins de valorização do capital, engendrando não apenas a desvalorização das qualidades e necessidades humanas, mas também uma sociabilidade que gera pobreza, populações excedentes, e os 'inúteis' para o capital, pela falta de valor de uso, de rentabilidade, principalmente, quando a força de trabalho está desgastada e envelhecida (TEIXEIRA, 2006, p. 41).

Como se pode perceber, a autora trata o envelhecimento da classe trabalhadora como sendo uma das expressões da questão social no mundo

²¹ Referimo-nos aqui às duas obras de Haddad que consideramos centrais para compreender tanto a forma com que a velhice se expressa em um país de economia periférica como o Brasil, como as históricas formas de resposta engendradas pelos mecanismos representantes do sistema do capital. São elas: *A ideologia da velhice* (1986.a) e *O direito à velhice* (1993).

contemporâneo, propondo-se a situar o debate travado no interior da tradição marxista e a expor os elementos determinantes da questão social, considerando os processos estruturais que estão na sociedade capitalista, “[...] bem como o que tomamos por sua força motriz, as lutas sociais, fundamentos dos argumentos de que o envelhecimento do trabalhador é uma das expressões da questão social” (TEIXEIRA, 2006, p. 31). Ela afirma que o ser humano, em tempos de capital, só interessa enquanto força de trabalho, fonte de mais-valia e de valor, ou enquanto consumidor, o que explicaria a desvalorização social do velho nas relações entre as gerações.

A reflexão de Paiva (2012) também aponta as contradições entre capital e trabalho e trata mais especificamente dos seus rebatimentos para a saúde do velho trabalhador. Ela é a primeira autora onde pudemos observar o uso do termo “Gerontologia Social Crítica”, tal qual foi reproduzido nesta dissertação. Ao falar sobre “Gerontologia Social Crítica”, remetemo-nos àquelas análises sobre envelhecimento humano que consideram a totalidade social, inserindo historicamente os estudos sobre velhice nos marcos da sociedade regida pelo capital, considerando a heterogeneidade da manifestação desse processo na sociedade de classes. Nas literaturas gerontológicas nacionais o termo Gerontologia Social Crítica é quase inexistente²², sendo inaugurado recentemente para delimitar os estudos críticos sobre envelhecimento que se fundamentam no materialismo dialético. Paiva²³ (2012), ao se referir ao campo de pesquisas que trata o envelhecimento considerando sua base histórica, contraditória e as condições materiais de existência dos sujeitos velhos que venderam sua força de trabalho para o capital, usa tal termo pioneiramente. É a autora que mantém, no Brasil, a proposta de adotar essa expressão para denotar os estudos com base crítico-dialética nos estudos sobre envelhecimento humano no Brasil.

²² Segundo Paiva (2012), após pesquisa exaustiva, foi comprovado que não há em livros, artigos ou periódicos nacionais o uso do termo “Gerontologia Social Crítica”. Mas isso não implica dizer que não há literatura com aporte crítico no campo da Gerontologia ou das Ciências Sociais.

²³ Sálvea de Oliveira Campelo e Paiva é assistente social militante nas causas do envelhecimento no estado de Pernambuco. Possui o título de especialista em Gerontologia conferido pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), é mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ-NESC) e doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recentemente, em sua tese de doutoramento, Paiva (2012) faz uso do termo “Gerontologia Social Crítica” no intuito de contribuir com uma concepção teórico-metodológica de análise do envelhecimento capaz de romper com a racionalidade que funda a sociedade do velho insulado, alertando para os devidos cuidados teórico-metodológicos para evitar cair nas armadilhas da representação caótica da realidade.

Mas por que “Gerontologia Social Crítica”? Não seria o caso de uma “Crítica à Gerontologia Social”? Apontamos que o uso do primeiro termo representa uma perspectiva específica que se configura no campo da Gerontologia Social, pois não se pode simplesmente fazer uma crítica à Gerontologia como um todo ou negar a contribuição de cada especialidade que a compõe. A Gerontologia foi uma construção histórica que surgiu a partir de uma origem burguesa, para atender aos interesses de uma determinada classe dominante, mas que vem se reconstruindo para atender as exigências postas na realidade contemporânea. Por isso, não basta apenas fazer a crítica à Gerontologia, pois, de certa forma, ela vem atender a interesses e demandas legítimas e tem contribuído para a maior visibilidade do tema. Mas, reiteramos que é necessário propor uma vertente crítica nas análises gerontológicas e, por isso, a proposta de uma Gerontologia Social Crítica enquanto um modo de compreender a velhice como fenômeno socialmente construído, que toma expressões particulares para determinada classe (explorada) nos marcos do capital, e que para entender o envelhecimento em sua totalidade (não apenas em suas “múltiplas” dimensões como a Gerontologia propõe) é necessário inserir esse processo na realidade material e objetiva dos trabalhadores envelhecidos.

A proposta desse campo surge em um movimento dialético de contrapartida aos paradigmas tradicionais no intuito de analisar o processo de envelhecimento nas sociedades capitalistas, considerando as particularidades que tornam sua compreensão e análise complexas, pois as experiências de envelhecimento são heterogêneas e determinadas pela inserção de classes sociais. É na Gerontologia Social Crítica, entendida “[...] como campo de estudo sobre o Envelhecimento Humano, na perspectiva da totalidade social, iluminado pela teoria social crítica, ou seja, pela concepção teórico-metodológica dialética de análise” (PAIVA, 2012, p. 49) que são levados em conta os elementos que agravam a condição do sujeito velho que faz parte do segmento empobrecido nessa sociedade de classes.

Fora do Brasil, é possível encontrar o uso do termo “Gerontologia Social Crítica” na produção do professor do departamento de Sociologia da Universidade de Costa Rica, Jorge G. Hidalgo G. (1993), que em seu artigo “*Hacia una gerontologia social critica*” afirma que a Gerontologia carece de unicidade e coerência teórica. O autor afirma que esta área é “rica em dados e pobre em teoria”, justificando que os esforços metodológicos e epistemológicos do envelhecimento

têm se concentrado na temática da idade, no significado do grupo etário e em aplicações do conceito de período. Ele faz uma crítica ao uso do termo “terceira idade”, afirmando que não há evidências biológicas, médicas ou fisiológicas que comprovem que a vida do ser humano se divida em três idades, concluindo que falar de “terceira idade”, tratando o envelhecimento com foco nessas temáticas citadas, não cumpre nenhum processo científico útil, mas é apenas a simplificação de uma “etiqueta” social indicativa da última etapa da vida dos seres humanos. Concordamos que o uso de termos como “terceira idade” e “melhor idade” difundidos pela Gerontologia podem se referir apenas à velhice de determinada classe privilegiada, e servem como discursos que homogeneízam as experiências de envelhecimento, pois é para os trabalhadores velhos que as expressões da desigualdade e de uma vida empobrecida e adoecida se tornam ainda mais evidentes.

É certo que na sociedade capitalista moderna a velhice é desvalorizada e passa a ocupar um espaço de subalternidade em relação à hegemonia dominante, que determina o que é bom e útil à sociedade. Apesar de ocupar um amplo espaço nos estudos contemporâneos, é possível admitir que há uma cultura ideológica e política que estabelece práticas e preceitos que são aceitos e difundidos socialmente, como a discriminação e o preconceito. Segundo Paiva (2012):

Neste sentido, o *envelhecimento*, longe de ser um processo multidimensional; a *velhice*, longe de ser a fase que completa o curso de vida humana; e o homem *velho*, a mulher *velha*, longe de serem indivíduos que viveram muito tempo; são conceitos que traduzem sistemas de ideias e valores que elegem a juventude como uma fase que, na contemporaneidade, será apartada do curso de vida para representar um ideal a ser alcançado, independentemente da idade de quem o tente alcançar. Mas, por outro lado, não é possível esquecer que o envelhecimento humano não se limita aos aspectos biológicos, sendo também um processo cultural, devendo, portanto, ser apreendido no movimento histórico das relações de produção e reprodução social (PAIVA, 2012, p.126).

Esses conceitos que traduzem o que é ser velho numa sociedade que impõe a juventude estão relacionados ao processo que determina a posição ocupada pelo sujeito na divisão social do trabalho e no processo produtivo. Se o velho não participa de tal processo, o lugar que há de ocupar será o de dependência. Marx, ao falar sobre o sedimento da superpopulação relativa que vegeta na indigência, no pauperismo, afirma que os degradados, desmoralizados e incapazes de trabalhar

“[...] São notadamente os indivíduos que sucumbem em virtude de sua incapacidade de adaptação, decorrente da divisão do trabalho; os que ultrapassam a idade normal de um trabalhador, e as vítimas da indústria, os mutilados, enfermos, viúvas etc. [...]” (MARX, 2013, p. 747). Segundo ele, o pauperismo constitui o asilo dos que não pertencem ao exército ativo dos trabalhadores, e que sua produção e necessidade constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza.

Na perspectiva da Gerontologia Social Crítica considera-se que a velhice, assim como toda a vida do trabalhador, é aviltada pelas condições concretas desfavoráveis à valorização do que é humano e a favor do desenvolvimento do capital. Os velhos fazem parte e estão inseridos na estrutura que sustenta o sistema de produção capitalista, tendo suas vidas afetadas pelo conjunto de medidas que priorizam a obtenção de lucro para empresas e indivíduos privados. A realidade, nessas condições, é, então, desfavorável à dignidade dos velhos e velhas da classe trabalhadora.

O ser humano, submetido a essa lógica, só tem valor enquanto representa força de trabalho para o capital, sendo facilmente “descartado” quando improdutivo, mas ainda “reutilizado” enquanto consumidor. Também as mudanças no mundo do trabalho exigem trabalhadores cada vez mais jovens, adaptáveis, ajustados e empreendedores, de forma que não representem ameaça à manutenção da ordem. O fetiche da mercadoria se reflete nas relações sociais, que passam a exigir uma mercadoria ‘força de trabalho’ cada vez mais adaptável aos objetivos do capital. Conforme Alves:

A reestruturação geracional dos coletivos de trabalho coloca, como um aspecto importante do dispositivo de ‘captura’ da subjetividade do trabalho, o ‘esquecimento de experiências passadas’, o apagar de memória de lutas e resistências e a construção ideopolítica de um novo mundo de colaboração e de consentimento com os ideais empresariais. [...] Por trás do ‘tempos de mudanças’, aos quais todos devem se adaptar, ocultam-se a extinção de experiências passadas e a destruição da memória social (ALVES, 2011, p.109).

Os trabalhadores velhos, que mantém alguma memória passada de lutas e conquistas de direitos, são afastados e suprimidos dos processos de trabalho, onde os trabalhadores que representam o modelo produtivo para o capital ocuparão espaço. A supervalorização das coisas e o aumento da subsunção do trabalho ao

capital fazem com que as relações entre os homens passem também a ser relações entre coisas, como afirma Marx: “A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo dos objetos” (MARX, 1844).

Consideramos, portanto, que pertencem à Gerontologia Social Crítica aquelas produções que consideram que os sujeitos da problemática social da velhice não são apenas velhos ou idosos em uma referência universalizante e abstrata, mas são, sobretudo, trabalhadores submetidos à venda da sua força de trabalho para o capital, que sofrem os efeitos do trabalho estranhado/alienado e que, ao envelhecerem, são afastados da produção e considerados inativos e improdutivos.

1.2 Constituição de intervenções e estudos sobre velhice no Brasil

A discussão do tópico anterior revela as bases dos pilares da Gerontologia (Geriatria e Gerontologia Social) e apresenta o surgimento da proposta da Gerontologia Social Crítica, que tem se expressado de forma mais acentuada na realidade brasileira. No entanto, por se tratar de um campo de contradições, a produção sobre envelhecimento no Brasil apresenta variadas manifestações que refletem a conjuntura socioeconômica do país. Para compreendê-las, será necessário fazer um retorno sobre a formação das ideias gerontológicas e revelar suas expressões na realidade aqui vivenciada.

1.2.1 As especialidades da velhice na realidade brasileira: recepção das ideias da Gerontologia no Brasil

No Brasil, as primeiras formulações sobre a velhice derivam da influência da Geriatria, com foco na dimensão clínico-biológica do envelhecimento e foram difundidas, sobretudo, pelos profissionais médicos. No entanto, a afirmação da Gerontologia aqui carrega traços particulares em relação ao seu desenvolvimento nos países centrais. Segundo Veras (1994), tratar um país como o Brasil considerando uniforme a sua estrutura social, demográfica e econômica, é um erro que impede a correta apreensão dos rebatimentos do envelhecimento para a

realidade brasileira, sendo necessário captar as reais necessidades e demandas dos grupos sociais, considerando a heterogeneidade dos países.

Confirmando o que Beauvoir (1990) defende quando afirma que as representações formuladas sobre a velhice resultam das circunstâncias materiais de cada sociedade, conferimos que no Brasil, a sua condição de país periférico repercute na forma com que as ideias da Gerontologia foram trazidas até aqui. No momento histórico em que a discussão sobre velhice começou a permear a realidade brasileira, o país passava por grandes transformações na esteira do processo de aceleração industrial, do processo de urbanização de grandes centros e do crescimento das classes sociais urbanas. Nesse contexto, a questão social é posta como alvo da intervenção do Estado e empresariado, com o apoio da Igreja Católica.

O processo de industrialização capitalista no Brasil ocorre em um período que o capitalismo monopolista se torna mundialmente dominante e sua economia já está consolidada. É o que os teóricos chamam de capitalismo tardio (NETTO, 1994), ou capitalismo retardatário (MELLO, 1994). No Estado Novo, incorporar a reivindicação dos setores populares foi a forma encontrada para legitimar o governo e garantir a disciplina da classe trabalhadora para dar continuidade ao projeto de desenvolvimento industrial. Os direitos sociais dos trabalhadores eram divulgados como “doações”, até serem materializados na legislação trabalhista, previdenciária e sindical, onde se pôde detectar uma estratégia político-ideológica de combate à pobreza e de superação dos graves problemas socioeconômicos do país (GOMES, 1999).

Esse processo de produção de consentimento incluiu a criação de instituições sócio-assistenciais e previdenciárias, tendo como principais características a prestação de benefícios assistenciais indiretos aos trabalhadores e a assistência médica, que tinha por base a medicalização das sequelas de exploração (IAMAMOTTO, 2007). Esses espaços representavam a institucionalização de concessões políticas em resposta às lutas da classe trabalhadora por garantias na velhice, bem como acordos com o empresariado na execução de ações sociais direcionadas aos segmentos subalternizados, dentre eles os velhos.

Em meados do século XX, destacam-se algumas organizações pioneiras tanto no trato com os velhos como na pesquisa em Gerontologia. A Legião Brasileira de Assistência (LBA), enquanto uma das primeiras instituições sociais de âmbito nacional, tinha entre suas ações o atendimento aos idosos através dos asilos e grupos de convivência. A atuação da LBA expressava a redefinição do Estado em relação à pobreza naquele período e, sendo criada para oferecer serviços “assistenciais” aos familiares de brasileiros que responderam ao “esforço de guerra”, passou progressivamente a desenvolver ações em todas as áreas da assistência social, visando responder aos seus objetivos e tornar-se um programa de ação permanente (IAMAMOTO, 2007). Na intervenção junto às questões da velhice, a prática de instituições sócio-assistenciais representava a afirmação embrionária da Gerontologia Social enquanto resposta à condição dos velhos empobrecidos, que continha exigências para além do tratamento clínico de doenças.

Pode-se dizer que a atenção sistemática pelo envelhecimento também ganhou impulso quando, em 1954, foi criado o Serviço Nacional de Assistência à Velhice, em virtude da iniciativa do senador Attilio Vivacqua. Ele criou o Projeto de Lei nº 8 do Senado Federal brasileiro, referente à pesquisa e leituras estrangeiras sobre Geriatria. A partir de então, foi crescente o interesse de médicos pela temática, culminando na criação da Sociedade Brasileira de Geriatria (SBG), em 1961, no Rio de Janeiro.²⁴ Influenciada pela Gerontologia estrangeira, a SBG mantinha um viés estritamente clínico-biológico, vinculando-se ao meio acadêmico na promoção de debates, cursos e publicações sobre Gerontologia e Medicina Geriátrica. A introdução de outros profissionais além dos médicos na SBG foi feita na realização do I Congresso Nacional de Geriatria e Gerontologia, entre 28 e 31 de maio de 1969. A área “Gerontologia Social” foi, então, incorporada com o objetivo de fortalecimento da multidisciplinaridade, e a sociedade passou a ser denominada como “Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG)”.

O Serviço Social do Comércio (SESC) foi outra instituição que se propôs, pioneiramente, a incorporar a demanda social dos velhos, enviando representantes para os Estados Unidos, em 1962, no intuito de conhecer os centros sociais para idosos desenvolvidos ali, os *Golden Age*, trazendo para as unidades do SESC a

²⁴ Dados coletados no site oficial da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Disponível em: <<http://www.sbgg.org.br/profissionais/?historico>>. Acesso em 06 dez. 2013.

metodologia de trabalho utilizada nesses centros²⁵. Destacam-se também as Universidades Abertas da Terceira Idade que, com início nas Escolas Abertas para a Terceira Idade do SESC, expandiram-se para as instituições de ensino superior que aderiram ao movimento das Universidades Abertas à Terceira Idade (UNATI)²⁶. A justificativa institucional para implantação de programas sociais para idosos esteve calcada na necessidade de se combater a solidão, o desamparo e a marginalização social desse segmento nos grandes centros urbanos (HADDAD, 1986.a). Nessa perspectiva da velhice como sinônimo de solidão, desamparo e marginalização social, são refletidas imagens que revelam apenas uma parte da realidade dos velhos, como representações que pertencem ao mundo da pseudoconcreticidade²⁷ e não contribuem para desvelar os fundamentos que estão postos na questão da velhice. A profunda desigualdade e a exploração dos trabalhadores são o cenário e os determinantes para a mudança no modo de ver e pensar a velhice.

A dimensão teórico-política desses programas pode ser refletida na ampla literatura produzida pelo SESC (Cadernos da Terceira Idade, Jornal da Terceira Idade, artigos e livros avulsos), onde é abordada a “questão social dos idosos”, como o fez um dos seus principais ideólogos, Marcelo Antônio Salgado. No entanto, para Haddad (1986.a), a proposta de melhoria da qualidade de vida do homem idoso proposta pelo SESC não responde às reais necessidades dos velhos ou a tragédia da velhice na sociedade capitalista, extensão da tragédia da vida nesse modelo de produção. Não há, na sua dimensão teórico-política, considerações solidificadas sobre o momento histórico em que tais programas foram implantados ou sobre a

²⁵ Informações contidas no documento institucional do SESC intitulado “Trabalho Social com Idosos de 1963/1999: 36 anos de realizações” (1999).

²⁶ A concepção de Universidade Aberta à Terceira Idade (UNATI) surge em 1973, em Tolouse, na França, como forma de oferecer melhores condições de vida para idosos franceses. O modelo foi desenvolvido simultaneamente em outros países, como na Inglaterra, que criou um modelo em Cambridge com base na autoajuda. A proposta de uma UNATI no Brasil foi feita pioneiramente pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), na década de 1990, inspirada no modelo francês e fundamentada na perspectiva de educação permanente (CACHIONI, 2003).

²⁷ Segundo Kosik (2010), a totalidade do mundo revelada pelo homem na história não se manifesta imediatamente ao homem, por isso, as representações que se atém à superficialidade e a aparências enganadoras representam o mundo da pseudoconcreticidade. Através do pensamento dialético, o conhecimento humano vai desvendando o mundo real sob o mundo das aparências, discernindo a unidade dialética da essência e do fenômeno, sendo necessária a destruição da pseudoconcreticidade: “A destruição da pseudoconcreticidade como método dialético-crítico, graças à qual o pensamento dissolve as criações fetichizadas do mundo reificado e ideal, como método revolucionário de transformação da realidade. Para que o mundo possa ser explicado ‘criticamente’, cumpre que a explicação mesma se coloque no terreno da ‘práxis’ revolucionária.” (KOSIK, 2010, p.22).

importância das lutas da classe trabalhadora para efetivação de melhores condições de vida e trabalho. A educação, proposta pelo SESC e também pelas UNATI's, enquanto forma de garantia da integração social do idoso, desconsidera que as relações sociais são historicamente determinadas e escamoteiam as relações de classe e exploração as quais o trabalhador é submetido, responsabilizando-o pela sua própria condição e solucionando, através da “educação”, um problema que é estrutural (HADDAD, 1986.a).

Essas propostas refletem o projeto educacional veiculado pelo regime ditatorial que se instalou no país a partir de 1964, baseado na conformação de conceitos e valores que imprimiam uma disciplina patriótica e reprimiam qualquer manifestação política ou debate plural democrático. Em meio à crise econômica e o crescimento dos movimentos populares, a burguesia brasileira se viu obrigada a traçar estratégias políticas que garantissem a manutenção do seu projeto de “modernização conservadora”, assegurando o esquema de acumulação que lhes era necessário à continuidade do padrão de desenvolvimento dependente. O regime autocrático burguês²⁸, instaurado na década de 1960, sustentou o desenvolvimento capitalista e o processo de acumulação da burguesia, indo de encontro a qualquer movimentação democrática da classe trabalhadora através de um pacto “contrarrevolucionário” (NETTO, 1994, p. 25). A resistência foi talhada e o Estado assumia então a função de manter a ordem social estabelecida através da centralização do poder. Nesse contexto, a educação ocupa lugar central na formação ideológica e no controle contra a “subversão”.

No que diz respeito às pesquisas e estudos que contemplavam a problemática do envelhecimento humano, até a década de 1970, não somente no Brasil, era hegemônica a concepção de que o desenvolvimento humano declinava no decorrer da vida, sendo a velhice a fase culminante de perdas e déficit mental. Poucas eram as propostas que enfatizavam a existência de variações nos modos de envelhecer e que refutavam a ideia de estágios de vida vinculados à idade

²⁸ O conceito de autocracia desenvolvido por Florestan Fernandes (1976) relaciona a forma de governo com a relação de poder da dominação burguesa e a composição de interesses de classe nas economias capitalistas subdesenvolvidas e dependentes. Segundo ele: “[...] Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de ‘parceiros sólidos’ na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa” (FERNANDES, 1976, p. 294).

cronológica. Debert (2006) afirma que é a partir dessa década que a velhice passa a ter um trato acadêmico propriamente dito, transformando-se em objeto de pesquisa de diferentes disciplinas no interior da universidade, especialmente na pós-graduação.

O ensino superior e a consolidação da pós-graduação durante o regime militar foram marcados pela influência de modelos importados do exterior, sobretudo o norte-americano e, segundo Cunha (1991), seguiram uma filosofia de ação tecnicista, onde a repressão sobre o sistema educacional mantinha apenas as atividades essenciais para a sua existência, dentro dos limites do autoritarismo e voltada a uma elite dominante. Apenas no início da década de 1980, com a retomada do regime democrático, foi possível observar uma abertura à participação da sociedade civil e a pós-graduação pôde se tornar um espaço legítimo de pesquisa e formação.

Pode-se dizer que é nesse contexto que, no Brasil, a preocupação com a velhice ganha expressão para além da área clínica, englobando muitas concepções que foram incorporadas pelas sociedades e associações. Do ponto de vista político, estas foram um importante campo de intervenção e pesquisa que, ao notar a diversidade de pensamentos e abordagens, traçaram estratégias de integração entre os posicionamentos que permeavam a questão da velhice. Um exemplo foi a criação da Associação Nacional de Gerontologia (ANG), denominada originalmente Associação Brasileira de Gerontologia que, criada em 1985, tinha como finalidade contribuir para a melhoria das condições de vida da população idosa brasileira. É uma instituição semelhante à SBGG, de natureza técnico-científica, que reúne profissionais e pesquisadores que estudam o envelhecimento no Brasil. Segundo Haddad (1986.a), essas sociedades e associações são exemplos institucionais que expressam a ideologia burguesa predominante no sistema capitalista internacional quando, vinculadas à organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Centro Internacional de Gerontologia Social (CIGS), ajudam a propagar a proposta de “preparação para o envelhecimento”. Para Teixeira (2008), a característica comum e central dessa difusão internacionalista da preocupação com o envelhecimento é abordá-lo em sua universalidade abstrata, desconsiderando as condições materiais de existência dos velhos nas diferentes classes sociais. A autora considera que a influência das agências internacionais, como a ONU, a

Organização Mundial da Saúde (OMS) e Associação Internacional de Gerontologia tem contribuído para uma maior visibilidade pública da questão do envelhecimento, mas, contraditoriamente, fazem-no propondo práticas que responsabilizam o indivíduo pelo seu bem estar na velhice, reafirmando a lógica privacionista, subjetiva e individual sobre as questões que são de trato público.

Ainda assim, a década de 1980, marcada por lutas e reivindicações no caminhar do processo de redemocratização brasileira, significou o retorno de uma velha luta em torno da desigualdade e da miséria no fim da vida. Foi um momento que abriu espaço para discussão através dos movimentos e repercutiu numa visão mais ampla da velhice. Um exemplo foi o movimento em defesa da previdência: segundo Haddad (1993), o Movimento de Aposentados e Pensionistas já estava consolidado em todo território nacional em 1985, discutindo os caminhos para

[...] a formulação das suas demandas, a luta por melhoria de condições de vida, em um contexto que a exploração econômica se concretiza na sociedade brasileira pela ação do grande capital, e na política econômica do Estado que cria, garante e expande as condições de dominação (HADDAD, 1993, p. 104).

Contraditoriamente, o período de redemocratização brasileira que desaguou na Constituição de 1988 foi marcado por controvérsias de cunho neoliberal em relação à política econômica que se instaurava nos países desenvolvidos. Por ser produto da correlação de forças que esteve em embate no processo de sua formulação, a Constituição de 1988, segundo Florestan Fernandes (*apud* HADDAD, 1993, p. 106), “[...] foi posta sob um signo precário, durante a sua elaboração e posteriormente. Ela não responde às exigências da situação histórica.” Entretanto, é certo que a Constituição trouxe uma renovação para a luta pelo direito à velhice, formulando desafios para a manutenção do caráter democrático na gestão das políticas propostas. É nessa conjuntura que surge a necessidade de se questionar as bases de sustentação da Geriatria e Gerontologia Social.

Ainda na década de 1980, o debate sobre a velhice ganhou impulso em meio à efervescência popular e a movimentação social. Segundo Rodrigues (2001), a ANG realizou vários seminários regionais para discutir a questão do idoso no Brasil, culminando com um grande seminário em Brasília, que contou com a participação de várias entidades interessadas na criação de políticas sociais para os idosos. Este seminário gerou um documento intitulado “Políticas para a Terceira

Idade nos Anos 90”, escopo para a criação da Política Nacional do Idoso, criada durante o governo de Itamar Franco, em 1994. A transição do regime militar para um governo civil de caráter liberal ocorre submersa numa crise econômica mundial profunda, sendo necessária, para a manutenção da supremacia burguesa, a adoção de estratégias.

O fato de o restabelecimento da democracia no Brasil estar em uma conjuntura de crise do capitalismo internacional fez do país palco para adoção do neoliberalismo enquanto direção política e ideológica, que, através da redução da ação do Estado, instaurou o desmonte dos direitos e conquistas sociais recém adquiridos. Segundo Silva (2006), o autoritarismo entra em tensão com o processo de democratização no governo Collor que, por sua vez, favoreceu a autocracia burguesa e usurpou o espaço de participação popular na tentativa de impedir a construção de uma identidade das classes populares, transformando-os em meros produtores e consumidores. No campo das políticas sociais, houve o que Behring (2003) chama de uma verdadeira “contrarreforma”, que subordinou os direitos sociais à política econômica mundial e difundiu nas políticas sociais o trinômio neoliberal da focalização, privatização e descentralização.

Nas últimas duas décadas, os setores sociais e populares têm se mostrado cada vez mais subalternizados pelas condições redefinidas do trabalho: trabalho informal, flexibilização do trabalho, desproteção trabalhista, dentre outros aspectos que desembocam no agravamento da desigualdade e pobreza. Para o trabalhador velho, as expressões de uma vida marcada pela exploração do trabalho e a fragilidade na proteção social, tem caracterizado a condição de pobreza citada por Debert: “[...] o empobrecimento e os preconceitos marcariam a velhice nas sociedades modernas, que abandonam os velhos a uma existência sem significado” (2004, p. 17).

As respostas dadas a essa problemática decorrente da desvalorização dos velhos tem se dado mediante políticas de seguridade social que, em países de capitalismo dependente como o Brasil, não conseguem garantir o mínimo necessário à reprodução da vida a uma parcela significativa da população. Essas medidas carregam o traço conservador²⁹ que mantém o ciclo da apropriação de riquezas e

²⁹ O conservadorismo, tal como o compreendemos, diz respeito a um processo situado nos marcos do capitalismo, como expressa Escorsim Netto: “[...] o pensamento conservador é uma expressão

exploração da grande massa. Sob a égide do neoliberalismo, as políticas sociais que integram o conjunto de proteção social à velhice do trabalhador são guiadas pela lógica que reproduz ações de caráter focalizado, seletista, excludente e privatista, que sucateiam seus serviços, abrindo espaço para a iniciativa privada e redes de solidariedade.

Pereira (2007) sugere como resolução dessa questão a adoção de um perfil de políticas sociais que respondam às necessidades relacionadas às condições de vida dos idosos, às situações específicas de pobreza, mal estar e marginalização (condições socioeconômicas de pobreza, habitação, saúde), os fatores políticos, sociais, econômicos e culturais que influenciam a vida dos idosos e a análise comparativa das políticas sociais nacionais com as de outros países. Essa seria uma forma de propor a incorporação do envelhecimento na agenda das políticas públicas na tentativa de responder aos males extremos do envelhecimento empobrecido.

No entanto, Teixeira (2008) não concorda que tais iniciativas possam valorizar o trabalhador envelhecido. Para a autora, isso só seria possível através de uma transformação radical, e não através de reformas ou políticas sociais que não alterem em nada o sistema capitalista. Ela aponta que uma forte tendência das políticas sociais que incluem os idosos nesse contexto é a reatualização da filantropia, que busca ocupar o tempo livre do velho através de estratégias de controle da pobreza, do associativismo e da participação do trabalhador envelhecido. Para a autora, há um envolvimento entre o público e o privado na garantia do atendimento das necessidades sociais dos idosos, num processo de mercantilização e refilantropização de serviços sociais. Segundo ela:

[...] os programas para idosos da filantropia, a política setorial nacional e o Estatuto do Idoso compõem um desenho de política social para idosos, que é refratário (parte constituinte e parte constituída) das tendências de uma 'nova' cultura de fazer política social, aquela que divide responsabilidades sociais no trato das refrações da questão social com a sociedade civil [...] através da ação direta das organizações da sociedade civil, como espaços de proteção social, de execução da política social (TEIXEIRA, 2008, p. 308).

Contudo, para entender as formas de resposta que o Estado, em específico o Estado brasileiro, tem dado às necessidades imediatas dos trabalhadores velhos,

cultural [...] particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa – configuração que deve ser tomada como uma 'rica totalidade de determinações e relações diversas' (MARX, 1982, p.14) e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais." (ESCORSIM NETTO, 2011, p.40-41)

é preciso considerar que a própria dinâmica do sistema (considerando as constantes crises do capital e a adoção de um modelo de produção pautado na flexibilização do trabalho e do modo de vida) trouxe, para o Brasil, profundas transformações no campo da proteção social. No contexto da atual crise, o regime fordista é substituído por um regime que, como afirma Montañó e Duriguetto (2010), anula as conquistas trabalhistas e os direitos sociais e permite a superexploração do trabalho. Desta forma, o projeto neoliberal é adotado enquanto estratégia de retomada do capital, desdobrando-se na ofensiva contra o trabalho, na reestruturação produtiva e na (contra) reforma do Estado. Segundo estes autores, é neste cenário que as políticas sociais assumem uma função compatível com as estratégias de acumulação sob domínio do mercado, o que resulta numa redução dos gastos públicos com políticas sociais. Nessa direção, o Estado propõe a substituição de políticas sociais por programas focalizados de combate à miséria, com ações direcionadas ao incremento da privatização dos serviços sociais e pela parceria com organizações filantrópicas e de terceiro setor (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010, p. 209).

Nesse contexto, as políticas sociais direcionadas às necessidades da classe trabalhadora, inspiradas na ideologia do social-liberalismo, são repensadas em moldes de combate à pobreza e às desigualdades sociais. A direção dos investimentos está em políticas sociais de transferência de renda focalizadas e compensatórias, a exemplo do Benefício da Prestação Continuada (BPC), que usa de condicionalidades que selecionam apenas aqueles mais pobres. Segundo Castelo (2012), a natureza da “questão social” e a contradição entre capital e trabalho são reduzidas ao pauperismo absoluto e passam a ser solucionadas “via políticas sociais assistencialistas, empoderamento dos indivíduos³⁰ e distribuição equitativa do ativo ‘educação” (p. 64).

Em artigo publicado recentemente pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Camarano (2013) afirma que a definição etária de 60 anos para o idoso no Brasil presente no Estatuto do Idoso, deve ser elevada em 5 anos, com o objetivo de acompanhar a crescente expectativa de vida da população. No entanto, essa ação mascara o real interesse em prolongar ainda mais o tempo em que o trabalhador é explorado pelo capital. O documento ainda propõe que grande parte

³⁰ O Capítulo 3 apresentará uma perspectiva presente na produção de conhecimento do Serviço Social que faz uso do conceito de “empoderamento” na caracterização da velhice.

dos benefícios previstos no Estatuto, como, por exemplo, a meia-entrada em atividades de cultura e lazer, sejam concedidos por “necessidade”, e não por critérios etários. Trata-se de um retrocesso na agenda da garantia dos direitos dos idosos no país que revela a contradição do Estado na atenção das demandas da classe trabalhadora envelhecida.

Essa característica de redução das iniciativas do Estado no trato com as expressões da questão social revela uma tendência de retorno a práticas conservadoras que, sendo os serviços ofertados por instituições de caráter não-estatal, reformulam a lógica caritativa e assistencialista das políticas sociais. Sem ser alvo de mecanismos de fiscalização ou controle, as ações desenvolvidas nas instituições trazem imbricado o cunho tradicional que dissemina uma cultura da atividade, da ressocialização, da “melhor-idade”, do envelhecimento ativo e bem sucedido, mascarando as diferentes formas de envelhecer e as heterogeneidades que se referem às condições materiais de existência.

Esse contexto de forte avanço do capital sobre a organização dos trabalhadores e a adoção do ideário neoliberal no campo das políticas sociais repercute, para alguns autores³¹, no que eles chamam de *vazio* ou *decadência ideológica*, levada a cabo pela ideologia pós-moderna. Segundo Santos (2007), o projeto da pós-modernidade é marcado pelo abandono da razão dialética e adoção de uma razão instrumental ao capital ou do irracionalismo, sendo neoconservador por legitimar e reforçar o novo estágio da sociedade, usurpando a possibilidade de qualquer crítica racional.

Essa conjuntura de fragilidade ideológica, abandono da razão dialética e concomitante redução da ação pública estatal no âmbito das políticas sociais, repercutem na compreensão do significado da velhice na atualidade, da limitação da intervenção da Gerontologia e na necessidade de ir além.

³¹ Para maior aprofundamento, ver Santos (2007) e Castelo (2012).

1.2.2 Expressões da Gerontologia brasileira na contemporaneidade: um campo de disputas

É certo que a expressão imediata da necessidade de se intervir na questão da velhice tem sido o crescimento demográfico do número de velhos nos últimos anos. As transformações demográficas e as condições de vida dos sujeitos velhos, especialmente nos países onde a lógica de acumulação capitalista impõe a situação de subdesenvolvimento, incitam a ampliação do debate e o aprofundamento de pesquisas nesse campo. No Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³², as transformações no padrão demográfico começam a aparecer na década de 1940 e acentuam-se após os anos 1960, realizando-se aqui uma das transições demográficas mais rápidas do mundo. Ainda assim, até o final da década de 1970 a estrutura etária da população brasileira tinha um perfil de uma população predominantemente jovem (IBGE, 2009). A instituição afirma que o Brasil apresenta um novo quadro demográfico nos últimos anos, caracterizado por transformações na sua estrutura etária com o significativo aumento do contingente de idosos. As projeções estatísticas apontam que, no período de 2000 a 2020, o grupo etário de 60 anos ou mais duplica, ao passar de 13,9 para 28,3 milhões, e estima que a cada 100 pessoas em idade ativa, o número de velhos passará de 13,1 em 2000 para 52,1 em 2050.

O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) afirma, em pesquisa de 2011³³, que as estatísticas demográficas mostram um quadro preocupante para crescimento econômico. Isso porque a taxa de crescimento do número de velhos nos países desenvolvidos ocorreu aos poucos, quando esses países já tinham se tornado ricos. No Brasil e em países de economia semelhante, o crescimento do número de velhos está acontecendo muito mais rapidamente. Segundo dados da pesquisa, a partir de 2025 o crescimento populacional do Brasil será demarcado pelo aumento do número de velhos e pelo declínio da população em idade ativa (entre 15 e 59 anos). Para o Bird, esse envelhecimento deverá despertar soluções na sociedade brasileira, pois irá “afetar” as políticas de

³² Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/default.shtm>. Acesso em: 30 abr 2013.

³³ Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2011/04/envelhecimento-do-brasil-pode-barrar-desenvolvimento-diz-bird.html>>. Acesso em: 29 dez. 2013.

seguridade, especialmente a saúde, mas também o planejamento urbano e o mercado de trabalho.

Dessa forma o quadro quase mundial de transição demográfica³⁴ e suas repercussões no mundo dos homens têm despertado o crescimento do interesse sobre as questões do envelhecimento, tanto no âmbito das políticas sociais como nas pesquisas acadêmicas. Segundo Haddad (1986.a), as propostas para melhoria da qualidade de vida se sustentam na ideia de que, com o crescimento do número de idosos, é preciso assistir essa parte esquecida da sociedade. Teixeira (2008) concorda e afirma que, com tais transformações demográficas, o envelhecimento passou a se transformar numa questão de política pública, ampliando-se a cobertura das políticas de seguridade social no Brasil.

Como já citado, as últimas décadas foram marcadas pela contradição entre conquistas sociais da classe trabalhadora no âmbito dos direitos e a ação de um Estado mínimo para social. Pode-se observar em nosso país um leque de lacunas na garantia e acesso a bens e serviços em detrimento ao aumento da expectativa de vida. Com a acentuação da desigualdade social, esse quadro se configura um tanto adverso, principalmente com a implementação de políticas de ajuste neoliberal dos últimos governos, que obrigam a redução dos gastos públicos, gerando cortes significativos no financiamento das políticas sociais concomitante a outras medidas que subtraem direitos.

Ainda assim, as demandas da sociedade civil e dos movimentos populares foram relativamente integradas, através da promulgação dos direitos sociais dos idosos previstos na Constituição Federal de 1988, e nas legislações posteriores como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que regula o Benefício da Prestação Continuada (BPC)³⁵. Como Política Social Especial, é promulgada a Política Nacional do Idoso através da Lei 8.842, de 4 de abril de 1994, e regulamentada pelo Decreto 1.948, de 3 de julho de 1996, que tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. A família é também

³⁴ Segundo Paiva (2012), o envelhecimento populacional só pode ser considerado um fenômeno observado no mundo se, e somente se, subtrai-se desse mundo países como a Suíça e o Congo, que não estão vivenciando esse processo.

³⁵ O Benefício da Prestação Continuada (BPC) é um benefício da Política de Assistência Social que prevê a concessão de um salário mínimo ao idoso ou pessoa com deficiência que não tenha condições de prover a sua subsistência nem tê-la provida por sua família.

chamada a desempenhar a função de apoio social informal, contribuindo na garantia da autonomia e qualidade de vida do idoso. Ressaltamos que, nesse contexto de corte de financiamento das políticas públicas, as famílias têm sido mobilizadas a assumirem responsabilidades que muitas vezes são da esfera do Estado, no conjunto de medidas de proteção social direcionados aos vários segmentos da sociedade.

Na última década, o Estatuto do Idoso, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, torna-se o instrumento legal mais conhecido no meio popular, dando respaldo à garantia de acesso a direitos previstos na lei, assegurando ao idoso “[...] todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (ESTATUTO DO IDOSO, art. 2º). O Estatuto, além de tornar mais claro o entendimento sobre a garantia de direitos, prevê penas rígidas para quem praticar algum tipo de violência à pessoa idosa; seja violência física, psicológica, abandono, abuso (financeiro ou sexual) e negligência.

Em meio a essa efervescência política sobre os assuntos de interesse da velhice, a Gerontologia tem reforçado a sua dimensão multiprofissional e ampla sobre a velhice, dentro dos limites impostos pelo ideário neoliberal. No Brasil, ela compreende os campos da Geriatria e da Gerontologia Social, numa proposição de ampliar a noção de velhice para além dos seus aspectos clínicos, visando o aumento da qualidade no fim da vida. Segundo Neri (2001), a Gerontologia se constitui enquanto um “[...] campo multi e interdisciplinar que visa à descrição e à explicação das mudanças típicas do processo de envelhecimento e de seus determinantes genético-biológicos, psicológicos e socioculturais” (p.95).

Ao alcançar o *status* científico de produção de conhecimento, a Gerontologia no Brasil conta com eventos de abrangência nacional e internacional, além de revistas científicas que desenvolvem e divulgam o conhecimento científico na área do envelhecimento. Exemplos dentre vários eventos que propõem discussões científicas sobre a velhice e suas repercussões sociais são os Congressos Brasileiros de Geriatria e Gerontologia (CBGG), organizados pela SBGG; o Congresso Internacional de Envelhecimento Humano (CIEH); o Congresso de Geriatria e Gerontologia do Rio de Janeiro (GeriatRio); e o Congresso Norte-Nordeste de Geriatria e Gerontologia. Também existem revistas científicas sobre

envelhecimento, como a Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia, publicação do Centro de Referência e Documentação sobre Envelhecimento (CRDE) da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ), e a Revista Geriatria & Gerontologia (Revista G & G), publicação da SBGG, em circulação desde outubro de 2007.

Apesar da ampla inserção no meio acadêmico e do empenho em consolidar um campo específico de estudos sobre o envelhecimento humano, a Gerontologia, enquanto disciplina reconhecidamente científica, carece de fundamentos teóricos sólidos. Bobbio (1997) afirma que “[...] a velhice é um tema não acadêmico” (p.17), escrevendo sobre a questão como um velho, e não como professor. Neri (2006) ao divulgar artigo sobre as vertentes de abordagem do envelhecimento na psicologia, afirma que a pesquisa sistemática sobre velhice é recente (1950) e não traz consigo uma teoria própria de análise:

[...] Desde então não se produziu um corpo robusto de teorias gerontológicas e nem uma teoria geral e unificada sobre o envelhecimento. Grande parte da produção científica mundial é não fundamentada em teorias, embora já exista uma grande quantidade de dados empíricos sobre os vários aspectos da velhice e do envelhecimento (NERI, 2006, p. 58).

A ausência de teorias ou a multiplicidade delas nos estudos sobre envelhecimento humano acaba por escamotear a real visão do gerontólogo sobre velhice e sociedade. Por muitas vezes, é difícil identificar a disciplina sobre a qual trata determinado artigo ou livro, o que revela uma homogeneização das análises que não se vinculam a um paradigma específico e são pautadas apenas na justificativa de acontecimentos demográficos, epidemiológicos, sociais ou políticos. Os gerontólogos reconhecem que esse fator decorre do fato da produção nesse campo ser recente, ainda que tenha crescido nos últimos anos. Para Papaléo Netto,

O atraso na construção do conhecimento em gerontologia ou, mais particularmente, nas áreas de pesquisa e ensino, embora hoje já possam ser consideradas como altamente promissoras, tem algumas justificativas: 1 A importância que a medicina ou, mais especificamente, a geriatria, teve durante muito tempo sobre os demais campos da gerontologia; 2 A dificuldade de a gerontologia se firmar como disciplina ou mesmo ciência e, com isso, poder definir um campo de atuação e de construção de conhecimentos; 3 A resistência a realização de investigação com caráter interdisciplinar (NETTO, 2006, p. 6).

Sabe-se que a Geriatria é a especialidade médica que lida com o envelhecimento, abrangendo desde a promoção de um envelhecer saudável até o

tratamento e a reabilitação do idoso³⁶. No entanto, “o envelhecimento saudável” é um processo que resulta de inúmeros fatores para além dos orgânicos, quais sejam, sociais, econômicos, culturais etc. Por isso a afirmação da necessária integração das várias disciplinas que compõem a Gerontologia, para se alcançar um avanço significativo na produção científica nesse campo.

A Gerontologia no Brasil, como campo científico que agrega múltiplos profissionais e pesquisadores que tratam do envelhecimento, é um campo contraditório de disputas, onde os agentes que nele concorrem objetivam consolidar diferentes paradigmas em seu interior, tal qual afirma Lopes (2000)

Essa constatação aponta para a existência de um espaço rico em disputas que geram cada vez mais a produção de conhecimento, como objeto que movimenta essa luta concorrencial no campo científico, as quais trazem subsídios suficientes para dizer que a Gerontologia encontra no Brasil espaços propícios para desenvolver e se fortalecer como campo científico legítimo no trato das questões da velhice e do envelhecimento (LOPES, 2000, p. 195).

Na busca da afirmação da Gerontologia enquanto disciplina que produz um saber científico consistente sobre velhice, se faz necessário articular produção de conhecimento e realidade social. As lutas da classe trabalhadora no campo das políticas sociais devem estar presentes na produção de conhecimento, expressando as mudanças que os direitos conquistados refletem na vida dos sujeitos velhos.

Sendo o Serviço Social uma das profissões que produzem no campo da Gerontologia e concorre na defesa da direção dos direitos sociais, apresentamos no próximo capítulo a aproximação da profissão com a temática do envelhecimento e as perspectivas presentes na dimensão investigativa da atuação dos assistentes sociais.

³⁶ Conceituação fornecida pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Disponível em: <http://www.sbgg.org.br/publico/pdf/folder_geriatria.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2013.

2 SERVIÇO SOCIAL E ENVELHECIMENTO HUMANO: A GERONTOLOGIA NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DA CATEGORIA PROFISSIONAL

Para analisar a forma com que o Serviço Social tem evidenciado a apropriação da temática do envelhecimento humano, é necessário articular Serviço Social e velhice a partir de dois caminhos distintos, porém, complementares: no primeiro momento, trataremos acerca do processo histórico da profissão em sua interlocução com a temática da velhice pelo viés da intervenção profissional e do debate político. Posteriormente, tomaremos como enfoque o crescimento da pesquisa e produção de conhecimento sobre velhice pelo Serviço Social, sobretudo nos espaços das pós-graduações na área do Serviço Social.

A velhice e os velhos sempre foram objeto de intervenção do Serviço Social, desde o período de legitimação da profissão junto às instituições assistenciais do Estado, do empresariado e da Igreja Católica. Essa atuação, inicialmente portadora de um viés caritativo, permitia à profissão se aproximar de uma realidade – a questão da velhice - que em pouco tempo seria alvo de preocupação mundial. Na medida em que cresce o número de velhos nas sociedades, bem como a visibilidade que esse segmento passa a exigir em relação às suas demandas, o Serviço Social passa a buscar meios para qualificar a sua ação profissional e compreender o fenômeno da longevidade associado à crescente desigualdade social nas sociedades capitalistas.

No Brasil, a articulação da profissão com a temática do envelhecimento tem sido intensificada na medida em que o Serviço Social passa a sistematizar uma produção de conhecimento própria, que expressa as inquietações profissionais ante questões que se colocam como demandas desde a década de 1970. Além disso, a inserção de assistentes sociais nos movimentos pela redemocratização brasileira e na luta por direitos aproximou politicamente a profissão das solicitações protestadas pelos velhos trabalhadores.

Assim, através da intervenção profissional, da produção de conhecimento e da participação política, os profissionais do Serviço Social vêm se apropriando das questões que dizem respeito à condição de velhice dos sujeitos trabalhadores. Nos últimos anos, com a promulgação de legislações que versam sobre direitos dos

idosos e com a ampliação de espaços sócio-ocupacionais que atendem esse segmento da população, fica evidenciado o interesse de assistentes sociais em compreender o processo de envelhecimento, inserindo-o na realidade cotidiana, no intuito de pensar novas estratégias, criativas e propositivas, para o exercício profissional nesse campo.

2.1 Do passado conservador à defesa de direitos: o envelhecimento na agenda do Serviço Social

O envelhecimento da classe trabalhadora, enquanto expressão da questão social³⁷, sempre foi alvo de intervenção do Serviço Social, que, desde a sua gênese e institucionalização, atuou em face das problemáticas sociais resultantes das relações provindas do modo de produção capitalista.

No período de desenvolvimento do capitalismo monopolista, os processos materiais que produziam e reproduziam as refrações da questão social, dentre elas as relacionadas ao envelhecimento da classe trabalhadora, demandaram a intervenção do Estado e, por conseguinte, a intervenção profissional do Serviço Social (TEIXEIRA, 2008). É nesse contexto que o Serviço Social, enquanto profissão criada para abrandar as degradações provocadas pelo modo de produção capitalista, vai ser chamado pelo Estado para atuar com a “tragédia do fim da vida” do trabalhador.

O Serviço Social surge como uma das estratégias do Estado e empresariado para o enfrentamento e controle da chamada questão social, pois a expressão imediata da pobreza e a consequente organização popular da classe operária, vistas como ameaça à ordem burguesa, não poderiam mais ser ignoradas. Segundo Montañó (2011), a origem do Serviço Social como profissão teve por base o processo de dominação capitalista, que, no âmbito das relações sociais de classes, exigia meios de manutenção e reprodução da ordem social. Em meio a essa correlação de forças, os mecanismos de controle e manipulação da massa operária

³⁷ Teixeira (2008), já citada no capítulo anterior, é uma das autoras no Serviço Social que defende o envelhecimento da classe trabalhadora enquanto expressão da questão social, o que significa que o modo como a força de trabalho é explorada e expropriada, assim como as condições de produção e reprodução social, repercutem no tempo de vida do trabalhador e na maneira como este envelhece.

apareciam sob o formato de cuidados relacionados às necessidades dos trabalhadores, incumbência que ficava a cargo dos assistentes sociais.

A manutenção e reprodução da dominação de classe exigiram o ajustamento do trabalhador e o estímulo à cooperação, contexto em que surgiram também as grandes entidades assistenciais e patronais, espaços que permitiram a legitimação e institucionalização do Serviço Social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2007). Através de uma ação educativa e doutrinária, os assistentes sociais foram inseridos em instituições com diversas práticas materiais, dentre elas a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Social do Comércio (SESC), instituições pioneiras no cuidado assistencial aos velhos, já citadas no capítulo anterior. É pela via da intervenção que o Serviço Social se aproxima da realidade dos trabalhadores velhos e que se inicia essa interlocução.

O diálogo entre a profissão e a velhice se dá, portanto, em um contexto onde o envelhecimento deixa de ser uma questão do âmbito privado e passa a exigir a mediação do Estado. O Serviço Social é chamado a intervir nas demandas da velhice no lastro do movimento que amplia os cuidados aos velhos para além das ações de cunho médico, exigindo atuação pública diante da indigência e do abandono que permeavam a realidade de muitos desses trabalhadores.

No contexto da ditadura militar (1964-1985), momento em que a Gerontologia se institucionalizava no país através da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), as práticas tradicionais do Serviço Social latino-americano, orientadas pela ética liberal-burguesa, passaram a ser questionadas em um movimento de crítica que se convencionou chamar Reconceituação. O Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil permitiu que os profissionais reconhecessem suas limitações teórico-instrumentais e político-ideológicas (NETTO, 1994), abrindo espaço na profissão para a perspectiva de transformação social a partir da intensificação do apoio da categoria profissional aos interesses das classes exploradas. Através do amadurecimento teórico-metodológico que pôde ser observado nos anos posteriores³⁸, o Serviço Social se

³⁸ Sobretudo pela contribuição de Iamamoto (2007), que em 1982 analisou a profissão considerando a dinâmica das relações sociais. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* é considerado um marco da aproximação autêntica da profissão com a teoria social de Karl Marx.

colocou a favor dos interesses da classe trabalhadora e deu início ao processo de construção do projeto ético-político profissional do Serviço Social³⁹.

Relembramos que, neste momento, a proposta de atuação no âmbito da velhice esteve pautada no ideário prioritariamente educacional, o que pode ser observado na obra do assistente social Marcelo Antônio Salgado, integrante da equipe técnica do SESC, que desenvolveu, em 1980, uma pesquisa sobre a velhice como sendo uma “nova questão social”⁴⁰. Tal obra pode ser considerada um marco da aproximação do Serviço Social com a Gerontologia, que refletiu nitidamente acerca da intervenção profissional sobre as questões relacionadas ao envelhecimento (no âmbito do SESC) e que propõe políticas de atendimento ao idoso para um “envelhecimento integrado”.

O trabalho de Salgado (1980) destaca a necessidade de se adotar uma política social que faça frente ao envelhecimento da população, visto como mais um “problema social”. O autor aponta a ausência de uma política efetiva de atendimento à população idosa, que acaba por ser institucionalizada em abrigos e passa a viver em completo isolamento. Como possibilidade, o autor sugere o preparo à aposentadoria e à velhice através da integração de processos educativos e a adoção do lazer como instrumento de ocupação do tempo livre em decorrência de um tempo pago pelo trabalho, a partir da influência de estratégias colocadas pela Gerontologia internacional. É conveniente apontar, contudo, que na realidade brasileira as propostas ditadas pelo autor, além de responsabilizarem o indivíduo pela construção de uma boa velhice para si, só podem ser materializadas para uma pequena parcela de velhos, aquela alvo de atendimento pelo SESC.

Apesar das controvérsias, a obra de Salgado (1980) representa uma inegável contribuição ao desenvolvimento das discussões sobre velhice em seu tempo e propõe, dentro dos limites institucionais colocados, perspectivas para uma

³⁹ O III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), mais conhecido como “Congresso da Virada”, realizado em São Paulo no ano de 1979, é considerado o momento inicial de construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. No evento, uma vanguarda revolucionária entrou em cena, destituindo a mesa de abertura composta por uma ala conservadora e trazendo um representante da classe trabalhadora como palestrante (CFESS, 2009). Esse foi um momento rico em debates que, ao afirmar um compromisso com as demandas da classe trabalhadora, o Serviço Social pôde romper com seu passado conservador e traçar os caminhos ético-políticos que deram direção ao fazer profissional.

⁴⁰ Em que pese importantes debates sobre se há ou não “nova questão social”, não trataremos aqui sobre este tema.

política de atendimento ao idoso. No entanto, é necessário considerar que, como se pode observar, o autor buscou abordar o envelhecimento através de influências advindas muito mais da Gerontologia do que de uma intervenção crítica que expressasse os interesses da classe trabalhadora e a direção do Serviço Social nesse momento.

Essa afirmativa pode ser confirmada através da análise priorizada em seu trabalho, que recorre à educação como forma de enfrentar o isolamento, estratégia amplamente defendida pelo saber gerontológico. É importante destacar ainda que o SESC, nesse período, significou um relevante espaço ocupacional para os assistentes sociais, que trabalhavam com ações direcionadas ao envelhecimento.

Enquanto no campo da Gerontologia Social, o Serviço Social seguia por esta via, o debate político de uma significativa parcela da categoria profissional caminhava para uma radicalização oposta aos preceitos institucionais e ao seu passado conservador. O período de transição entre as décadas de 1970 e 1980 trouxe mudanças para o Serviço Social em todas as suas dimensões: no corpo político administrativo, houve uma revitalização nos organismos básicos da profissão no Brasil; na dimensão acadêmica, a criação e o desenvolvimento da pós-graduação deram impulso à produção de conhecimento na área; na intervenção profissional, aprofundou-se a interlocução da profissão com interesses dos setores populares (SILVA, 2006). Esse momento marcou a gênese de um projeto de continuidade da Reconceituação no Serviço Social, através da expressão de um posicionamento ético-político distinto daquele que respondia aos interesses das classes dominantes⁴¹.

No contexto da redemocratização brasileira, a articulação dos movimentos sociais com a luta pelo direito à velhice e à aposentadoria no início da década de 1980 possibilitou maior visibilidade à questão do envelhecimento da classe trabalhadora. Como já citado, o Serviço Social se encontrava em um momento de reconstrução das suas funções, da sua intervenção e dos seus objetivos enquanto profissão: por um lado, o currículo de 1982 incentivava a construção de um novo perfil profissional, estimulando a participação dos assistentes sociais nos movimentos populares, o que abriu espaço para inserção profissional nos

⁴¹ É datada deste período a revisão da Regulamentação da Profissão (Lei 8.662, de 7 de junho de 1993) e do Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993).

movimentos sociais que se expandiram naquele período; e, por outro, a expansão das políticas no campo dos direitos dos velhos empregou vários assistentes sociais, que passaram a construir sua intervenção junto à classe trabalhadora. Essas direções foram determinantes para que, aos poucos, a temática da velhice se desenvolvesse no fazer profissional e na produção de conhecimento do Serviço Social.

Naquele momento o Brasil passava pelo processo de transição da ditadura militar para um regime democrático, período marcado pela efervescência dos movimentos e lutas sociais. Segundo Montañó e Duriguetto (2010), na década de 1980 há uma vitalidade do movimento sindical, que passa a estar inserido em grandes greves e mobilizações desencadeadas por vários segmentos de trabalhadores. Esse movimento operário e popular foi, para Behring e Boschetti (2010), um elemento político que interferiu na agenda política dos anos 1980, e que disputou interesses no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, em oposição à conveniência das classes dominantes brasileiras. A chamada “Constituição Cidadã” vem expressar, em seu texto, o empenho dos movimentos populares na busca pela garantia de direitos sociais, humanos e políticos, ainda que tenha mantido fortes traços conservadores (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

A organização política dos assistentes sociais nessa conjuntura esteve articulada com as manifestações de lutas da classe trabalhadora, sobretudo com o movimento sindicalista que se organizava desde a década de 1970 (ABRAMIDES; CABRAL, 1995, p.194). Esse movimento de mudanças no Serviço Social se estruturou tanto pela negação do conservadorismo profissional quanto pelo contexto de enfrentamento da ditadura, que mobilizou vários sujeitos políticos coletivos em prol da redemocratização do país

Desde então, o Serviço Social tem acompanhado, tanto no âmbito da intervenção como no debate político, as conquistas sociais direcionadas também ao segmento idoso da população. A partir da década de 1990, o número de legislações brasileiras direcionadas ao atendimento da velhice, nos âmbitos federal, estadual e municipal, multiplica-se. Após a legalização da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS/1993), bem como da Política Nacional do Idoso (PNI/1995), a participação dos assistentes sociais no enfrentamento às demandas dos velhos se intensifica, sobretudo, nas políticas de saúde e assistência social. Mais recentemente, após

promulgação do Estatuto do Idoso (EI/2003) e da implantação do Sistema Único de Assistência Social, em 2005, por meio da Norma Operacional Básica (NOB/Suas), a interlocução entre Serviço Social e velhice se torna ainda mais evidente no campo da intervenção, o que se reflete na produção de conhecimento⁴².

É, portanto, nas dimensões política e técnico-operativa que o Serviço Social vem construindo, historicamente, uma interlocução com o envelhecimento da classe trabalhadora. Essa é a forma imediata que o assistente social é chamado a intervir e dar respostas às condições concretas de vida dos velhos que demandam seus serviços. No entanto, para responder às questões que lhes são colocadas, o profissional necessita de fundamentos, conhecimentos, saberes interventivos e habilidades técnico-profissionais que lhe permitam escolher entre possibilidades concretas de intervenção pautadas em um projeto de sociedade e em princípios éticos.

Apesar dos desafios na articulação com a temática do envelhecimento os assistentes sociais, enquanto categoria profissional, têm se posicionado em conformidade com o projeto ético-político, colocando-se na luta pela defesa e ampliação de direitos desse segmento populacional, o que mostra uma preocupação da categoria com as questões latentes na contemporaneidade. Essa assertiva pode ser evidenciada no discurso atual do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), bem como na incorporação de um subgrupo temático de pesquisa sobre a questão geracional – velhice pela ABEPSS.

O CFESS, através de suas publicações, dentre elas a Revista Inscrita, procura divulgar a perspectiva crítica na análise do envelhecimento. Como exemplo, sua edição nº 6 traz um artigo intitulado “Idosos: do assistencialismo ao direito”, da professora Eneida Gonçalves de Macedo Haddad (2000), importante interlocutora nas discussões sobre velhice, citada desde o início deste trabalho. Também através do CFESS Manifesta⁴³, o Conselho tem se posicionado em relação à questão do

⁴² Os dados dessa pesquisa mostram que, no ano de 2005, pós-promulgação do Estatuto do Idoso e apropriação da profissão do significado dessa nova conquista, houve um crescimento significativo do número de produções sobre envelhecimento nos Programas de Pós-Graduação da área de Serviço Social, quando comparado a outros períodos.

⁴³ O CFESS Manifesta é uma publicação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que traz manifestos e os principais posicionamentos políticos da categoria diante das questões que dialogam

velho, unindo-se “[...] à luta pela valorização da pessoa idosa e pela sua participação na sociedade e no controle social da política do idoso, mantendo-se coerente com os princípios do código de ética profissional [...]” (CFESS, 2009).

No XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS, 2010), a agenda política sobre velhice também indicou o compromisso da categoria profissional com a valorização e a defesa dos direitos do velho tanto na formação como no exercício profissional dos assistentes sociais. O compromisso foi expresso na proposição de estudos e pesquisas sobre a velhice no Brasil que superem a perspectiva gerontológica, assim como na intenção de consolidar as intervenções para ampliação dos serviços direcionados aos velhos no exercício profissional.

Os assistentes sociais têm estado presentes nos espaços públicos de debate e deliberação sobre envelhecimento no Brasil, como as Conferências Nacionais, Estaduais e Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa. Desde 2002, o CFESS segue com representações de assistentes sociais no Conselho Nacional de Direitos do Idoso (CNDI), ocupando uma das vagas destinadas às entidades da sociedade civil. Da mesma forma, vários Conselhos Regionais de Serviço Social também incidem ações de protagonismo nestes espaços. É enfatizada a importância da presença do Serviço Social nesses espaços, diante dos princípios éticos que regem a profissão, dentre eles a defesa dos direitos humanos e ampliação da cidadania para todos, inclusive para a população idosa.

A categoria tem se posicionado ainda a respeito da violência contra o idoso, através de manifestos que reconhecem a pessoa idosa como sujeito de direitos. Segundo o CFESS:

Pode-se afirmar que a maior violência produzida socialmente é a que impede a apropriação da riqueza, construída coletivamente, por todos os membros desta mesma sociedade. A consciência desta contradição, própria do modo de produção capitalista, impõe a necessidade de enfrentamento de toda e qualquer forma de naturalização da violência nas sociedades divididas em classes sociais. A violência estrutural experimentada pela maioria da população possui dimensões particulares para aqueles que, ao longo da história, a construíram/reconstruíram e hoje vivenciam o ser idoso [...] (CFESS, 2011).

O posicionamento da profissão diante das questões relativas ao envelhecimento do trabalhador comunga com a direção do projeto ético-político do

Serviço Social, ao atentar para as expressões da questão social, considerando a realidade sócio-histórica. Perceber o sujeito velho como trabalhador permite a interlocução dos problemas da velhice (pobreza, desprezo, adoecimento) com uma perspectiva mais ampla, no contexto da exploração das classes subalternas e nas particularidades do envelhecimento dos sujeitos que constituem essas classes. Apesar da hegemonia na direção crítica, é um desafio para a profissão manter tal postura em um contexto tão adverso.

Como resposta sobre como manter o posicionamento crítico diante dos tensionamentos neoliberais, Netto (2007) considera que é necessário preservar o aprofundamento do projeto ético-político do Serviço Social, o que depende da vontade majoritária do corpo profissional e do fortalecimento do movimento democrático e popular. Segundo ele, a cultura neoliberal é antagônica ao projeto e não se registra atualmente no Brasil uma resistência expressiva a essa ofensiva. Esse quadro expresso pelo aviltamento das possibilidades que mantinham o projeto ético-político profissional hegemônico no interior da profissão se mostra adverso e contraditório na atual conjuntura de crise estrutural do capital. Na medida em que os desafios para compreensão da realidade a partir de uma perspectiva crítica e totalizante são acentuados, pode ser revelado também um campo vasto de possibilidades de resistência e organização da categoria profissional em busca da legitimidade de um discurso politicamente crítico.

Um dos maiores desafios diz respeito à cultura neoliberal, que fetichiza a realidade e escamoteia as determinações que fazem do envelhecimento do trabalhador uma forma peculiar de enxergar as contradições de classe, mesmo para os que recebem uma formação crítica, como os assistentes sociais. Muito desse ocultamento diz respeito ao fato de a prática do assistente social, na interlocução com as demandas da velhice, materializar-se no cotidiano. É no cotidiano que o imediatismo se realiza e exige múltiplas respostas no âmbito da reprodução social. Segundo Heller (apud GUERRA, 2013), o cotidiano, espaço insuprimível do real, é o mundo das objetivações, onde os fenômenos e relações aparecem de forma caótica para os sujeitos, sendo, por isso, um espaço casualmente propício à alienações. O cotidiano não facilita a percepção da realidade para além dele, dadas as suas características de espontaneidade, imediatez e superficialidade extensiva, podendo se configurar enquanto campo de armadilhas para o assistente social

através da prática de procedimentos como a ultrageneralização, numa negação da natureza dialética das relações, ou na confiança em certezas *a priori*, eliminando o questionamento e a possibilidade de conhecimento sobre o real.

No entanto, segundo Guerra (2013, p.41), o cotidiano, por expressar a contradição própria da realidade, é também espaço de mediação necessária para reprodução social, permitindo que os sujeitos “[...] transcendam o seu particular-individual e alcancem o seu humano-genérico”. É nesse espaço que o Serviço Social tem buscado construir a articulação entre as dimensões interventiva e investigativa, reconhecendo que conhecimento tanto precede quanto acompanha a intervenção.

Portanto, para dar respostas profissionais críticas e éticas às demandas postas pelos trabalhadores velhos, o Serviço Social recorre à apreensão da realidade através de um conhecimento processual. A articulação entre o saber construído no nível prático e a reprodução mental do movimento do real é a via que tem permitido ao assistente social perceber os elementos que constituem o exercício profissional, dos mais simples aos mais complexos. Forti e Guerra (2013) afirmam que, através da compreensão da prática enquanto atividade reflexiva que permite a transformação na realidade, o assistente social tem a chance de executar suas atividades, imprimindo sentido e finalidade às suas ações. Para não perder o foco do que significa a intervenção do Serviço Social, os profissionais da área têm buscado o preparo teórico, ético-político e metodológico que lhe permitem desvelar e efetivar sua ação nas relações sociais.

2.2 Produção de conhecimento no Serviço Social, Gerontologia e suas complexas aproximações

Pretendemos elucidar, nesse tópico, as possibilidades de compreensão do envelhecimento humano pelo Serviço Social expressas especificamente na produção de conhecimento. O Serviço Social se configura em um campo privilegiado de análise do fenômeno do envelhecimento da classe trabalhadora, tanto pela dinâmica de ampliação de direitos objetivada pela categoria profissional divulgada pelos Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS), quanto por lidar cotidianamente, no exercício profissional, com as questões da velhice,

construindo possibilidades de elaborar uma leitura crítica dessa realidade, subsidiada pela aproximação com o aporte teórico crítico-dialético.

Segundo Netto (2009.b), a produção de conhecimento e as atividades de pesquisa foram inseridas tardiamente no Serviço Social, em meio às novas demandas postas à profissão no lastro da “modernização conservadora”. Após 1968, com o estímulo à pesquisa em Serviço Social e o surgimento e expansão da pós-graduação, a profissão foi desenvolvendo cariz investigativo e ganhando expressão acadêmica através de uma produção própria.

Apenas no final dos anos 1980, o Serviço Social recebe o reconhecimento pelas agências de fomento como área de produção de conhecimento (GUERRA, 2009), momento em que a Gerontologia enquanto campo de estudos também era sistematizada no meio acadêmico de forma multidisciplinar⁴⁴. Para o Serviço Social, esse momento foi marcado pela aproximação com o referencial marxista, que contribuiu com os avanços na pesquisa, provocou debates qualificados e permitiu que a profissão alcançasse sua maturidade intelectual através uma direção teórico-metodológica crítica. Lara afirma que

Após as décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social aproximou-se de matrizes teóricas que colocam os movimentos sociais, as lutas de classes e a “questão social” como categorias de análises essenciais para o entendimento da realidade social. Nos anos de 1990 a 2000, há certa densidade do debate teórico, o que gerou maior visibilidade acadêmica da profissão. A aproximação do Serviço Social com a tradição marxista proporcionou avanços no arsenal teórico da profissão, e fez crescer qualitativamente o material bibliográfico produzido pela área (LARA, 2013, p.216).

A produção do arsenal teórico da profissão buscou apreender as contradições que se colocavam no exercício profissional, através da ultrapassagem da imediatividade da prática. Em direção à construção de mediações entre o singular e o universal, o Serviço Social viu a possibilidade de compreensão da realidade social através do fortalecimento da sua dimensão investigativa. Através da perspectiva teórica proveniente da tradição materialista dialética, foi possível ao Serviço Social a ultrapassagem da análise fragmentada e relativizada das relações

⁴⁴ Aqui fazemos referência ao já explicitado no Capítulo 1 sobre a inserção da área Gerontologia Social na Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) e da criação da Associação Nacional de Gerontologia (ANG), como formas de fortalecimento da multidisciplinaridade nos estudos sobre velhice.

sociais, elevando ao nível do consciente as determinações histórico-conjunturais que fazem a realidade tal como ela é. Ainda segundo Lara, na tradição marxista,

[...] a pesquisa não é para manusear “instrumentos” e “técnicas” que objetivam enjaular a realidade nos conceitos científicos; ao contrário, é para ter visão de homem e de mundo, posicionar-se diante da luta de classes e desnaturalizar as relações sociais da ordem burguesa. [...] Temos que elaborar conhecimentos que questionam a sociabilidade burguesa, aprofundar estudos sobre as categorias da tradição materialista-dialética, para entendermos, com radicalidade, o significado do projeto ético-político do Serviço Social (LARA, 2013 p. 227).

A pesquisa deve ser entendida, portanto, como instrumento de libertação, de descortinação da realidade. Segundo Guerra (2009), a pesquisa garantiu o “estatuto de maioria intelectual” para a profissão, permitindo ao Serviço Social contribuir efetivamente com as diversas áreas do conhecimento e conectar-se com as demandas da classe trabalhadora. A dimensão investigativa da profissão é constitutiva de grande parte das competências e atribuições dos assistentes sociais, e para a autora,

A pesquisa assume, assim, um papel decisivo na conquista de um estatuto acadêmico que possibilita aliar formação com capacitação, condições indispensáveis tanto a uma intervenção profissional qualificada, quanto à ampliação do patrimônio intelectual e bibliográfico da profissão, que vem sendo produzido especialmente, mas não exclusivamente, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (GUERRA, 2009, p. 702).

Kameyama (1998), ao realizar um levantamento sobre a produção de conhecimento na área de Serviço Social no período de 1975 a 1997, destaca que as dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre velhice defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social representavam apenas 2% do total das produções, sendo um tema emergente que veio a se desenvolver no interior da profissão apenas nos últimos anos. Foi a necessidade de atuar na realidade que levou a profissão a buscar e produzir conhecimento também sobre as demandas da classe trabalhadora referentes à velhice. A produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social está relacionada com a relevância que esta temática passou a representar na dinâmica da sociedade, aparecendo para a profissão em forma de requisições.

Um dos principais meios de difusão da produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil tem sido a Revista Serviço Social & Sociedade⁴⁵, que teve sua primeira edição em setembro de 1979, em meio ao movimento de renovação do Serviço Social, contribuindo como instrumento de divulgação da produção acadêmica e profissional. É a primeira revista de circulação nacional na área do Serviço Social e está classificada no Estrato A1 no sistema Qualis Periódicos da Capes/MEC⁴⁶.

A revista expressa um indicativo do posicionamento da profissão diante da defesa de direitos e da formação e exercício profissional críticos. O tema do envelhecimento começa a ser abordado de maneira mais explícita na Revista Serviço Social & Sociedade apenas a partir da década de 1990, na edição de número 37⁴⁷. Em 2003, ano da promulgação do Estatuto do Idoso, a publicação ganha uma edição especial (nº 75) sobre Velhice e Envelhecimento, composta por 11 artigos, além de comunicações de pesquisas e informativos. Consideramos que essa publicação é fruto da proliferação dos debates fomentados sobre envelhecimento na última década, mostrando que a emergência dessa temática na produção de conhecimento da profissão acompanhou o movimento do real e a dinâmica da intervenção profissional nas demandas da velhice.

O comparecimento da temática em espaços de publicação importantes para o Serviço Social revela um grande avanço em comparação com a ausência de debate amplo nos períodos anteriores. Outras revistas de alcance significativo para a profissão também têm aberto espaço para divulgação de pesquisas sobre envelhecimento⁴⁸: a revista Textos & Contextos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), entre 2002 e 2013, publicou 15 artigos com essa temática⁴⁹; a revista Ser Social, da Universidade de Brasília (UnB) publicou, entre 2003 e 2012, 11 artigos sobre envelhecimento (a maioria publicados na revista de nº 21, edição especial sobre *Política Social, Envelhecimento e Família*); a Revista de

⁴⁵ Para mais informações sobre a Revista, consultar: <<http://www.scielo.br/revistas/sssoc/paboutj.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

⁴⁶ Atualmente a revista encontra-se no número 117, editada em março de 2014.

⁴⁷ Informações coletadas no endereço: <http://www.cortezeditora.com.br/>. Acesso em 14 de janeiro de 2014.

⁴⁸ Dados obtidos nos sistemas dos principais periódicos de divulgação da produção de conhecimento do Serviço Social, através de busca com os descritores idoso, velhice ou envelhecimento.

⁴⁹ O significativo número de publicações pode ter relação com o fato de haver, no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC/RS, uma linha de pesquisa destinada à Gerontologia Social, o que será melhor discutido nas próximas páginas.

Políticas Públicas, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que lançou uma edição sobre *Políticas Públicas: gênero, etnia e geração*, publicando 5 artigos que abordavam a velhice; a revista *Katálysis*, publicou 2 artigos, um em 2006 e outro em 2007; e também a revista *Em Pauta*, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), que publicou 1 artigo em 2010.

Na publicação de livros, podemos citar o estudo de Zimerman (2000), assistente social que apresenta os elementos biopsicossociais da velhice, a partir de contribuições da demografia, Geriatria e Psicologia. Em sua obra, a autora defende a necessidade de resgatar o “valor” do idoso, sem considerar que na sociedade de classes o trabalhador só tem valor enquanto força de trabalho, perdendo na velhice, de forma irreversível, o valor de uso para o capital. A autora afirma:

[...] as ideias aqui expostas refletem minha própria experiência em gerontologia e pretendo mostrar que não se pode tratar o velho de forma isolada. É preciso pensar também no grupo que o cerca, no qual estão incluídos a família, os cuidadores, os amigos e demais pessoas envolvidas (ZIMERMAN, 2000, p. 16).

Concordamos que não se pode tratar o velho de forma isolada. No entanto, discordamos da autora na continuidade da sua fala, pois entendemos que, para além de inseri-lo no grupo que o cerca, é necessário introduzi-lo no espaço e no tempo social, considerando a história, as relações de classe e o lugar que esse velho ocupou no processo de produção e reprodução social.

Em perspectiva nitidamente oposta, destacamos a tese de Teixeira (2006)⁵⁰, publicada em livro citado desde o início desta dissertação, que reitera a centralidade do trabalho e a contradição de classes como fundamentais para compreensão do envelhecimento da classe trabalhadora nos marcos do capitalismo, dadas as formas de exploração do trabalho pelo capital. A autora não se propõe a estudar o envelhecimento humano genérico, mas o modo de envelhecer de determinada classe social, a classe trabalhadora, em um determinado tempo histórico: o tempo

⁵⁰ A tese “Envelhecimento do trabalhador no tempo do capital: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea”, da autora Maria Solange Teixeira, é um dos primeiros trabalhos científicos sobre envelhecimento no Serviço Social que demonstram uma rica aproximação com a tradição marxista e com o método dialético. Posteriormente publicada em forma de livro, com o título “Envelhecimento e Trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil” (2008), representa uma significativa contribuição para o Serviço Social como profissão e área do conhecimento, bem como para o campo da Gerontologia Social (Crítica).

do capital. É possível identificar, na vinculação teórico-política deste trabalho, a aproximação com a leitura marxista da realidade.

Para além de apresentar a influência teórico-metodológica marxista em seus estudos, como o faz a grande maioria de pesquisadores no Serviço Social, ainda que sem adensamento, a autora busca, durante todo o trabalho, apreender na realidade os elementos determinantes para compreensão do fenômeno do envelhecimento humano com consistência teórica e analítica. Por seu estudo fazer referência à produção de conhecimento do Serviço Social, também Paiva (2012)⁵¹ contempla em seu trabalho a discussão sobre o projeto ético-político profissional respaldado no pensamento marxista, e expresso na produção de conhecimento alicerçada na teoria social crítica especialmente a partir da década de 1990. Para a autora, esse fato evidencia a opção da categoria pelo projeto societário da classe trabalhadora no Brasil.

Como vimos no tópico anterior, o projeto ético-político do Serviço Social tem sido a expressão que revela o posicionamento do fazer profissional diante das expressões contraditórias da realidade. A partir de sua proposta política, o projeto profissional indica que os assistentes sociais sejam direcionados para uma prática transformadora, subsidiada por um referencial crítico, assumindo o compromisso com a liberdade e a emancipação dos indivíduos.

É importante debater esse ponto tendo em vista que a formação e constituição de uma massa crítica no interior da profissão resultam no avanço e adensamento das produções acadêmicas na área. Sendo assim, se o Serviço Social tem o seu modo de ser nas contradições próprias do sistema de classes, é fundamental que a produção de conhecimento nessa área faça uso de uma teoria social que responda às relações sociais no âmbito da sociedade burguesa, a saber, a teoria social crítica, pois é nos marcos do capital que a profissão exerce o seu fazer profissional. Conforme Marx (2009):

Os mesmos homens que estabeleceram as relações sociais de acordo com a sua produtividade material produzem, também, os princípios, as idéias, as categorias de acordo com as suas relações sociais. Assim, essas idéias são tão pouco eternas quanto as relações que exprimem. Elas são produtos históricos e transitórios (MARX, 2009, p.126).

⁵¹ Recentemente, a tese de Paiva (2012) foi publicada em livro intitulado: “Envelhecimento, Saúde e Trabalho no Tempo do Capital” (2014), representando uma importante contribuição para a análise da problemática do envelhecimento na contemporaneidade e, sobretudo, para a apreensão das racionalidades presentes nas discussões sobre velhice no Serviço Social.

A pesquisa, nesse contexto, é uma mediação singular na relação entre conhecimento e realidade, resultando sempre em um saber provisório e histórico. Para o Serviço Social, as categorias de análise da realidade são modificadas de acordo com o movimento histórico, e refletem o conhecimento disposto em relação às demandas cotidianas que surgem no exercício profissional.

Assumir uma pesquisa comprometida com as demandas dos trabalhadores se constitui em desafio para a profissão, sobretudo pelo espaço que a irracionalidade burguesa ou, segundo Guerra (2009), a racionalidade formal-abstrata, tem ganhado no debate acadêmico, desconsiderando o conjunto das relações sociais na compreensão e análise da sociabilidade humana. Segundo Lara (2013), são concepções científicas “plurais” cheias de ecletismo, dispostas a responder as expectativas de um modo de vida que se estabelece entre o fetiche do capital e a barbárie social.

Ainda se constituem em desafios para o Serviço Social no campo da produção de conhecimento o investimento em uma pesquisa qualificada que responda às demandas dos sujeitos coletivos que solicitam atuação do Serviço Social, bem como a promoção de uma política nacional de pesquisa que trate dos aspectos de relevância para a sociedade brasileira, sobretudo para a classe trabalhadora (GUERRA, 2009). Para Iamamoto (2007), é necessário preservar as conquistas já obtidas e materializá-las, reafirmando o compromisso da profissão com a defesa dos direitos e das conquistas acumuladas ao longo da história pela luta da classe trabalhadora, construindo um fazer profissional e uma produção acadêmica no horizonte da emancipação humana. O conhecimento é entendido aqui como elemento essencial na construção de novos caminhos para a sociedade.

2.2.1 Breve panorama da pós-graduação e a produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social

As produções acadêmicas formuladas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* desempenham um papel relevante no desenvolvimento da pesquisa e no atendimento dos desafios que a realidade coloca à profissão, permitindo o aprofundamento dos conteúdos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos do Serviço Social. Considerando que os estudos produzidos no âmbito da

pós-graduação contribuem para o avanço acadêmico do Serviço Social, apresentamos a seguir a expressão quanti-qualitativa dessa produção, considerando a relação entre conhecimento e realidade.

A evidência da temática do envelhecimento na produção do Serviço Social será admitida a partir da análise dos dados que seguem. No primeiro quadro, são apresentadas as áreas de concentração e as linhas de pesquisa que compõem a pós-graduação na área de Serviço Social até o ano de 2012, tendo em vista que são elas que definem quais os eixos temáticos centrais que orientam a definição das atividades curriculares do Serviço Social brasileiro.

Quadro 1: Distribuição das áreas de concentração e linhas de pesquisa pelos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil

PROGRAMA	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	LINHAS DE PESQUISA
Política Social - Universidade de Brasília (UNB)	ESTADO, POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA	— Política social, Estado e sociedade — Movimentos sociais e cidadania — Questão social, instituições e serviços sociais — Trabalho e relações sociais
Política Social - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	POLÍTICA SOCIAL, ESTADO E SOCIEDADE	— Reprodução e estrutura do capitalismo contemporâneo — Políticas sociais, subjetividade e movimentos sociais
Política Social - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)	POLÍTICA SOCIAL, ESTADO, SOCIEDADE E DIREITOS SOCIAIS	— Política social, Estado, direitos e movimentos sociais — Trabalho, questão social e Serviço Social
Política Social - Universidade Federal Fluminense (UFF)	PROTEÇÃO SOCIAL E PROCESSOS INTERVENTIVOS	— Avaliação de políticas de seguridade social — Avaliação de programas e projetos governamentais e não-governamentais — Gênero, geração, raça e política social — Geração e política social (foco em crianças e jovens)
Política Social - Universidade Católica de Pelotas (UCPEL)	PROCESSOS PARTICIPATIVOS, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICA SOCIAL; POLÍTICAS SOCIAIS, DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS	— Estado, direitos sociais e política social — Cidadania, proteção social e acesso à justiça
Políticas Públicas - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)	POLÍTICAS PÚBLICAS E MOVIMENTOS SOCIAIS; POLÍTICAS SOCIAIS E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS SOCIAIS	— Estado, cultura e políticas públicas — Desenvolvimento, questão agrícola e agrária e meio ambiente — Estado, questão urbana e políticas públicas — Estado, trabalho e políticas públicas — Avaliação de políticas e programas sociais — Seguridade social: política de saúde, política de assistência e previdência social — Política social e Serviço Social — Violência, família, criança, idoso e gênero
Políticas Públicas - Universidade Federal do Piauí (UFPI)	ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS	— Cultura, identidade e processos sociais — Estado, políticas públicas e movimentos sociais

Políticas Públicas e Desenvolvimento Local - Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)	POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; POLÍTICAS PÚBLICAS E SAÚDE	— Políticas Públicas, Metamorfoses Sociais e Urbanas — Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Conservação dos Recursos Naturais — Política Social e Política de Saúde — Políticas Públicas, Saúde e Trabalho
Políticas Sociais - Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL)	CIDADES E QUESTÕES SOCIAIS	— Políticas sociais, famílias e desigualdades sociais — Cidades, cultura e práticas sociais
Políticas Sociais e Cidadania - Universidade Católica do Salvador (UCSAL)	POLÍTICA SOCIAL, TRABALHO E CIDADANIA	— Estado, sociedade e políticas sociais — Trabalho, questão social e cidadania
Serviço Social - Universidade Federal de Alagoas (UFAL)	SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS SOCIAIS	— Questão social, direitos sociais e serviço social — Trabalho, política e sociedade
Serviço Social - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	SERVIÇO SOCIAL, POL. SOCIAIS E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	— Questão social, políticas públicas, trabalho e direitos sociais na Amazônia — Serviço Social, diversidade sócio-ambiental e sustentabilidade na Amazônia
Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO)	SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS	— Teoria social e Serviço Social — Política social, movimentos sociais e cidadania
Serviço Social - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	QUESTÃO SOCIAL, TERRITÓRIO, POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL	— Políticas sociais e gestão pública — Serviço Social e sujeitos sociais
Serviço Social - Universidade Federal do Pará (UFPA)	SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA	— Serviço Social, políticas públicas e movimentos sociais — Serviço Social, trabalho e desenvolvimento
Serviço Social - Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL; POLÍTICA SOCIAL	— Estado, Direitos Sociais e Políticas Sociais — Processo Participativo e Organizativo — Relações Sociais e Processo de Trabalho no Mundo Contemporâneo — História do Serviço Social e Formação Social Brasileira — Formação e Prática Profissional do Serviço Social
Serviço Social - Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS	— Serviço Social, Estado, trabalho e políticas sociais — Gênero, diversidade e relações de poder
Serviço Social - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS SOCIAIS	— Estado, políticas sociais e ação do Serviço Social — Serviço Social, trabalho e questão social — Serviço Social, ação política e sujeitos coletivos — Serviço Social, ética e direitos humanos — Relações sociais de gênero, geração, raça, etnia e família — Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social
Serviço Social - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS	— Fundamentos do Serviço Social e do trabalho do assistente social — Políticas sociais, desenvolvimento e direitos humanos
Serviço Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	SERVIÇO SOCIAL, INSTITUIÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS; SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA	— Políticas sociais — Processo de trabalho e classes sociais — História e concepções contemporâneas do Serviço Social — Teoria social e Serviço Social — Temas urbanos — Cultura e movimentos sociais

Serviço Social - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	POLÍTICA SOCIAL E TRABALHO	— Trabalho, relações sociais e Serviço Social — Questão social, políticas públicas e Serviço Social — Identidades, cultura, políticas públicas e Serviço Social
Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIAL E DIREITOS SOCIAIS	— Trabalho, políticas sociais e sujeitos coletivos — Violência, direitos, Serviço Social e políticas intersectoriais — Questões socioambientais, urbanas e formas de resistência social
Serviço Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E RELAÇÕES SOCIAIS; SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL, TRABALHO E PROTEÇÃO SOCIAL	— Serviço Social, questão social, relações de poder e cultura — Serviço Social, sociabilidade, cotidiano, cultura e violência — Serviço Social, trabalho, proteção social e cidadania — Estado, sociedade, políticas sociais e direitos — Ética, gênero, cultura e diversidade — Serviço Social, trabalho e questão social
Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	SERVIÇO SOCIAL, POLÍTICAS E PROCESSOS SOCIAIS; DEMANDAS E POLÍTICAS SOCIAIS, METODOLOGIAS DO SERVIÇO SOCIAL	— Gerontologia Social — Serviço Social e Políticas Sociais — Serviço Social e processos de trabalho
Serviço Social - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	SERVIÇO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E QUESÃO SOCIAL	— Direitos, sociedade civil, políticas sociais na América Latina — Serviço Social, ética e formação profissional — Questão social, trabalho e emancipação humana
Serviço Social - Universidade Federal de Sergipe (UFS)	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	— Trabalho, formação profissional e Serviço Social — Políticas sociais, movimentos sociais e Serviço Social
Serviço Social - Universidade Estadual Paulista (UNESP)	TRABALHO E SOCIEDADE	— Serviço Social: mundo do trabalho — Serviço Social: formação e prática profissional
Serviço Social - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP)	SERVIÇO SOCIAL: POLÍTICAS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS; SERVIÇO SOCIAL: FUNDAMENTOS E PRÁTICA PROFISSIONAL	— Serviço Social: identidade, formação e prática — Política Social: Estado, movimentos sociais e associativismo civil — Assistência social e seguridade social
Serviço Social e Desenvolvimento Regional - Universidade Federal Fluminense (UFF)	SERVIÇO SOCIAL, DESENVOLVIM. REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	— Desenvolvimento capitalista e formação social brasileira — Serviço Social, políticas públicas e formação profissional
Serviço Social e Política Social - Universidade Estadual de Londrina (UEL)	SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL	— Serviço Social e processos de trabalho — Gestão de políticas sociais
Serviço Social, Trabalho e Questão Social - Universidade Estadual do Ceará (UECE)	SERVIÇO SOCIAL	— Estado, questão social e Serviço Social — Serviço Social, trabalho e políticas sociais

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES 2004/2012

As temáticas que prevalecem estão relacionadas ao Estado e Sociedade, Políticas Sociais, Políticas Públicas, Movimentos Sociais, Questão Social, Trabalho e Direitos Sociais. Os temas mais incidentes nas áreas de concentração e linhas de pesquisa do Serviço Social apontam a direção hegemônica do projeto profissional, alinhando as preocupações da profissão com a totalidade social. Essas temáticas

expressam o conjunto de inquietudes que permeiam a intervenção profissional e a construção de conhecimento, revelando o esforço da categoria em apreender a realidade social em sua dinâmica e atualidade.

No entanto, é possível verificar pelo conteúdo do Quadro 1 que o tema do envelhecimento aparece apenas na linha de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), denominada Gerontologia Social; na UFMA, na linha de pesquisa “Violência, família, criança, idoso e gênero”; e na UFPE, como “geração”, na linha de pesquisa “Relações sociais de gênero, geração, raça, etnia e família”. Na UFF também há uma linha de pesquisa que discute geração — “Geração e política social” —, porém, o foco de pesquisa é em crianças e jovens⁵². Esse fato não indica que o tema da velhice não esteja sendo tratado nos outros programas, como será visto nos próximos quadros, mas chama atenção pela importância de apropriação desse debate pelo Serviço Social na cena contemporânea, dadas as transformações societárias identificadas no processo de transição demográfica e concomitante intensificação das desigualdades sociais.

O conteúdo do Quadro 2 expõe o quantitativo de teses de doutorado e dissertações de mestrado que contemplam a temática do envelhecimento humano nos programas de pós-graduação vinculados aos departamentos de Serviço Social no Brasil. Foi considerado o intervalo entre os anos de 2004 e 2012, tendo em vista a posterioridade do Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003) e a ampliação do debate sobre a temática no interior da profissão durante este período. A busca foi feita pelo portal do Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através das palavras-chave *velhice*, *envelhecimento* e *idoso*.⁵³

⁵² Segundo o site institucional do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal Fluminense, as pesquisas que compõem a Linha de Pesquisa “Geração e política social” “estão centradas em crianças e jovens, com foco tanto na violação dos seus direitos quanto nos modos de atenção as suas necessidades” (UFF). Disponível em: <<http://www.uff.br/politicasocial/>>. Acesso em: 09 abr 2014.

⁵³ Informações acessadas no endereço: <<http://capesdw.capes.gov.br>>. Acesso em: 11 nov. 2013. Desde o segundo semestre de 2013, o banco de teses da capes esteve em manutenção. O sistema foi reaberto em novembro de 2013, disponibilizando as teses e dissertações do período entre 2004 e 2012, dados que apresentamos aqui.

Quadro 2: Distribuição das teses e dissertações sobre velhice por programa de pós-graduação no período 2004-2012

PROGRAMA	Program a existente desde	2004		2005		2006		2007		2008		2009		2010		2011		2012		TOTAL	
		D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T	D	T		
Política Social – UNB	1990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—	
Política Social – UFES	2004	—	—	—	—	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2D	
Política Social – UFMT	2009	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0	0	0	0	—	
Política Social – UFF	2002	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1D	
Política Social – UCPEL	2006	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1D	
Políticas Públicas – UFMA	1993	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1D	
Políticas Públicas – UFPI	2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—	
Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – EMESCAM	2009	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0	0	0	1D	
Políticas Sociais – UNICSUL	2006	—	—	—	—	—	—	—	—	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1D	
Políticas Sociais e Cidadania – UCSAL	2006	—	—	—	—	—	—	—	—	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2D	
Serviço Social – UFAL	2003	—	—	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	—	
Serviço Social – UFAM	2007	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	0	0	0	0	4	0	3		7D	
Serviço Social - PUC-GO	2007	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	0	1	0	1	0	0		3D	
Serviço Social – UFJF	2004	—	—	—	—	0	0	0	0	2	0	0	0	1	0	0	0	0		3D	
Serviço Social – UFPA	2003	—	—	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2D	
Serviço Social - UFPB	1978	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2D	
Serviço Social - UEPB	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Serviço Social - UFPE	1979	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	4D E 1T	
Serviço Social - UNIOESTE	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Serviço Social - UFRJ	1976	1	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3D E 2T	
Serviço Social - UERJ	1999	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3D	
Serviço Social - PUC-RJ	1972	0	0	2	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	5D E 2T	
Serviço Social - UFRN	2000	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2D	
Serviço Social - PUC-RS	1977	2	1	5	1	0	0	3	0	0	1	1	1	1	0	2	0	0	0	14D E 4T	
Serviço Social - UFSC	2001	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1D	
Serviço Social - UFS	2011	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Serviço Social - UNESP - FR	1992	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2D	
Serviço Social - PUC - SP	1971	2	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3D E 2T	
Serviço Social e Desenvolvimento Regional - UFF	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
Serviço Social e Política Social - UEL	2001	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1D	
Serviço Social, Trabalho e Questão Social - UECE	2012	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
TOTAL: 11 teses e 64 dissertações																			64 DISSERTAÇÕES E 11 TESES		75 T E D

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2004/2012

*D = Dissertação; T = Tese

*O uso do (—) se refere aos anos em que os Programas ainda não tinham desenvolvido nenhuma Tese ou Dissertação (Programas de Pós-Graduação recentes, criados a partir de 2003)

Nos programas que não apresentam dados não se verificou nenhuma tese ou dissertação com as palavras-chave velhice, idoso e envelhecimento.

Ainda que se considere que apenas as informações quantitativas não são suficientes para avaliar a produção intelectual sobre envelhecimento nos programas de pós-graduação, é importante observar a representação significativa do número de trabalhos que contemplam as palavras-chave velhice, idoso ou envelhecimento no período citado, tanto em programas consolidados quanto nos mais recentes⁵⁴.

No entanto, em alguns programas já firmados, como os da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), não foi encontrada nenhuma tese ou dissertação no período pesquisado. Apesar disso, é possível que pesquisas sobre velhice estejam sendo desenvolvidas nesses programas de pós-graduação, mas que não estejam disponibilizadas no banco de teses da CAPES no período pesquisado. Essa afirmativa se justifica pela abrangência do programa em Política Social da UnB, que enfatiza diferentes abordagens das políticas sociais, dentre elas as relacionadas com a questão da velhice, e pelo fato de no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI existir um Núcleo de Pesquisas e Extensão Universitária para Terceira Idade (NUPEUTI)⁵⁵.

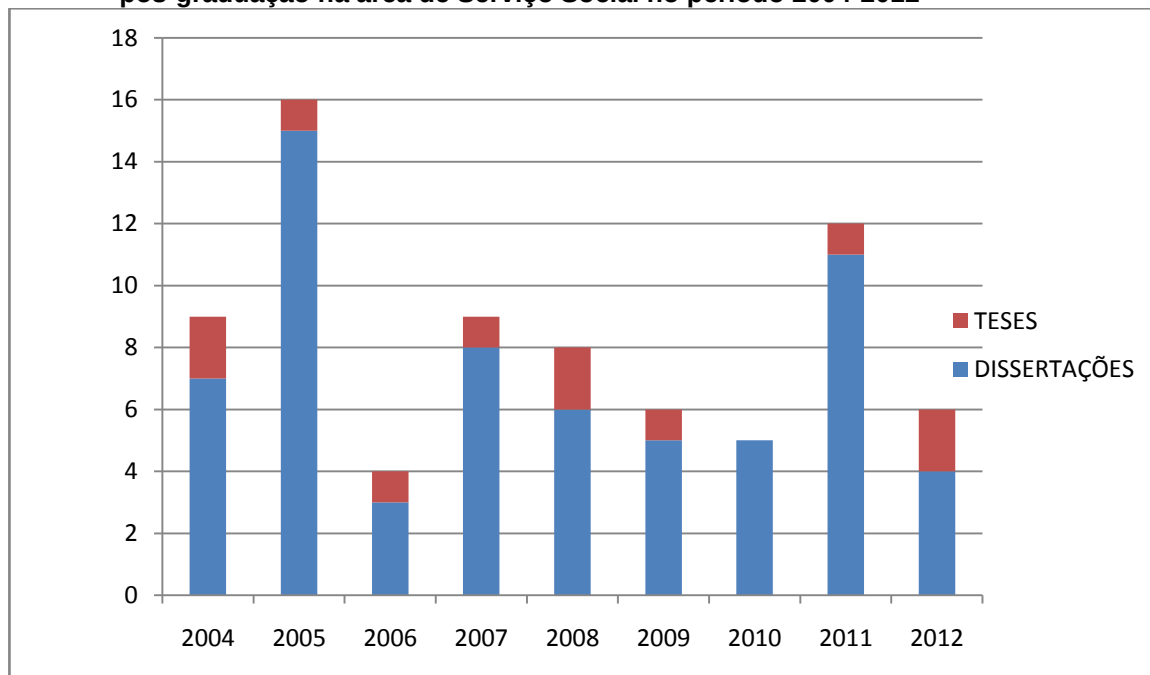
Os dados do Quadro 2 confirmam ainda que o maior número de produções acadêmicas sobre envelhecimento está situado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS, mas que os outros programas também contemplam a temática de forma significativa no período pesquisado. É evidente que esse fato se deve ao aumento de número de velhos na sociedade, mas também pela intervenção profissional e participação da categoria nos processos de luta pela garantia dos direitos desse segmento populacional, o que viemos discutindo desde o início desse capítulo.

A partir do quadro anterior, apresentamos a seguir o Gráfico 1, com dados evolutivos das produções sobre velhice no período entre 2004 e 2012, o que permite observar quais são os anos em que há um maior número de teses e dissertações nos programas de pós-graduação da área de Serviço Social no Brasil.

⁵⁴ Acentuamos que os dados apresentados nos quadros tem o excepcional objetivo de mostrar, quantitativamente, como a temática tem se desenvolvido nos últimos anos no âmbito da pós-graduação na área do Serviço Social.

⁵⁵ Dados obtidos nos endereços dos programas de pós-graduação: <<http://www.politicassocial.unb.br/> e <http://www.ufpi.br/mestpublicas/index/pagina/id/2871>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

Gráfico 1: Quantitativo de teses e dissertações sobre velhice produzidas nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no período 2004-2012



Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2004/2012

Como pode ser observado nos dados do Gráfico 1, o ano de 2005 conta com o maior número de produções sobre o tema, refletindo a preocupação teórica da categoria com as novas demandas logo após a promulgação do Estatuto do Idoso (2003). No ano de 2011, este crescimento de trabalhos sobre velhice (acima de 10 dissertações e/ou teses) pode estar muito associado a dois movimentos do real: 2011 é o ano posterior à publicação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dos dados do Censo demográfico 2010, que mostrou o crescimento do número de pessoas com 65 anos ou mais, que era de 4,8% da população total em 1991 e passou a 7,4% em 2010⁵⁶. Em 2011 também foi promulgada a Nova Lei do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Lei 12.435 de 2011), que também prevê atendimento especializado para idosos no âmbito da política de assistência social, um dos principais espaços sócio-ocupacionais do profissional do Serviço Social. De 11 dissertações neste ano (2011), 4 foram produzidas na Universidade Federal do Amazonas, que, com um programa existente desde 2007, tem investido

⁵⁶ Dados obtidos no endereço eletrônico <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/04/populacao-idosa-no-brasil-cresce-e-diminui-numero-de-jovens-revela-censo>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

em pesquisas na área do envelhecimento humano⁵⁷. Pode-se inferir que as bases do real vêm sustentando as pesquisas no campo dos estudos nos programas de pós-graduação em Serviço Social.

Como apresentado no tópico anterior, a categoria profissional e suas representações político-administrativas assumem um papel central na problematização do envelhecimento da população brasileira, devendo estar presentes nos espaços coletivos de defesa e ampliação das conquistas em prol dos velhos trabalhadores. É válido destacar, no campo da produção de conhecimento, que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) incorporou em um dos seus Grupos Temáticos de Pesquisa a problemática do envelhecimento, através da discussão sobre Questão Geracional – Velhice que contempla os seguintes tópicos:

A contextualização da velhice no mundo contemporâneo. Aspectos demográficos e suas repercussões sociais. O envelhecimento como expressão da questão social. As transformações no mundo do trabalho: o trabalhador brasileiro em tempo de capital fictício e o sistema de proteção social. O trabalho desprotegido e as incertezas da proteção previdenciária no horizonte do trabalhador que envelhece. As dimensões sócio-históricas, as lutas políticas e as conquistas no âmbito dos direitos da pessoa idosa. O cenário atual: indicadores e perspectivas relacionadas ao cuidado, à proteção social e ao protagonismo político. As políticas públicas para a velhice no Brasil. Aspectos culturais: entre o estigma, a compaixão e o respeito. Os novos papéis sociais na velhice. O idoso entre a dependência e autonomia nas relações sociais e familiares. As demandas pela reconfiguração do espaço urbano e de equipamentos sociais. O trabalho do assistente social e a questão do envelhecimento (ABEPSS)⁵⁸

Considera-se que a presença de um subtópico sobre envelhecimento nos grupos temáticos da ABEPSS representa um avanço significativo na incorporação desse debate, pois o tema comparece enquanto objeto de intervenção e pesquisa profissional que precisa ser discutido e qualificado coletivamente pela categoria.

O conteúdo do Quadro 3 revela a distribuição dessa discussão nas regiões das unidades filiadas da ABEPSS e apresenta a participação quantitativa da produção intelectual dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social por região. É possível observar um desequilíbrio significativo na produção entre as

⁵⁷ Apesar de não contemplar a velhice em nenhuma linha ou grupo de pesquisa, o Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFAM tem investido em pesquisas nessa área, sob orientação das professoras Yoshiko Sasaki e Cristiane Bonfim Fernandez. Informações obtidas em: <<http://ppgss.ufam.edu.br/index.php/dissertacoes>>. Acesso em: 14 de abr. 2014.

⁵⁸ Dados obtidos no site institucional da ABEPSS. Disponível em: <<http://abepss.org.br/paginas/ver/9>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

regiões, determinado, sobretudo, pela localização dos programas e pelas linhas de pesquisa. A região Leste, por contemplar um maior número de programas na área de Serviço Social, apresenta produção superior à região Sul I, ainda que esta última possua um programa com linha de pesquisa específica (Gerontologia Social PUC-RS).

Quadro 3: Distribuição das teses e dissertações sobre velhice por região no período 2004-2012

Região de Localização dos Programas de Pós-Graduação (Unidades Filiadas ABEPS)	Total de Teses	Total de Dissertações	% da Produção Acadêmica
Centro Oeste: Serviço Social PUC-GO (GO)	0	3	4
Leste: Política Social UFES (ES); Políticas Públicas e Desenvolvimento Local EMESCAM (ES); Serviço Social UFJF (MG); Serviço Social PUC-Rio (RJ); Serviço Social UERJ (RJ); Serviço Social UFRJ (RJ); Política Social UFF (RJ)	4	18	29,33
Nordeste: Políticas Sociais e Cidadania UCSAL (BA); Serviço Social UFPB (PB); Serviço Social UFPE (PE); Serviço Social UFRN (RN)	1	10	14,67
Norte: Serviço Social UFAM (AM); Políticas Públicas UFMA (MA); Serviço Social UFPA (PA)	0	10	13,33
Sul I: Serviço Social e Política Social UEL (PR); Política Social UCPEL (RS); Serviço Social PUC-RS (RS); Serviço Social UFSC (SC)	4	17	28
Sul II: Políticas Sociais UNICSUL; Serviço Social UNESP; Serviço Social PUC-SP	2	6	10,67
Total %	11	64	100%

Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES 2004/2012

Confirmando o que já vínhamos discutindo na análise do Quadro 2, fica claro, partindo dos dados do Quadro 3, que a demanda de atenção à velhice aparece aos assistentes sociais das regiões Leste e Sul I de maneira mais expressiva. Segundo dados do IBGE (2013), a população com 60 anos ou mais, em comparação com a

população geral de cada região, tem maior expressão nas regiões Sul e Sudeste⁵⁹. Pode-se dizer que o crescimento econômico, impulsionado com o desenvolvimento de atividades industriais nas regiões Sul e Sudeste, justifica o envelhecimento precoce da classe trabalhadora e, contraditoriamente, as políticas sociais conquistadas por esta mesma classe têm permitido o aumento da longevidade. É possível ver que, apesar de a produção sobre velhice, em termos de quantidade, estar centralizada nas regiões Leste e Sul I, outros programas recentes que ainda estão no processo de consolidação já se mostram preocupados com a temática, produzindo conhecimento acerca da velhice e reivindicando a incorporação dessa discussão no Serviço Social.

Finalmente, o conteúdo do Quadro 4 apresenta as temáticas mais recorrentes indicadas nas teses e dissertações, a partir das palavras-chave definidas nas pesquisas defendidas junto aos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no período 2004-2012. O fato de o maior número de produções se referir às Políticas Públicas, Política Social e Proteção Social reitera que a produção de conhecimento na profissão está estreitamente vinculada ao exercício profissional e articulada com as possibilidades de intervenção na realidade social.

Segundo Iamamoto (2009), o Estado tem sido historicamente o maior empregador dos assistentes sociais, atribuindo a esses profissionais a função de responder estrategicamente à questão social. Através da implantação de políticas sociais públicas, esses profissionais passam a lidar, ainda segundo a autora, com a contradição entre a defesa de direitos sociais universais e a mercantilização do atendimento às demandas sociais. Essas implicações nos espaços sócio-ocupacionais do assistente social, inclusive no trabalho com políticas sociais voltadas ao segmento idoso da população, passam a ser objeto de reflexão profissional, repercutindo no aprimoramento da dimensão investigativa e da produção de conhecimento.

Dentre as temáticas abordadas, ainda merecem destaque as discussões sobre Família e Políticas de Saúde. Lembramos que Haddad (1986.b) considera a Família uma das três diretrizes que regem a Gerontologia Social (ao lado da

⁵⁹ Dados obtidos no documento Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira, disponível no endereço: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2014.

Educação e Trabalho): a produção dos assistentes sociais traduz o viés presente tanto na Gerontologia quanto no modelo de política social que defende a centralidade da família na proteção da velhice. Isso se reflete no Serviço Social a partir da sua relação, no âmbito da intervenção, com o tipo de proteção social que tende, como afirma Miotto (2009), à “familiarização” das políticas sociais. Educação e trabalho também aparecem na produção acadêmica pesquisada, o que revela a inserção da profissão em espaços onde os preceitos da Gerontologia Social são discutidos e implantados.

Quadro 4: Incidência de temáticas presentes na produção acadêmica sobre velhice nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social no Brasil⁶⁰

Especificação da Temática	Total de produções
Aposentadoria	5
Arte	2
Benefício da Prestação Continuada (BPC)	4
Centros de Convivência para Idosos	3
Convívio social	2
Deficiência	2
Dependência	2
Direitos sociais, participação social e cidadania	4
Educação Permanente	2
Gênero	3
Família	7
Institucionalização	2
Memória	2
Política Nacional do Idoso	3
Políticas de Saúde	7
Políticas públicas, política social, proteção social	11
Serviço Social e Envelhecimento	3
Trabalho	3
Violência contra o idoso	3

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2004/2012

Sobre o significativo número de trabalhos sobre políticas de saúde, também se considera a inserção dos assistentes sociais na execução dessas políticas e no fato de ser na dimensão da saúde pública que os profissionais lidam mais

⁶⁰ No levantamento efetuado, os seguintes temas apresentaram apenas uma indicação: autonomia, inclusão social, intergeracionalidade, segregação sócio-espacial de velhos e sexualidade, pelo que não constaram no quadro acima.

cotidianamente com a questão da velhice da classe trabalhadora. Além das políticas de saúde, as demais temáticas também estão articuladas com políticas sociais, sobretudo com as políticas da seguridade social, como é o caso da presença da discussão sobre aposentadorias (Previdência Social), Benefício da Prestação Continuada (BPC) e Centros de Convivência (Assistência Social). Também é possível observar a preocupação em articular a temática do envelhecimento humano com o Serviço Social, tanto enquanto profissão interventiva quanto como campo de produção de conhecimento, talvez uma dimensão mais fenomênica e de importante relevância no contexto do debate sobre envelhecimento/velho/velhice.

A partir da incidência das temáticas apresentadas neste último quadro, é possível indicar algumas tendências na produção de conhecimento sobre velhice pelo Serviço Social, como a articulação com políticas sociais e com os preceitos da Gerontologia Social. No entanto, é necessário ampliar essa discussão em busca do teor dessas produções com base em elementos que irão nos levar às discussões do próximo capítulo.

Tentamos mostrar aqui o crescimento do interesse pela discussão sobre envelhecimento dentro do Serviço Social, especialmente na produção de conhecimento no âmbito das pós-graduações *stricto sensu*. No próximo capítulo, para além do levantamento das principais temáticas que o Serviço Social articula com a velhice, buscaremos tratar das perspectivasteórico-políticas que sustentam essa produção.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICO-POLÍTICAS DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA GERONTOLOGIA

Como já expusemos, a forma com que a produção de conhecimento sobre a velhice tem comparecido no Serviço Social faz parte de um processo de aproximação da profissão, nos campos político e interventivo, com as demandas advindas da “problemática social” do envelhecimento. Essas demandas são apresentadas ao Serviço Social, especialmente através das políticas de Seguridade Social, e incidem nas escolhas dos objetos de estudo e nas concepções adotadas para se pensar a velhice na contemporaneidade, o que revela o posicionamento profissional diante das diversas perspectivas presentes nas análises sobre envelhecimento humano.

Sendo assim, para entender a leitura que a categoria profissional faz sobre o conceito de velhice, assumimos como pressuposto que o tratamento teórico e político dado à temática pelo Serviço Social orienta-se tanto pelo compromisso político profissional no âmbito da intervenção junto aos sujeitos envelhecidos quanto pela compreensão teórica sobre a velhice - que pode dispor de influências das mais diversas correntes. Esse duplo movimento remete à dinâmica contraditória do real, pano de fundo do exercício profissional e da produção de conhecimento, que apresenta o envelhecimento humano enquanto um fenômeno de várias facetas, com dimensões nos âmbitos biológico, histórico-social e cultural.

Considerando, de um lado, a multiplicidade de abordagens de análise sobre a velhice e, de outro, a direção ético-política que o Serviço Social vem imprimindo ao seu fazer profissional nas últimas décadas, perquirimos as perspectivas teórico-políticas que servem como base para construção do conhecimento sobre velhice no Serviço Social. Se o cumprimento desse objetivo é central para a nossa pesquisa, a explicação e compreensão da produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social exigem explicitar o percurso metodológico para o desvendamento das perspectivas e tendências de pensamento presentes nessas produções de maneira a esclarecer as questões por nós perseguidas.

3.1 Apresentação metodológica dos dados da pesquisa

O conhecimento científico pode ser definido como uma apropriação pelo sujeito dos fenômenos que estão postos na realidade, decifrando-os e explicando-os nos seus determinantes e articulações, revelando, assim, o seu sentido num dado momento histórico. O Serviço Social, enquanto área de produção de conhecimento, vem assumindo estudos e pesquisas como instrumentos fundamentais para compreensão e enfrentamento dos problemas sociais que se colocam nas sociedades sob égide do capital.

As transformações que vêm ocorrendo no mundo desde o final do século passado trazem grandes desafios para a pesquisa e produção de conhecimento. Dentre tais transformações situa-se o processo de transição demográfica brasileiro, que traz como consequência as demandas advindas do aumento do número de velhos trabalhadores e a visibilidade política que a velhice tem alcançado face às lutas por direitos e satisfação das suas necessidades específicas.

Alinhado aos temas colocados em pauta na conjuntura contemporânea, o Serviço Social vem produzindo conhecimento sobre velhice e apresentado as questões que se colocam como desafios para a profissão no âmbito da intervenção junto a esse segmento populacional. Para tanto, tem feito uso do conhecimento produzido por outras áreas, sobretudo pelas Ciências Sociais, mas tem ainda desenvolvido sua própria produção de conhecimento, contribuindo com a pesquisa social e conectando-se com as demandas da classe trabalhadora.

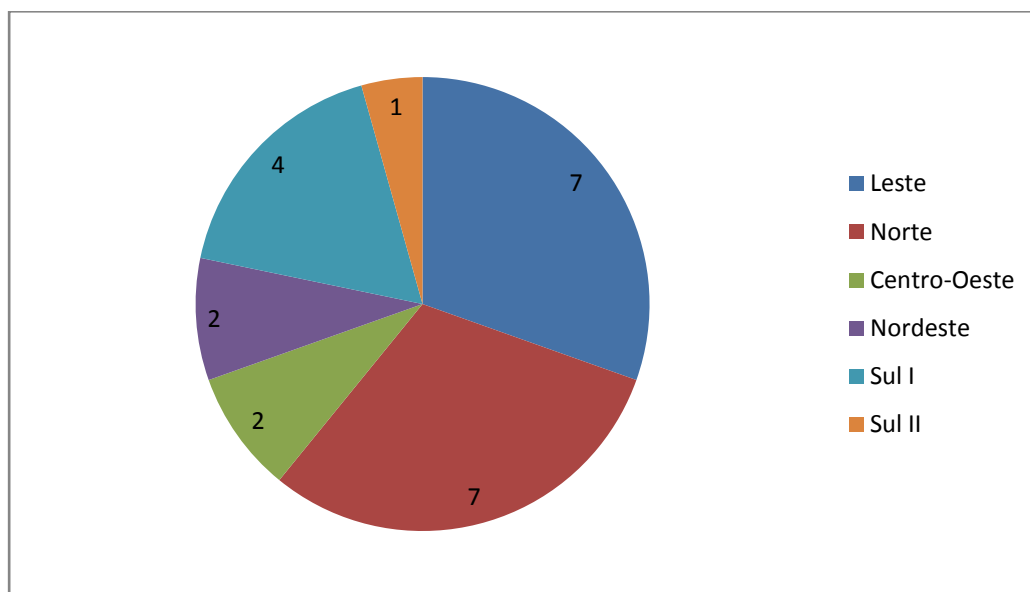
Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho, , tivemos de percorrer um caminho metodológico que nos possibilitou, através de sucessivas aproximações, conhecer o teor das produções sobre velhice no Serviço Social, tendo como cerne identificar as várias discussões sobre os conceitos de velhice. Após analisar as principais correntes teóricas que se colocam enquanto especializações nos estudos sobre envelhecimento e estudar sobre a forma de aproximação do Serviço Social com essa temática, apresentamos os dados mais gerais da pesquisa e os critérios de seleção dos trabalhos analisados com a finalidade de exposição dos resultados que encontramos.

Já citamos na introdução que para alcançar nossos objetivos nós optamos, como fonte privilegiada de análise, pelas dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social. Elegemos esse campo de análise por considerar que é, sobretudo, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* que a profissão vem desenvolvendo pesquisas mais adensadas sobre o movimento do real e apontando tendências entre a profissão e as dimensões mais significativas das questões postas na realidade brasileira contemporânea.

O estudo das teses e dissertações sobre velhice foi feito considerando que esses trabalhos podem expressar, em um exercício de análise, a contradição entre os dilemas que se colocam para a efetivação de uma postura profissional crítica e propositiva em um contexto de retrocesso político e ideológico determinado pela ofensiva neoliberal. Buscamos, para além de verdades incontestáveis, o sentido que os autores quiseram imprimir à sua pesquisa, acrescentando uma atitude crítica de investigação que nos permitiu compreender e questionar seus pressupostos de forma simultânea.

Durante o triênio 2010-2012, foi produzido um total de 20 dissertações e 3 teses nos programas de pós-graduação vinculados a departamentos de Serviço Social nas universidades brasileiras. O conteúdo do Gráfico 02 representa as produções sobre velhice por região de unidades filiadas à ABEPSS, revelando que neste período as pesquisas concentraram-se nas regiões Leste e Norte, cada uma delas com 7 trabalhos.

Gráfico 2: Produção sobre velhice nos programas de pós-graduação na área de Serviço Social por região no período 2010-2012



Fonte: Banco de teses e dissertações da CAPES 2010/2012

A região Leste concentra o maior número de universidades com programas de pós-graduação na área de Serviço Social, com um total de 8 programas. Três desses programas já são bem consolidados, a saber, o da PUC-RJ, existente desde 1972, o da UFRJ, desde 1976 e o da UERJ, desde 1999. Fatores ligados ao processo de industrialização no sudeste, o que incide no envelhecimento precoce da classe trabalhadora, bem como o aumento da longevidade na região, também concorrem para que um maior número de demandas relacionadas à velhice chegue ao Serviço Social e se traduzam na produção de conhecimento ali desenvolvida. O grande número de produções na região Norte, nesse período, se deve às pesquisas produzidas no Programa em Serviço Social da UFAM que, como já citado, tem investido em pesquisas no campo do envelhecimento humano.

Vale destacar ainda a contribuição da Região Sul I, com 4 produções no período, sendo 3 delas produzidas na PUC-RS, confirmando a tendência de pesquisas sobre velhice nesse programa, tendo em vista que possui uma linha de pesquisa específica sobre Gerontologia. As regiões Nordeste e Centro-Oeste contaram cada uma com 2 produções, produzidas nos programas de pós-graduação em Serviço Social da UFPE e PUC-GO, respectivamente. A região Sul II contou somente com 1 contribuição no programa de pós-graduação em Políticas Sociais da UNICSUL.

O conteúdo do Quadro 05 mostra mais claramente o quantitativo de teses e dissertações produzidas nos anos de 2010, 2011 e 2012, nos programas de pós-graduação vinculados à área de Serviço Social, com representação de todas as regiões de Unidades Filiadas da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

Quadro 5: Distribuição das teses e dissertações sobre velhice por programa de pós-graduação e região no período 2010-2012

Região de Unidades Filiadas ABEPSS	PROGRAMA	2010		2011		2012		TOTAL
		D	T	D	T	D	T	
Leste	Política Social – UFES	0	0	1	0	0	0	1D
	Políticas Públicas e Desenvolvimento Local – EMESCAM	—	—	1	0	0	0	1D
	Serviço Social – UFJF	1	0	0	0	0	0	1D
	Serviço Social - UFRJ	0	0	0	1	0	0	1T
	Serviço Social - UERJ	1	0	0	0	0	0	1D
	Serviço Social - PUC-RJ	0	0	0	0	1	1	1D e 1T
Norte	Serviço Social – UFAM	0	0	4	0	3	0	7D
Centro-Oeste	Serviço Social - PUC-GO	1	0	1	0	0	0	2D
Nordeste	Serviço Social - UFPE	0	0	1	0	0	1	1D e 1T
Sul I	Serviço Social - PUC-RS	1	0	2	0	0	0	3D
	Serviço Social - UFSC	0	0	1	0	0	0	1D
Sul II	Políticas Sociais – UNICSUL	1	0	0	0	0	0	1D
TOTAL								20 D e 3T

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2010/2012

*D = Dissertação; T = Tese

Após o levantamento quantitativo das teses e dissertações desenvolvidas no período entre 2010 e 2012, usamos como critério de seleção para fins de análise aprofundada a leitura dos **resumos** e **sumários** dos 23 trabalhos (20 dissertações e 3 teses), com o intuito de selecionar para a pesquisa apenas aqueles que explicitassem reflexões acerca das perspectivas teórico-políticas sobre velhice. A partir desse caminho, foi possível identificar que a massiva maioria (mais de 90%)⁶¹

⁶¹ Na leitura dos resumos e sumários das 23 produções, identificamos que 21 delas tratam em pelo menos 1 tópico ou capítulo sobre o significado da velhice, o processo de envelhecimento humano, ou aspectos da Gerontologia Social. Nos outros 2 trabalhos não há um espaço dedicado especificamente a esse debate; no entanto, é possível visualizar, pelos resumos, que a discussão sobre velhice e a vinculação a determinados fundamentos estão presentes em todo o texto.

dedicava ao menos um tópico ou capítulo para o tratamento da velhice enquanto categoria.

Assim, tendo em vista que todas produções refletiam os critérios do estudo e pelas limitações impostas pela demarcação temporal do mestrado, optamos em eleger, através de um sorteio aleatório, 1 dissertação e 1 tese por cada região de unidades filiadas da ABEPSS. Entendemos que, dessa forma, pudemos contemplar um número razoável de trabalhos a serem analisados dentro das possibilidades do mestrado sem perder o alcance nacional das contribuições resultantes dessa dissertação.

Através dessa seleção, foi possível elaborar um panorama de **tendências** que podem ser válidas em âmbito nacional, ao considerar a produção de todas as regiões, o que será exposto no próximo tópico. Como pôde ser observado no Quadro 05, em algumas regiões não foi necessário o sorteio, tendo em vista que constam apenas 1 tese e/ou 1 dissertação. São elas: a região Nordeste, onde consta 1 tese e 1 dissertação na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e a região Sul II, com apenas 1 dissertação na Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Nas demais regiões, aplicamos o sorteio aleatório, sendo que nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul I não identificamos nenhuma tese no período pesquisado.

É válido destacar ainda que, nos programas em que encontramos produções sobre velhice no período entre 2010 e 2012, alguns possuem cursos de doutorado e mestrado (UFES, UFRJ, UERJ, PUC-RJ, UFPE, PUC-RS e UFSC) e outros possuem apenas curso de mestrado (EMESCAM, UFJF, UFAM, PUC-GO, UNICSUL). Dessa forma, se justifica o fato de, em algumas regiões, encontrarmos apenas dissertações (nenhuma tese) sobre a temática do envelhecimento humano.

O sorteio aleatório ocorreu, portanto, da seguinte forma: na região Leste sorteamos 1 entre 5 dissertações e 1 entre 2 teses; na região Norte sorteamos 1 entre 7 dissertações; na região Centro-Oeste sorteamos 1 entre 2 dissertações; e na região Sul I sorteamos 1 entre 4 dissertações.

Chegamos à seleção final com Centro-Oeste, 1 tese e 1 dissertação na região Nordeste, 1 dissertação na região Sul I e 1 dissertação na região Sul II, totalizando 8 produções, 2 teses e 6 dissertações. O quadro 6 apresenta a amostra selecionada:

Quadro 6: Teses e dissertações selecionadas por região das unidades filiadas ABEPSS

Região de Unidades Filiadas ABEPSS	DISSERTAÇÃO	TESE
Leste	ALCANTARA, LUCIANA DA SILVA. Serviço Social e Envelhecimento: um balanço da produção acadêmica das pós-graduações nas universidades públicas do Rio de Janeiro ' 01/03/2010 124 f. Mestrado Acadêmico em SERVIÇO SOCIAL. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Biblioteca Depositária: Rede Sirius/UERJ e CEDOM/UERJ	AMBROSIO, ELIZA REGINA. Cuidado e Família: Uma análise compreensiva do modo de caminhar a vida dos cuidadores de idosos ' 01/04/2012 201 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da PUC-Rio .
Norte	LEAO, ALICE ALVES MENEZES PONCE DE. SERVIÇO SOCIAL E VELHICE: PERSPECTIVAS DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ARTICULAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM MANAUS ' 01/10/2012 138 f. Mestrado Acadêmico em SERVIÇO SOCIAL. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFAM	—
Cetro-Oeste	BATISTA, ELIZABETH DOS SANTOS MOURA. MEMÓRIAS E CONDIÇÕES SOCIAIS DOS IDOSOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA. ' 01/10/2010 167 f. Mestrado Acadêmico em SERVIÇO SOCIAL. Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Dom Fernando Gomes dos Santos	—
Nordeste	TORRES, MARIA DO SOCORRO DO NASCIMENTO. CENTROS DE CONVIVÊNCIA: Uma modalidade de atendimento aos idosos em Caxias (MA) ' 01/05/2011 158 f. Mestrado Acadêmico em SERVIÇO SOCIAL. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central UFPE	PAIVA, SALVEA DE OLIVEIRA CAMPELO E. ENVELHECIMENTO, SAÚDE E TRABALHO NO TEMPO DO CAPITAL: UM ESTUDO SOBRE A RACIONALIDADE NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL ' 01/03/2012 253 f. Doutorado em SERVIÇO SOCIAL. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Biblioteca Depositária: Biblioteca Central.
Sul I	ANDREATTA, ANA PAULA FABBRI. Implicações do Processo de Hospitalização no Cotidiano e nas Relações Familiares do Idoso ' 01/01/2011 135 f. Mestrado Acadêmico em SERVIÇO SOCIAL Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL Biblioteca Depositária: PUCRS	—

Sul II	BENEDETTI, ADILSON SERGIO. A família e o poder público local como Co-responsáveis no cuidado ao idoso parcialmente dependente: A experiência do Centro de Convivência Dia para idosos "Agenor Bernardini" - Itu/SP. ' 01/04/2010 145 f. Mestrado Acadêmico em POLITICAS SOCIAIS. Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL. Biblioteca Depositária: Haddock Lobo Neto	—
--------	---	---

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da CAPES 2010-2012

Na sequência da seleção, partimos para uma leitura aproximativa das 6 dissertações e 2 teses. No primeiro momento, elaboramos uma ficha para registro das informações presentes nos trabalhos, contendo o título do trabalho, ano da defesa, Universidade e Região ABEPSS, tipo de trabalho (dissertação ou tese), as palavras-chave, o enfoque da pesquisa, a concepção teórico-metodológica e a articulação com o Serviço Social.⁶²

Cada trabalho veio apresentando, após os resumos, de 3 a 5 palavras-chave. Destas, construímos o quadro a seguir, onde apresentamos os termos especificamente citados nas teses e dissertações. Alguns termos que se repetem são: envelhecimento, serviço social, idoso, família e cuidado.

⁶² O modelo da ficha utilizada encontra-se em anexo.

Quadro 7: Incidência de temáticas presentes nas teses e dissertações selecionadas por região das unidades filiadas ABEPSS⁶³

Especificação da Temática	Total de Produções
Centros de Convivência	1
Cuidado	2
Dependência	1
Emancipação Social	1
Envelhecimento/Velhice/Idoso	10
Família	4
História Oral	1
Memória	1
Políticas Públicas/Políticas Sociais	2
Pós Graduação/Produção Acadêmica	2
Saúde/Promoção da Saúde	2
Serviço Social/Trabalho do Assistente Social	3
Sistema do Capital	1
Trabalho	1
Violência Familiar	1

Fonte: Primária. Teses e dissertações selecionadas no triênio 2010-2012.

Os Os dados constantes no Quadro 7 reiteram o já exposto no final do capítulo anterior sobre a recorrência de temáticas geralmente articuladas com políticas sociais (sobretudo saúde e assistência social) e família. Também foi notória a presença da articulação entre a temática do envelhecimento e o Serviço Social, tanto no âmbito do exercício profissional quanto na produção acadêmica.

Depois dessa primeira identificação dos trabalhos, tentamos tratar mais detalhadamente cada um deles através de uma segunda leitura mais minuciosa, buscando identificar as concepções teórico-metodológicas, as categorias de análise que agrupam as concepções, as formas de tratamento da velhice e o conteúdo em cada uma das categorias de análise presentes nas teses e dissertações.

As concepções e as formas de tratamento da velhice serão propriamente tratadas no próximo tópico. Sobre as concepções teórico metodológicas, verificamos que há ausência de definições sobre as abordagens utilizadas na construção dos trabalhos. Dois deles fazem referência direta à perspectiva marxista, afirmando

⁶³ Esse quadro foi elaborado a partir da extração das palavras-chave dos oito trabalhos selecionados, com o intuito de revelar as principais temáticas abordadas pelos autores.

utilizarem-se do “referencial crítico-dialético” (ANDREATTA, 2011) e da “concepção dialética marxiana” (PAIVA, 2012). Também Alcântara (2010) utiliza-se de categorias vinculadas à perspectiva materialista dialética e realiza seu estudo partindo dessa proposta. Ambrosio (2012) faz referência ao uso do método fenomenológico e compreensivo de análise, considerando mais conveniente para seu trabalho o uso da “análise fenomenológica” (AMBROSIO, 2012, p.25). Os outros autores se referem apenas ao tipo de abordagem: “qualitativa” (BENEDETTI, 2010; LEÃO, 2012; e BATISTA, 2010) e “quanti-qualitativo” (TORRES, 2011); e as técnicas de análise: “análise de conteúdo” (BENEDETTI, 2010), “análise de enunciação” (LEÃO, 2012) e “história oral” (BATISTA, 2010).

A primeira e segunda leituras foram, portanto, exploratórias. A terceira leitura, finalmente, buscou captar as discussões mais expressivas sobre as concepções de velhice e as que permeiam as escolhas dos objetos de estudo dos autores. Como produto desse empenho, é pertinente expor as **perspectivas de conceituação da velhice**, compreendendo que elas imprimem uma direção teórica e política à produção de conhecimento nesse campo e compõem as características centrais das **tendências de pensamento** sobre a velhice no Serviço Social.

3.2 Perspectivas, tendências, possibilidades e desafios para o Serviço Social no campo da Gerontologia

O Serviço Social é uma profissão que, tanto pelas ambigüidades postas no seu exercício como pelas mudanças na sua direção teórica e política ao longo do processo histórico, tem imprimido, na produção de conhecimento sobre os temas com que dialoga, contradições próprias do movimento do real. Esse campo rico em determinações tem significado inúmeras possibilidades de enriquecimento intelectual, fortalecimento da competência profissional e de inserção crítica e propositiva nas discussões atuais. Contudo, por esse caminho também perpassam desafios para decifrar as reais demandas que se colocam a profissão.

Ao analisar o teor das abordagens desenvolvidas nas teses e dissertações selecionadas para a pesquisa, foi possível verificar algumas perspectivas no tratamento da velhice. No processo de busca pelas concepções de velhice

presentes no Serviço Social, conceitos que se relacionam diretamente com as escolhas dos objetos de estudo e perspectivas de análise, tentamos identificar a direção dos trabalhos analisando seus conteúdos e revelando as suas perspectivasteóricas e políticas.

Esses caminhos estão expressos como **perspectivas de conceituação da velhice** que congregam sínteses e podem explicar o envelhecimento humano na contemporaneidade. Dentre os vários elementos dispostos nas teses e dissertações analisadas, foi observada a predominância de seis perspectivas de conceituação sobre a velhice evidenciadas nos estudos, que foram: a) Velhice e Ciclo de Vida; b) Velhice e Qualidade de Vida; c) Velhice e Empoderamento; d) Velhice e Modo de Vida; e) Velhice e Questão Social; f) Velhice e Totalidade Social. Estas são teses que representam interpretações ora opostas, ora complementares, sobre o conceito de velhice e suas manifestações na dinâmica social⁶⁴.

Na primeira perspectiva, a que denominamos **Velhice e Ciclo de Vida**, nos referimos aos aspectos preventivos e curativos das “doenças do envelhecimento” (NERI, 2001, p.55). Esses foram os primeiros objetos de investigação daqueles que se questionavam sobre a velhice humana. Mesmo com o desenvolvimento e amplificação da Gerontologia durante o século XX, essa perspectiva clínica, biológica e orgânica se mantém como hegemônica até os dias atuais, influenciando inclusive as outras perspectivas que se dedicam ao estudo do envelhecimento.

Em três trabalhos analisados, foi possível observar a influência que a Geriatria tem exercido nos estudos sobre velhice, ainda que façam uso de abordagens que se propõem críticas.

No primeiro deles, a Dissertação Centro-Oeste (2010), há uma afirmação de que “A velhice é um fator natural, como a cor da pele, e não há como fugir desse ciclo: nascer, crescer, amadurecer, envelhecer e morrer” (DISSERTAÇÃO CENTRO-OESTE, 2010, p. 87). É certo que o envelhecimento é um processo orgânico que se

⁶⁴ A referência a estes trabalhos será feita, a partir de agora, através do uso de uma legenda que constará o tipo de trabalho (tese ou dissertação) e a região em que foi produzido, a fim de destacar as discussões colocadas pelos autores dos trabalhos pesquisados dentre os outros autores com que estaremos dialogando. As identificações serão as seguintes: Dissertação Leste, Tese Leste, Dissertação Norte, Dissertação Centro-Oeste, Dissertação Nordeste, Tese Nordeste, Dissertação Sul I e Dissertação Sul II. Para consultar que trabalho está sendo citado por meio da legenda, o leitor poderá observar os dados constantes no Quadro 6.

processa na linha do tempo, mas antes disso a velhice é uma invenção social⁶⁵, que se coloca nas sociedades capitalistas de forma peculiar na medida em que a posição que o sujeito ocupa no processo de produção e reprodução social determina o tempo e o modo com que a velhice chega para ele. Ainda assim, um pouco depois, a autora do mesmo trabalho afirma que a concepção clínico-biológica relacionada ao adoecimento no envelhecer é uma das principais fontes de estigmas e preconceitos sobre a velhice, o que pode ser considerado uma afirmativa verdadeira. Segundo ela, “A representação negativa, normalmente associada ao envelhecimento, tem como um dos seus pilares o declínio biológico, ocasionalmente, como o avançar da idade acompanhado de doenças e atividades funcionais” (DISSERTAÇÃO CENTRO-OESTE, 2010, p.101).

No segundo trabalho que referenciamos, ao tratar da garantia de direitos no âmbito dos Centros de Convivência, a autora da Dissertação Nordeste (2011) conceitua velhice a partir da perspectiva biológica, enquanto seqüência orgânica:

[...] entendemos a fase de vida do idoso não como um momento decadente, em que lhe são negadas oportunidades e direitos, mas sim uma seqüência orgânica e natural da vida que comprova o processo biológico da existência humana, na qual lhe devem ser preconizadas e oportunizadas melhores condições de subsistência (DISSERTAÇÃO NORDESTE, 2011, p.61).

Ainda que o trabalho se desenvolva na direção política da garantia de direitos, a expressão da contradição está presente nesse enunciado, ao considerar a necessidade de efetivação dos direitos dos velhos e, ao mesmo tempo, conceituar velhice limitadamente a partir da perspectiva biológica, orgânica e universal. Entendemos que os velhos que necessitam de melhores condições de subsistência são essencialmente aqueles que pertencem à classe trabalhadora, para quem a velhice não chegou simplesmente por um processo “orgânico e natural”.

O terceiro trabalho possui um trecho que nos chamou ainda mais atenção pela relevância dada à dimensão biológica da velhice. Nele, a conceituação teórica da velhice aparece da seguinte forma:

Se no âmbito das reflexões filosóficas há ainda várias indagações sobre o significado do processo de envelhecimento, dentro das Ciências Biomédicas vários pontos já podem ser compreendidos. Este conjunto de Ciências dá

⁶⁵ Sobre a “invenção social da velhice”, ver Magalhães (1987).

conta de que o processo de envelhecimento se compreende, no geral, dentro de cada célula do organismo durante seu processo de renovação. Porém, esse processo de renovação celular é variável, não constante. Nesse processo biológico, acontecem inúmeras reações químicas que fazem a pele humana, por exemplo, ganhar ou perder seu viço. A Biomedicina afirma que três elementos são fundamentais para o entendimento do processo de envelhecimento: a) alterações do DNA; b) encurtamento dos cromossomos e c) formação dos radicais livres (LUCÍRIO, 2008 apud DISSERTAÇÃO SUL II, 2010, p. 44).

A Dissertação Sul II opta pela caracterização biológica do processo de envelhecimento. O autor desse trabalho tem, em sua proposta de pesquisa, o objetivo de analisar o cuidado de idosos como um processo de co-responsabilidade entre famílias e gestão pública, num modelo de atendimento alternativo às instituições de longa permanência denominado Centro-Dia. Ainda que tenha como foco considerar a dimensão dos direitos no âmbito de uma política social, passando por uma conceituação semântica, antropológica, pós-moderna e da Gerontologia Social, o autor opta por conceituar a velhice partindo da proposta Biomédica apresentando, inclusive, uma tabela (DISSERTAÇÃO SUL II, 2010, p.45) onde coloca as consequências do processo de envelhecimento no corpo humano. Essa descrição biológica sobre o envelhecimento como um processo de danos celulares no organismo esconde a perspectiva de totalidade, no qual o Serviço Social tem sustentado as suas análises da realidade, e ainda reforça a idéia da velhice apartada das relações sociais.

É inegável a importância das pesquisas no campo clínico-biológico e, até certo ponto, a sua contribuição pode vir a ser conveniente à produção de conhecimento na área do Serviço Social. No entanto, é a opção por privilegiar certas mediações na compreensão e análise sobre a velhice revela a maior ou menor compatibilidade com o projeto ético e político hegemônico na profissão.

Segundo a Dissertação Sul I (2011, p. 48), “Envelhecer não significa adoecer”. No Serviço Social, historicamente, a produção de conhecimento sobre velhice está nitidamente vinculada ao estudo dos aspectos sociais que incidem nesse fenômeno, investigando, especialmente, sobre a relação do velho com as famílias e sobre as políticas sociais destinadas a esse segmento da população⁶⁶. A

⁶⁶ Esse fato pôde ser observado no conteúdo dos quadros apresentados anteriormente sobre as temáticas mais incidentes na produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social (Quadros 4 e 7).

perspectiva biológica é, nessa direção, deixada em segundo plano, tendo em vista que, além do Serviço Social não possuir instrumental teórico-metodológico para analisar fatores clínicos (e de não ser esse o objetivo da profissão), outras especialidades se ocupam dessa tarefa.

Nos outros trabalhos pesquisados, não foi aparente a caracterização da velhice a partir da concepção clínico-biológica, proveniente da Geriatria. Houve, pelo contrário, críticas aos estudos que centralizam a perspectiva orgânica e que caracterizam a velhice apenas como um processo de declínio biológico, sem considerar a importância das outras dimensões que incidem no processo de envelhecer. Assim, a Tese Nordeste (2012) considera que o modo com que os estudos sobre a velhice têm se delimitado aos aspectos orgânicos, demográficos e epidemiológicos vem fortalecendo o ideário da velhice associada à degeneração e decrepitude, quando afirma que:

[...] na contemporaneidade, de maneira exaustiva, a velhice vem sendo estudada pela sua magnitude, ou seja, como se apresenta em números, com ênfase no seu desenho epidemiológico, numa via de apreensão deslocada das relações de produção e reprodução capitalista. Como os estudos tendem a ser delimitados no âmbito das questões que se manifestam enquanto problemas de ordem social, está explicado, *a priori*, por qual manobra teórico-metodológica a velhice senil, com perdas acentuadas da capacidade funcional, aparece cientificamente comprovada como sendo um dado natural dessa fase da vida humana (TESE NORDESTE, 2012, p. 48)

Para a autora, essa visão limitada sobre a velhice contribui para reforçar o ideário conservador e homogêneo que ainda paira sobre os estudos no campo da Gerontologia, pois, se o objeto de estudo é o velho que pertence à classe trabalhadora, o adoecimento e as condições precárias de vida são consequências das demandas sociais históricas dos trabalhadores, quando estes não têm suas necessidades mínimas atendidas, o que não pode ser representado por uma abordagem natural e universal do envelhecimento humano.

A afirmação de que o envelhecimento não pode ser tratado apenas em sua dimensão clínico-biológica é uma das justificativas encontradas para dar sustentáculo à Gerontologia Social, bem como à Gerontologia Social Crítica (quando se fala que a condição de classe é central para compreender o processo de envelhecimento em tempos de capital). Teixeira (2008, p. 30) corrobora com a percepção de que o homem envelhece sob certas condições de vida, determinadas

pelo lugar que ele ocupa nas relações de produção e reprodução social. Dessa forma, segundo a autora, não é razoável tratar os modos de envelhecer de forma universal, pois na sociabilidade fundada pelo capital, a pobreza e a desigualdade social são reproduzidas e ampliadas no envelhecimento do trabalhador.

Apesar de citada no início, contraditoriamente, a Dissertação Centro-Oeste (2010) também considera a necessidade de perceber a velhice não apenas a partir das mudanças físicas e biológicas, mas que é importante considerar ainda as dimensões psicológica e social. Para ela, a visão que tem sido difundida sobre a velhice a considera como um processo de perdas e declínio, sendo necessário ultrapassar esse paradigma. Segundo a autora:

O modelo de velhice preconizado na sociedade atual enfoca o envelhecimento como uma fase associada a perdas, dicotomizando a existência da pessoa e negando as potencialidades existentes apesar da idade cronológica. É necessário contemplar o ser humano idoso em sua totalidade, em suas dimensões biológica, psicológica e social (p. 88).

O foco na cronologia e a associação do passar do tempo da vida humana a um tipo de velhice decadente tem marcado tanto o senso comum como também os estudos e políticas destinados a atender as necessidades específicas dos velhos. Interpretações limitadas sobre a velhice e o processo de envelhecimento podem repercutir, inclusive, na criação de políticas e práticas sociais segregadoras, paternalistas, rejeitadoras ou discriminativas (NERI, 2001). Como afirma Debert (2006), é necessário fazer distinção entre o fato natural e universal, que é o ciclo biológico do ser humano, do fato social e histórico, que é a variabilidade das formas de envelhecer.

Mesmo quando comparece o viés biológico, na maioria dos trabalhos analisados (em cinco dos oito trabalhos não comparece) há o reconhecimento de que conceituar a velhice unicamente a partir desse caminho limita a compreensão do processo de envelhecimento na sociedade atual. Há ainda a concordância de que, o fato da velhice se apresentar enquanto um fenômeno também biológico, não quer dizer que ele seja homogêneo e natural pelo decorrer dos anos, mas pode se manifestar de várias formas. A Tese Leste (2012), depois de caracterizar o envelhecimento nas suas variadas dimensões, coloca o aspecto biológico como última caracterização: “Não há dúvida de que a velhice é também um fenômeno

biológico, apesar disso, o declínio pode se dar de modo distinto em cada pessoa, que será mais acentuadamente revelado de uma pessoa para outra” (TESE LESTE, 2012, p. 37).

Ainda que tenhamos encontrado aquelas definições de velhice que partem da perspectiva orgânica do envelhecimento humano, mantém-se no Serviço Social a perspectiva de análise processual e multidimensional da velhice, dada sua maior vinculação com a Gerontologia Social. A análise da velhice que mais tem aparecido no Serviço Social a reconhece como um processo biológico, mas, para além disso, tem privilegiado as mediações no âmbito da sociabilidade.

A segunda perspectiva que pudemos identificar nos trabalhos analisados, **Velhice e Qualidade de Vida**, diz respeito aquelas conceituações de velhice que tem como principal influencia a Gerontologia Social. Essa tem sido a principal perspectiva orientadora dos trabalhos pesquisados, ainda que isso não esteja expresso objetivamente em todos os textos. A Dissertação Leste, Sul I, Sul II, Norte e a Tese Leste, demonstram em seus argumentos forte vínculo com essa perspectiva.

Na Dissertação Sul II (2010, p.16), o autor insere sua contribuição “[...] numa abordagem da gerontologia social”, na tentativa de contribuir para uma melhor qualidade nos serviços oferecidos aos idosos pelo poder público, sobretudo na ampliação dos Centros de Convivência Dia como alternativa ao asilamento. Ele defende que a vertente da Gerontologia Social trouxe “nova luz” aos estudos sobre envelhecimento humano, caracterizando-a como:

[...] uma reflexão transdisciplinar, pois não têm a pretensão de possuir uma norma única para resolver os diferentes dilemas que se apresentam sobre a problemática do envelhecimento. Nesse sentido, a gerontologia se caracteriza por ser uma ciência da qual o homem é sujeito e não somente objeto.

Um dos aspectos que deve ser destacado no processo de transdisciplinaridade gerontológica é sua articulação, integração e consenso com as diferentes disciplinas, não só da área das ciências da saúde, mas da antropologia, da biologia, da sociologia, da psicologia, da economia, do direito, das políticas sociais, da filosofia etc, envolvendo não apenas os profissionais da saúde, mas também todos aqueles que com competência e responsabilidade, dispõem-se a refletir sobre o processo de envelhecimento e os seus diferentes impactos na sociedade (DISSERTAÇÃO SUL II, 2010, p.58).

Contraditoriamente, esse autor é aquele mesmo que caracterizou a velhice partindo das Ciências Biomédicas. Com esta última citação, avistamos que, apesar de fazer uso de recursos biológicos para conceituar o envelhecimento, o autor reconhece a necessidade da contribuição de várias especialidades tanto nas ciências de saúde quanto nas ciências sociais no campo da Gerontologia. Verificamos que há uma articulação entre a primeira e a segunda perspectiva (Ciclo de Vida e Qualidade de Vida), que é mediada pelo debate da transdisciplinaridade,

Nessa segunda perspectiva, dentre os vários termos e teorias usados pelos autores pesquisados para descreverem o processo de envelhecimento, dois nos chamaram especial atenção: o de qualidade de vida na velhice e o de envelhecimento ativo. Essas são linhas de pensamento defendidas pela Gerontologia Social que aparecem, no Serviço Social, como possíveis e necessárias.

Em pelo menos quatro dos oito trabalhos pesquisados os termos envelhecimento ativo e/ou qualidade de vida estão presentes e são desenvolvidos como soluções para a questão da velhice. A Tese Leste (2012) adota essa perspectiva para conceituar a velhice, afirmando que ela hoje se apresenta como:

[...] uma etapa da vida que comporta novas buscas; que ter alcançado a idade da velhice torna as pessoas ativas e propositivas, no sentido da construção de empreendimentos, mesmo que em curto prazo; para a manutenção da vida e não do recolhimento, a menos que este lhe convenha, se isto não lhe traz sofrimento e abandono (TESE LESTE, 2012, p.21).

Essa concepção de velhice como o momento ideal para explorar as possibilidades de uma vida ativa e bem-sucedida é amplamente difundida pela Gerontologia Social que, segundo a SBGG, tem como objetivo garantir as condições adequadas para um envelhecimento com qualidade. A instituição ampara os conceitos de qualidade de vida e envelhecimento ativo como os principais pilares para que a velhice seja uma experiência positiva, acompanhada de oportunidades de saúde, participação e segurança⁶⁷. É importante considerar, ainda, no entendimento sobre qualidade de vida e envelhecimento ativo, as concepções de autonomia, independência e expectativa de vida saudável.

⁶⁷ Para mais informações sobre a defesa do “envelhecimento ativo” pela SBGG, acessar a página institucional. Disponível em: <<http://www.sbgg.org.br/publico/index.php?envelhecimento-ativo>>. Acesso em 24 abr. 2014.

O conceito de “qualidade de vida na velhice” tem grande relevância para a Gerontologia. Segundo Neri (2001), a preocupação com a “[...] qualidade de vida na velhice” teve maior relevância nas últimas décadas, com o crescimento do número de idosos e a expansão da longevidade. A autora cita o modelo criado por Lawton (1983), que descreve a qualidade de vida na velhice em quatro dimensões: a) competência comportamental, que representa os parâmetros clínicos sobre saúde, funcionalidade física e cognição; b) condições ambientais, que diz respeito às condições adequadas de acesso, conforto e segurança; c) qualidade de vida percebida, que se refere à avaliação subjetiva do velho sobre sua funcionalidade e comportamento; d) bem-estar subjetivo, que reflete a avaliação pessoal sobre o conjunto das áreas já citadas e a dinâmica das suas relações.

A partir dessas dimensões é possível verificar que o conceito de “qualidade de vida”, dentro dessa perspectiva, considera muito mais fatores biológicos e subjetivos do que as reais condições de vida dos velhos. Ainda que esteja presente a dimensão das condições ambientais, ela é avaliada em uma perspectiva micro-social, sem referência às condições de classe e pobreza.

Nos trabalhos pesquisados, a autora que fez uma maior referência a esse conceito foi a da Dissertação Sul I (2011), apresentando um arquétipo de como é possível alcançar “qualidade de vida” na velhice.

A qualidade de vida do idoso pode ser garantida por um conjunto de medidas como: a prevenção, a educação gerontológica nas escolas para melhorar o convívio intergeracional, programas de reabilitação, centros-dia, centros de convivência e também, nos espaços destinados ao convívio intergeracional e geracional, como a família e os grupos de convivência. Entretanto, essas iniciativas necessitam ser estendidas ao conjunto da população de forma emancipatória (DISSERTAÇÃO SUL I, 2011, p. 46).

Na defesa da qualidade de vida na velhice, a autora aponta a necessidade de ações coletivas, e acrescentamos públicas, para que a população tenha acesso a uma velhice menos “trágica”, fazendo uso do termo de Haddad (1986.a). Para ela, os meios de acesso à qualidade de vida estão ligados a saúde e atividades educativas, de lazer e sociabilidade

Os estudos demonstram que os idosos que têm acesso a uma maior qualidade de vida podem prolongar ainda mais a sua existência, através dos meios que acessam, com um atendimento de saúde mais qualificado e vários programas e serviços ofertados, tais como: as universidades para a

terceira idade, os grupos de convivência e as atividades educativas e de lazer (DISSERTAÇÃO SUL I, 2011, p.47).

No entanto, em outro trecho, a autora da Dissertação Sul I parece acreditar que essa “qualidade de vida” pode ser vivenciada por todos, quando afirma que:

A qualidade de vida do idoso envolve um conjunto de fatores e pode ser vivenciada por toda a população a partir dos 60 anos, independentemente de restrições e dificuldades decorrentes da saúde. Envolve também o apoio de familiares, pessoas próximas como também de instituições de apoio, como aquelas que realizam ações destinadas ao lazer e ao bem-estar da população idosa. A qualidade de vida, além dos aspectos mencionados, diz respeito à sensação de pertencimento social que reflete a importância da participação e do convívio geracional e intergeracional (DISSERTAÇÃO SUL I, 2011, p.92).

Nesse trecho da dissertação, parece que a autora corrobora com a ideia de que a “qualidade de vida” pode ser vivenciada por todos, independente de restrições de saúde ou ainda das condições materiais de vida do sujeito velho. Compreendendo a questão da velhice dessa forma, tal perspectiva encarrega o sujeito (e seus familiares) da decisão de “[...] quanto e como viver”, compartilhando da ideia de que “[...] cada um vive como quer” (GUIMARÃES, 2008, p.236).

O conceito de “envelhecimento ativo”, alinhado à perspectiva da qualidade de vida, é definido, segundo a Organização Mundial de Saúde, como o “[...] processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas” (OMS, 2005, p. 13). A perspectiva do envelhecimento ativo/produtivo é influenciada pela “teoria da atividade” (HAVIGHURST; ALBRECHT, 1953 *apud* NERI, 2001), que tem como noção básica a ideia de que quanto maior o envolvimento dos velhos em atividades, maior a sua satisfação, a saúde física e mental e a aceitação social.

Segundo Neri (2001), a teoria da atividade é uma das mais influentes na Gerontologia Social, validada por várias pesquisas como a vertente que oferece fundamentos para uma velhice bem sucedida. No entanto, a autora identifica que a maior limitação da teoria da atividade está no fato dela desconsiderar a diversidade de experiências de envelhecer, determinando de forma absoluta que o aumento da atividade causa conseqüente satisfação.

Essa abordagem encontrou respaldo a partir da difusão do ideário do envelhecimento ativo, em uma proposta de otimização das condições de vida do velho, tornando-o ativo por mais tempo através de ações no campo da saúde, educação e lazer. Segundo Teixeira (2008), o ponto de partida dessa influência foi a Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento (AME), em 1982, em que foi traçado o Plano de Ação Mundial sobre o Envelhecimento (PAME) com intuito de incentivar a criação de políticas dirigidas aos idosos, nas esferas governamental e não governamental. Na II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, em 2002, a abordagem do envelhecimento ativo foi reafirmada, fornecendo estratégias a serem seguidas pelos governos, setores privados e entidades que lidam com a questão da velhice.

No universo dos trabalhos analisados nessa pesquisa, a direção do envelhecimento ativo aparece como a necessária solução para a questão da velhice. A autora da Dissertação Leste (2010, p. 31), afirma que entende “[...] que não há uma fórmula para o tão propagado envelhecimento bem-sucedido”, mas continua defendendo que o

Envelhecimento ativo é propagado como sendo o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida à medida que as pessoas ficam mais velhas. Este conceito refere-se tanto a indivíduos quanto a grupos populacionais permitindo que as pessoas percebam o seu potencial para o bem-estar físico, social e mental ao longo do curso da vida, estimulando sua participação na sociedade de acordo com suas necessidades, desejos e capacidade (DISSERTAÇÃO LESTE, 2010, p. 31).

Há, ainda, um tipo de prescrição para alcançar tal feito. Em seu trabalho, a autora da Dissertação Norte afirma que os principais fatores que contribuem para o “envelhecimento ativo” são:

[...] a união dos serviços de saúde com os serviços sociais, tendo como foco a promoção da saúde, a prevenção e controle das doenças e articulação dos serviços no eixo da atenção primária; determinantes pessoais, biológicos e comportamentais, que se dá por meio da adoção de estilos de vida e hábitos saudáveis, como uma alimentação adequada, não fumar nem ingerir bebidas alcoólicas, praticar atividades físicas, não fazer uso largo de medicamentos e participação ativa no autocuidado; ambiente físico adequado para prevenir acidentes, como quedas; determinantes sociais, com ênfase nos direitos sociais que assegurem proteção aos idosos e prevenção de abusos contra sua integridade física, psicológica, social e moral e determinantes econômicos, valorizando a inserção dos idosos em alguma atividade produtiva que lhe permita complementar sua renda financeira em articulação com a família e a comunidade (DISSERTAÇÃO NORTE, 2012, p.66).

Partindo da citação, é possível verificar através das orientações de como envelhecer, que a perspectiva do envelhecimento ativo busca primordialmente, através de tais indicações, reduzir os custos que o envelhecimento adoecido e senil representa para o Estado através do incentivo ao autocuidado. A responsabilização do idoso, da família, da sociedade e, apenas em última instância, do Estado, pela condição marginal de velhice, é um exemplo de modelo de política social que vem se instaurando na ordem do capital por influência da ideologia neoliberal. Antes disso, a autora já afirmava que para perseguir um envelhecimento ativo e bem sucedido

[...] é necessário considerar as limitações que a velhice impõe ao ser humano, mas que, ainda assim, é possível viver com o máximo de autonomia e independência na tomada de decisões próprias, no autocuidado no âmbito familiar e na vida em sociedade (DISSERTAÇÃO NORTE, 2012, p.66)

A Dissertação Sul II (2010) também confirma como a produção de conhecimento no Serviço Social tem absorvido a influência dos conceitos de e qualidade de vida na velhice e envelhecimento ativo, próprios do paradigma da Gerontologia, quando afirma que:

Nesse aspecto, o conceito de envelhecimento ativo associado ao de qualidade de vida carrega em si as noções de que ao envelhecer os idosos devem continuar mantendo um bom humor, seguido de atividades e exercícios físicos, bons hábitos alimentares e ocupação mental (DISSERTAÇÃO SUL II, 2010, p.78).

Além de seguir as regras invioláveis de boa alimentação, cuidados com a saúde e prática de exercícios físicos, o velho ainda deve, independente das condições adversas, conduzir-se com “bom humor”. Resta, nesse sentido, uma indagação: como manter o bom-humor diante das condições precárias de vida, do corpo adoecido e envelhecido por uma vida inteira de trabalho (sob o jugo do capital)?

Essa perspectiva parte do pressuposto de que a atividades físicas e mentais são, por si mesmas, benéficas e responsáveis por uma melhor “qualidade de vida”. Escondendo a realidade material, o ideário do “envelhecimento ativo” estimula a crença de que envelhecer bem só depende do próprio velho, sendo esse o principal

responsável por manter um estilo de vida saudável, o que Debert (2004) denomina a “reprivatização da velhice”.

Os velhos estruturam-se como sujeitos inseridos nessa cultura que difunde as ideologias da produção, do consumo e também de como envelhecer. Culpabilizar aqueles que não se reconhecem (por não terem acesso) no padrão encantador do envelhecimento saudável, é homogeneizar a velhice de sujeitos pertencentes a classes antagônicas que, de comum, só compartilham o fato de pertencerem a uma mesma geração.

Outra perspectiva verificada em um dos trabalhos produzidos pelo Serviço Social (DISSERTAÇÃO NORTE, 2012) foi a que associa **Velhice e Empoderamento**. Essa perspectiva relaciona-se, de certa forma, com as concepções de “qualidade de vida na velhice” e “envelhecimento ativo” (o que, nessa direção, seriam possíveis para todos). A proposta do *empowerment* tem sido usada por diferentes perspectivas teóricas, políticas e interventivas na atualidade. Geralmente, o uso do termo está relacionado com a ideia de autonomia, na transformação da situação de “exclusão” em ação e participação social.

Segundo Vasconcelos (2003), o uso da expressão teve suas primeiras referências no Brasil no início dos anos 1970, tendo como principais emissores os movimentos sociais que emergiam naquele período, como o de mulheres e de negros. O termo “empoderamento” tem ainda forte influência foucaultiana no que se refere à noção de poder relacional: aquele que não existe por si mesmo, mas que só pode ser exercido a partir de práticas e relações de poder (FOUCAULT, 2005).

No âmbito do Serviço Social, essa discussão tem aparecido na visão da pobreza, desigualdade e exclusão como “ausência de poder”, sendo necessário proporcionar o “fortalecimento do oprimido”. Faleiros (1997) traz essa mediação sobre poder relacional ao assinalar que a situação de pobreza se inscreve num contexto de correlação de forças, onde é necessário empoderar para operar mudanças.

Nos trabalhos que representaram campo empírico para esta pesquisa, o termo “empoderamento” aparece na Dissertação Norte, relacionado à promoção da educação em saúde, na defesa da ideia de que é necessário empoderar os velhos através do ativo educação. A autora apresenta essa relação:

A educação em saúde, inserida no modelo de promoção da saúde, está fortemente vinculada ao termo “empowerment”, que significa “fortalecimento”. Dentre os múltiplos sentidos que a categoria “empowerment” traz consigo, o mais adequado para a proposta da promoção em saúde pautada nos princípios da equidade e justiça social, é a Educação Popular ou “empowerment” comunitário (DISSERTAÇÃO NORTE, 2012, p.101).

Na discussão específica sobre educação, lembramos de Haddad (1986.a), quando afirma que a Gerontologia, preocupada com a qualidade do fim da vida, tem se colocado como autoridade para reivindicar projetos em nome dos velhos. É aí que surgem as propostas de educar o indivíduo para a velhice, educar os velhos, submetê-los a um processo de ressocialização com o propósito de “garantir um fim da vida feliz”, “acrescentar vida aos anos, e não anos à vida”, “envelhecer com decência e dignidade”, porque “saber envelhecer é uma arte” (HADDAD, 1986.a, p. 34)

Apesar da estratégia de “fortalecimento dos sujeitos”, a perspectiva do “empoderamento” está submetida aos limites da busca por autonomia e cidadania, sem interferência à resistência de classe em um nível mais amplo. Ainda que não apareça essa direção na Dissertação Norte, a estratégia do empoderamento supõe que a desresponsabilização do Estado no âmbito social não é de todo negativa, tendo em vista que “[...] a flexibilização dos serviços pode contribuir para reduzir a dependência, sem que se renuncie à garantia de direitos” (FALEIROS, 1997, p.61).

Siqueira (2013), ao analisar a categoria pobreza no Serviço Social, elenca duas questões na proposta do *empowerment*: primeiro, como alterar a “correlação de forças” numa proposta em que o empoderamento das populações empobrecidas não impacte minimamente as estruturas do poder econômico e político? Além disso, a autora coloca que o incentivo à mobilização comunitária nessa proposta está muito mais direcionado à gestão dos recursos comunitários do que à luta por direitos sociais. Segundo ela: “Distante das contradições das classes e suas repercussões na reprodução das relações sociais, a proposta de ‘empoderamento’ não altera, mas reforça as condições de exploração da classe trabalhadora pelo capital” (SIQUEIRA, 2013, p. 253).

Estratégia semelhante tem aparecido ainda na manifestação das idéias de autonomia e independência. A Tese Leste (2012), bem como a Dissertação Sul II

(2010), se sustentam na discussão desses dois pilares necessários para uma “velhice bem-sucedida”. Segundo a Tese Leste:

Autonomia e independência são qualidades que se entrelaçam, são ao mesmo tempo, condições presentes no curso de nossas vidas com diferentes formas de revelações pelas pessoas, já que é possível que uma pessoa seja dependente, sem que necessariamente tenha que perder a autonomia. A natureza da dependência e da autonomia se modifica ao longo da vida e o equilíbrio dessas duas condições vai se desfigurando. Mas ao buscar a individualidade e a identidade permitimos, ao mesmo tempo, o desenvolvimento da autonomia e, ainda, a segurança e discricção de conduzir a própria vida nos dão a confiança de que não estamos desamparados e nem sós (TESE LESTE, 2012, p. 21).

Na literatura gerontológica, autonomia e independência são elementos fundamentais para manutenção da capacidade funcional e de decisão na velhice. São conceitos que tem um significado singular para cada experiência de envelhecer e expressam, de modo individual, a afirmação da liberdade de cada um. Para a autora da Tese Leste (2012), é a ausência de dependência e autonomia que gera a necessidade de cuidado, sendo a família a maior responsável para cumprir esse propósito:

[...] no acontecimento da falta da independência e da autonomia, manifesta-se também a ausência da liberdade, liberdade de defender a própria opinião sobre qualquer tema, liberdade da ação e da linguagem, liberdade de ser cidadão, de cuidar de si, o que irá “determinar” na falta de melhor expressão, a necessidade de oferta de cuidado (TESE LESTE, 2012, p. 53).

Não está expresso, no entanto, na defesa desses conceitos, de que forma é possível garantir independência e autonomia sem que haja uma redefinição completa do modo de vida dos velhos trabalhadores. A independência física e a autonomia de decisão sobre os demais aspectos não são suficientes para que haja mudanças significativas na vida daqueles que tiveram sua força de trabalho explorada e envelhecem desprotegidos socialmente.

O autor da Dissertação Sul II (2010), ao discutir sobre independência e autonomia na velhice e, mais especificamente, sobre o seu oposto, os casos de dependência, aborda sobre o papel da família no cuidado. Esse autor, em um determinado trecho, faz uma infeliz afirmação de que o velho dependente pode causar “desequilíbrio” no âmbito familiar:

A forma como o grupo familiar percebe o processo de envelhecimento do seu idoso, acaba por determinar sua ação/relação com ele, principalmente

nos casos de dependência física ou mental; pois em muitos casos, a presença de um idoso dependente no “seio familiar”, pode causar certo “desequilíbrio”, gerando assim, conflitos na “tranquilidade e harmonia” do núcleo familiar, como se procurou refletir, dentro dos limites impostos da pesquisa, sobre as conseqüências dessas transformações para o processo de cuidado dos idosos em situação de dependência parcial. (DISSERTAÇÃO SUL I, 2010, p.22)

Ainda que colocada entre aspas, a ideia de que o velho pode causar “desequilíbrio” no âmbito familiar de “tranquilidade e harmonia”, contribui para sustentar a tese da velhice isolada, desprezível e passível de asilamento. A concepção de que a velhice representa um “problema” em si ignora o sentido real que explica a problemática social da velhice: as condições materiais de existência de seus protagonistas.

A quarta das seis perspectivas de conceituação encontradas nos trabalhos é aquela que relaciona **Velhice e Modo de Vida**. Essa abordagem se sustenta na afirmação de que a velhice é heterogênea, ou seja, não acontece universalmente da mesma forma para todos, sendo, talvez, uma das mais significativas no âmbito da Gerontologia Social e, sobretudo, para a análise feita no âmbito do Serviço Social.

Isso porque, desde o início do século XX, a grande maioria das análises baseia-se em uma visão homogênea de velhice, como uma experiência que é vivida de forma semelhante por todos os sujeitos que envelhecem. Com as alterações econômico-sociais em meados do século passado, a Gerontologia Social surge para responder às diferentes expressões do envelhecimento humano, fazendo cair, ao menos em parte, a tese de que existe apenas uma única forma de envelhecer. A Dissertação Leste (2010) afirma que “[...] não existe *um* idoso, mas *vários* idosos, com classes sociais, etnia, gênero e uma infinidade de outras características que desmistificam uma propagada homogeneização do envelhecimento” (DISSERTAÇÃO LESTE, 2010, p. 16; *grifos da autora*).

Dessa forma, nos trabalhos pesquisados, a concepção de que a velhice se dá de forma heterogênea apareceu de forma aparente em duas linhas: primeiro, a que afirma que a velhice não se dá de modo igual para todos por questões relativas à funcionalidade e à qualidade de vida; segundo, por questões de classe social.

Na primeira linha encontra-se a Dissertação Sul I (2011) que, apresentando as contradições do processo de envelhecimento, afirma:

Três teses caracterizam a heterogeneidade da velhice sob diferentes prismas: a velhice cronológica, que sinaliza o envelhecimento do organismo com o passar dos anos; a velhice funcional, concepção bastante preconceituosa, pois associa o termo “velho” à incapacidade e a outros sinônimos como “limitado”; e, ainda, uma compreensão mais moderna, a velhice entendida como uma etapa vital, que se baseia no reconhecimento de que o transcurso do tempo produz efeitos na pessoa e que esta representa uma etapa diversa das vivenciadas anteriormente. No decorrer deste trabalho fica evidente a aproximação com a concepção da senectude enquanto uma etapa da vida, o que permite inferir a sua heterogeneidade e descartar qualquer associação com processos discriminatórios, vexatórios ou preconceituosos (DISSERTAÇÃO SUL I, 2011, p.42).

A linha seguida pela Dissertação Sul I (2011), a de que a velhice é uma “etapa da vida” diversa das vividas anteriormente, não aparece como tão diversa das outras citadas, que classificam como velho aquele que viveu certa quantidade de anos e está em uma “etapa da vida” marcada pela perda funcional, em comparação com as outras “etapas”. A concepção de heterogeneidade sobre o qual a autora se refere está muito mais relacionada com a forma com que a velhice é percebida (se de modo discriminatório ou não), do que com as diferentes formas de envelhecer na conjuntura contemporânea, onde a sociabilidade é regida pelo capital. A autora chama ainda a atenção para a necessidade de intervenção do Estado e de ampliação da concepção de velhice para a formulação de políticas públicas:

Não é possível analisar o envelhecimento populacional isoladamente, mas sim através de suas ramificações e de uma avaliação profunda, que contemple, além do contexto histórico, os valores que pautam as condições e o modo de vida de cada sociedade e, para além dos avanços em termos de legislação garantidora de direitos, as reais condições para que possam ser materializados, o que sintetiza o nível de sociabilidade. Há um descompasso entre o aumento da expectativa de vida e o desenvolvimento do país, em decorrência de uma realidade que não concebe a inserção do idoso como direito e não promove políticas públicas emancipatórias, ou as promove de modo tímido. (DISSERTAÇÃO SUL I, 2011, p. 38-39)

Em outro caminho, que não é oposto e talvez seja até complementar, encontram-se a Dissertação Nordeste e a Tese Nordeste. A Dissertação Nordeste (2011) afirma que “[...] o processo de envelhecimento não ocorre igualmente para todos na sociedade capitalista (p. 108), e distingue o envelhecer que, na ordem e no tempo do capital, se configura em uma experiência diferenciada segundo a classe a qual o sujeito pertence:

No contexto das inúmeras definições sobre velhice, considera-se que é a forma de transportar-se de criança, adolescente, maturidade e envelhecer dentro de experiências e memórias de vida, fenômenos naturais, cujas conquistas sociais nem sempre engrandecem seus direitos e sua existência.

Ou seja, o envelhecer para as classes subalternas carrega estigmas freqüentemente dolorosos pela falta de assistência e pelas necessidades físicas básicas para o desenvolvimento humano, tais como habitação, saúde etc. Diferentemente, o envelhecimento daqueles oriundos das classes dirigentes e dominantes se processa em condições de vantagens, considerando o respaldo econômico e financeiro que lhes permite os melhores atendimentos médicos, hospitalares, de terapia, lazer, alimentação e moradia, que favorecem a um determinado bem-estar social (DISSERTAÇÃO NORDESTE, 2011, p.16).

Essa última concepção sobre a heterogeneidade nos modos de envelhecer se vincula àquela que considera que o envelhecimento do trabalhador não é algo casual, isolado e externo à lógica do capital, mas que, nessa conjuntura, carrega as contradições causadas pelo desenvolvimento das forças produtivas, pela acumulação do capital e pelas desigualdades por elas geradas.

Compartilhando dessa concepção, a autora da Tese Nordeste afirma que:

Enquanto para os segmentos majoritários das populações o destino mais previsível a ser cumprido é o de envelhecer precocemente, trabalhando, acumulando doenças e perdendo capacidade funcional – ao sistema do capital – de maneira acentuada, sentindo o peso dessa velhice indesejada como um fardo que se confunde com o próprio calvário trilhado até a morte; para poucos e, cada vez menos, essa lógica não se aplica de maneira trágica, mesmo havendo a doença, pois, longe destes, a velhice daqueles é um dado estranho, quase desumano, não fossem humanas as mudanças que o tempo, à revelia do ser, mais cedo ou mais tarde, tratará de proceder. Há uma nítida diferença entre o traçado das linhas que o tempo imprime ao corpo de uma mulher e de um homem na condição de “espécie” que personifica o trabalho, e o traçado no corpo de um homem e de uma mulher na condição de “espécie” que personifica o capital, mesmo que estes e aqueles pertençam a uma mesma geração (TESE NORDESTE, 2012, p.117)

Em concordância com a direção que assumimos aqui, a Tese Nordeste (2012) consegue sintetizar a análise de que a velhice, para a classe trabalhadora (segmento majoritário das populações), carrega especificidades que dizem respeito ao modo com que o trabalho repercutiu no seu modo de viver e envelhecer. Mesmo pertencentes à mesma geração, segundo a autora, um velho que pertence à classe trabalhadora tem marcas distintas daqueles que pertencem à classe dominante, não somente em seus corpos, mas em suas vidas, histórias e relações sociais.

Em sentido complementar a concepção apresentada sobre a velhice ser experienciada de forma particular para aqueles pertencentes à classe trabalhadora, pudemos observar a tendência que relaciona **Velhice e Questão Social**. Na Tese

Nordeste (2012) encontramos a articulação entre o envelhecimento do trabalhador (sob determinadas condições) e a “questão social”. A autora contextualiza o momento histórico em que a velhice se apresenta enquanto uma expressão da questão social, chamando a atenção para a importância dessa análise pelo Serviço Social, admitindo o seguinte conceito de envelhecimento:

[...] não se trata do processo de envelhecimento humano em seu entendimento “natural”, “atemporal” e “global”, mas da velhice produzida no âmbito da sociedade moderna. Trata-se, escrito de outra maneira, da velhice reproduzida nos limites das condições concretas no espaço e no compasso do tempo do capital, uma questão contemporânea para o Serviço Social (p.25).

O envelhecimento humano vivenciado no tempo do capital, tempo onde a força de trabalho é explorada, o capital é valorizado ao passo que o homem é desvalorizado, e o conjunto da classe trabalhadora é aviltada, sobretudo aqueles que são considerados supérfluos para o capital (como os sujeitos envelhecidos), é reproduzido com particularidades que, no geral, não são expressas pelas análises generalistas sobre a velhice. Dessa forma, considera-se que o envelhecimento do trabalhador, em tempos de capital, pode se manifestar enquanto uma expressão da questão social quando vivenciada sob determinadas condições de vida:

Assim, a magnitude do envelhecimento das populações, nas condições objetivas de vida em que se processa para a grande maioria dos seres humanos em escala mundial, configura-se como uma das novas expressões da “velha” questão social, tendo em vista que se manifesta como reflexo da histórica luta de classes, ou seja, do antagonismo estrutural inconciliável entre capital e trabalho. (TESE NORDESTE, 2012, p.32)

Essa relação também é feita por Teixeira (2008), quando afirma que o fato de haver idosos em diferentes classes sociais faz com que o envelhecimento seja vivido de formas diferentes. Para a autora,

[...] é para os trabalhadores envelhecidos que essa etapa da vida evidencia a reprodução e a ampliação das desigualdades sociais, constituindo o envelhecimento do trabalhador uma das expressões da questão social na sociedade capitalista, constantemente reproduzida e ampliada, dado o processo de produção para valorização do capital, em detrimento da produção para satisfazer as necessidades humanas dos que vivem ou viveram da venda da sua força de trabalho (TEIXEIRA, 2008, p. 41).

Ao considerar que a problemática social do envelhecimento é fruto das contradições engendradas no processo de produção e reprodução social, é possível

compreender que a forma com que a velhice é percebida resulta do movimento contraditório entre o movimento do capital, que constitui o determinante fundamental para entender a velhice enquanto uma expressão da questão social (sob condições de pauperismo), e as lutas sociais e reivindicações pelas demandas do envelhecimento, responsáveis pela conquista de direitos sociais e por tornar pública a questão da velhice.

A conquista de direitos no campo do envelhecimento humano representa a contradição de classes onde estão de um lado, a classe trabalhadora, demandando políticas de atendimento às suas necessidades humanas, e, de outro, a lógica capitalista, que absorve essas demandas e as reconstrói, de modo que permitam a continuidade da reprodução expansionista do capital (TEIXEIRA, 2008). Ao caracterizar a velhice em Caxias-MA como uma expressão da questão social, a autora da Dissertação Nordeste (2011) elenca os preceitos legais que garantem proteção social aos velhos e afirma:

Mesmo diante de tais preceitos legais, a complexificação da sociedade capitalista e suas contradições de classes a mantêm distante da emancipação humana. Ou seja, o modo de produção capitalista necessita das desigualdades sociais e da permanência das relações de classes antagônicas para ampliação do capital (DISSERTAÇÃO NORDESTE, 2011, p.63).

Sem que haja alterações na produção e reprodução do sistema capitalista, não será possível uma transformação significativa na realidade dos velhos. O Estado, pressionado a dar respostas à questão social e suas expressões, satisfaz as demandas geradas pela contradição do sistema capitalista; no entanto, ainda que as políticas sociais sejam reação das lutas sociais, são usadas como instrumento de tutela e controle da pobreza, condição necessária ao domínio do capital.

Um dos primeiros trabalhos no âmbito do Serviço Social a relacionar velhice à “questão social”, já citado aqui, foi o de Salgado (1980). No entanto, a abordagem do autor não relaciona diretamente “questão social” às contradições postas na relação entre trabalho e capital na sociedade capitalista. Antes, caracteriza a velhice como uma nova problemática que demanda atenção social e política, e por isso, uma “nova questão social”. Para ele, “[...] a questão social do idoso, face ao próprio número maior em que se apresenta, exige uma política ampla e expressiva que

suprima definitivamente a cruel realidade que espera aqueles que conseguem viver mais” (SALGADO, 1980, p. 18).

Fazendo uma crítica direta à expressão empregada por Salgado, a autora da Tese Nordeste (2012) afirma que o envelhecimento do trabalhador não é uma “nova questão social”, mas se manifesta como expressão da “velha questão social”, na forma da velhice pauperizada, fruto da dinâmica contraditória na relação entre capital e trabalho. Segundo a autora: “Portanto, não se trata da velhice como uma “nova questão social”, tendo em vista serem as mesmas as modalidades de exploração que produzem a estigmatização e a segregação da velhice” (TESE NORDESTE, 2012, p.125). O fato é que a velhice não representa uma “nova questão social”, mas que a classe trabalhadora, ao provar dessa “cruel realidade” no seu envelhecer, dadas as suas condições materiais de vida, vivencia na velhice demandas que podem se manifestar como expressões da questão social.

Concluindo a ideia defendida pelas duas últimas perspectivas (a velhice é heterogênea segundo a condição de classe e a velhice da classe trabalhadora pode se manifestar enquanto expressão da questão social), um dos trabalhos analisados nessa pesquisa trouxe a proposta, apresentada e discutida desde o primeiro capítulo, da Gerontologia Social Crítica (TESE NORDESTE, 2012).

Nessa proposta, que relaciona **Velhice e Totalidade Social**⁶⁸, a velhice e seus fatores relacionais são colocados no contexto da sociedade capitalista, e é dessa forma que se torna possível compreender esse fenômeno na perspectiva da totalidade social, articulando o modo de vida dos trabalhadores envelhecidos com a condição de classe, no processo de construção da sua história. Segundo a autora da Tese Nordeste (2012):

[...] chegar aos 80 anos é um privilégio que está vetado a várias populações no contexto mundial. A desigualdade que marca substantivamente a vida de milhões e milhões de indivíduos, protagonizando uma situação quase irreversível de não realização das suas necessidades básicas e potencialidades humanas – objetivas e subjetivas – ao longo de todo o curso de vida, não será menos incidente na velhice. Não há, portanto,

⁶⁸ Dos trabalhos pesquisados, a Tese Nordeste (2012) é a que faz a articulação entre Velhice e Questão Social e Velhice e Totalidade Social. Neste trabalho, essas duas dimensões (questão social e totalidade social) aparecem como indissociáveis, pois, ao pensar o envelhecimento numa perspectiva de totalidade social é necessário concebê-la, sob certas condições, enquanto uma expressão da contradição entre capital e trabalho, portanto da questão social. Ainda assim, fizemos questão de separá-las na nossa explanação, pois sabemos que nem todas as concepções sobre questão social estão vinculadas a perspectiva da totalidade social, como é o caso da obra do assistente social Marcelo Antonio Salgado.

motivos razoáveis para se defender uma mística da velhice ou mesmo um envelhecimento transcendental, porque o indivíduo que envelhece não está alijado de sua história de vida como um ser social (TESE NORDESTE, 2012, p.22).

O sentido crítico de análise da velhice adotado pela autora é o mesmo difundido por Haddad (1986.a), quando afirma que a sociedade capitalista, transformando as pessoas em coisas/mercadorias, condena o trabalhador à degradação em toda a sua trajetória de vida. Diferentemente do que é defendido na grande parte da Gerontologia, a perspectiva da totalidade social leva em consideração as condições objetivas de vida e trabalho na sociabilidade capitalista, sem generalizar aspectos que só representam a realidade vivida por uma minoria de velhos (como por exemplo, a proposta generalizada do “envelhecimento ativo”). Para a Tese Nordeste (2012), a velhice está condicionada à inserção em classes sociais, e isso não está presente nos discursos gerontológicos:

Condicionada, então, pela inserção nos segmentos e classes sociais, a velhice, experimentada pela “espécie” que necessita vender a sua força de trabalho para sobreviver, traduz o resultado de um sistema que subordina as qualidades e necessidades humanas à ditadura do trabalho gerador de mais-valia, à racionalidade do capital. Certamente, este não tem sido um enfoque privilegiado no discurso e na produção do conhecimento gerontológico. A ênfase nos estudos focados no velho ou na velhice, isolados de uma análise totalizadora, é uma tendência encontrada no campo da Gerontologia, cujas estruturas de pensamento que a legitima é derivada da reprodução e não da ruptura do sistema do capital (TESE NORDESTE, 2012, p.30).

A tendência encontrada no campo da Gerontologia, longe de uma análise na perspectiva da totalidade social, é construída a partir de um modelo fortemente influenciado pela hegemonia médica na abordagem multidisciplinar, produzindo concepções relativamente universais, uniformes e simplificadas sobre a velhice na sociedade moderna. Sabe-se que as agências especializadas no envelhecimento humano ligadas à Gerontologia são legitimadas pela reprodução de um discurso de abrangência universal, servindo de modelo a todos os segmentos sociais (GUEDES, 2000).

A ênfase dos estudos no âmbito da Gerontologia pautados, segundo Haddad (1986.a), em uma ideologia fundamental à reprodução das relações capitalistas, indica um conjunto de representações sobre a velhice que descaracterizam e fragmentam o velho da realidade social. Também Teixeira, em uma visão de

totalidade, privilegia a análise das relações de classe, compreendendo que a ausência dessas mediações camufla as condições objetivas de existência dos velhos e contribui para a reprodução das relações materiais dominantes. Para a autora da Tese Nordeste (2012):

Na perspectiva totalizadora, a velhice do trabalhador não é um dado isolado das relações de produção e reprodução social. Processa-se como produto da dinâmica histórica da exploração do capital sobre o trabalho e os resultados desse processo são deletérios no curso de vida da “espécie” que vende a sua força de trabalho (TESE NORDESTE, 2012, p. 213).

A perspectiva da totalidade social nos estudos sobre envelhecimento humano, apesar de escassa em termos quantitativos (no sentido de que poucos autores têm adotado essa abordagem na análise da velhice), encontra um campo de possibilidades no âmbito do Serviço Social, carecendo ser mais explorada na medida em que proporciona uma compreensão concreta sobre a condição de vida dos velhos, podendo imprimir direção às pesquisas e intervenções em consonância com o projeto ético-político adotado pela profissão.

As perspectivas de conceituação da Velhice que fazem mediação com as concepções de Ciclo de Vida, Qualidade de Vida, Empoderamento, Modo de Vida, Questão Social e Totalidade Social, e se apresentaram nas teses e dissertações pesquisadas, podem ser consideradas como características dos debates mais predominantes no campo do Serviço Social em torno da problemática social do envelhecimento. Considerando essas características e a necessidade de respostas profissionais do Serviço Social às demandas relacionadas à velhice, é possível elaborar cinco possíveis tendências presentes nos estudos sobre velhice pelo Serviço Social no Brasil:

1. Está presente, na produção de conhecimento do Serviço Social sobre velhice, uma *tendência de negação do uso da abordagem estritamente biológica para caracterização do processo de envelhecimento humano*. Ainda que a influência da Geriatria permeie as elaborações teóricas dos que se propõem a estudar sobre velhice, há um esforço em desconstruir a idéia da velhice apenas como processo natural, vista como uma consequência do ciclo biológico que ocorre uniformemente,

que representa o fim da vida de todos os homens universalmente, independente dos determinantes estruturais;

2. A articulação entre as perspectivas Ciclo de Vida e Qualidade de Vida trazem, para a produção de conhecimento do Serviço Social, *uma tendência ao discurso da transdisciplinaridade, adotando a proposta de integração recíproca de várias disciplinas e áreas do conhecimento*. A dificuldade em afirmar a abordagem transdisciplinar hoje está no fato de estarmos em uma sociedade industrializada, caracterizada pela divisão social do trabalho, pela especialização e fragmentação dos saberes. Nesse entremeio, podemos destacar a armadilha do sincretismo profissional⁶⁹, quando perspectivas como Ciclo de Vida, Qualidade de Vida e Empoderamento são flexivelmente combinadas com as outras tendências, de viés mais crítico, ou com uma proposta de luta e garantia de direitos dos velhos, pela via das políticas sociais, e supostamente articuladas com o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Essas contradições, que confirmam as nossas hipóteses iniciais, nos remetem a identificar que o principal desafio para a produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social está em superar o caráter sincrético que, através de uma racionalidade instrumental⁷⁰, tem buscado soluções práticas imediatas às demandas que surgem no cotidiano, dentre elas as que se relacionam com o envelhecimento do trabalhador. Na produção de conhecimento, esse caráter tem aparecido expressivamente através do ecletismo teórico que, segundo Coutinho (1991), implica em “[...] conciliar pontos de vista inconciliáveis, em nome do pluralismo” (p.13).

3. A vinculação com a gerontologia social e o uso de conceitos como “qualidade de vida na velhice”, “envelhecimento ativo” e “*empowerment*”, apresentados nas perspectivas Qualidade de Vida e Empoderamento, representam uma *tendência à responsabilização do sujeito através da idéia do autocuidado*. Ao passo que essas perspectivas não relacionam diretamente a condição dos velhos à perspectiva de classes, desconsiderando que a situação de pobreza, adoecimento,

⁶⁹Recuperamos a categoria sincretismo caracterizada por Netto (2009.a) para discutir sobre a dificuldade de ultrapassagem do conservadorismo presente na própria constituição da profissão que, segundo ele, carece de um “referencial teórico crítico-dialético” e mantém uma estrutura sincrética, imediata e heterogênea. Segundo ele, “O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social” (NETTO, 2009.a, p. 88).

⁷⁰ Segundo Guerra (2011), a razão instrumental é uma dimensão da razão dialética limitada às operações formal-abstratas e às práticas fragmentadas, instrumentais e descontextualizadas, servindo assim à reprodução social da ordem burguesa.

desprezo e isolamento dos velhos está fundada na própria lógica do capital, o uso de determinados conceitos contribui, de um lado, para que a questão da velhice seja colocada na pauta das discussões públicas, incentivando a mobilização governamental, não-governamental e privada. Por outro, servem ao discurso da “ideologia da velhice”⁷¹, na medida em que descaracteriza o velho da sua história e responsabiliza-o (a ele e a sua família) pela sua própria condição, propondo soluções para sua vida sem que conheçam as suas condições objetivas de existência: são conceitos esvaziados de sentido para os trabalhadores envelhecidos. Ressalte-se que, sob tal ponto de vista, a Gerontologia constitui valores quase dogmáticos e inquestionáveis, onde são congregados diversos saberes que produzem um modelo de velhice preciso. Por essa via, as interpretações objetivas e naturalizadas sobre o envelhecimento, próprias da Geriatria, são transpostas para as análises de cunho social, o que conduz à incorporação de algumas generalizações sobre a velhice.

4. Ainda que a direção teórica esteja sendo permeada por alguns equívocos, *há uma tendência, nos estudos sobre velhice do Serviço Social, à direção política na luta pela garantia dos direitos dos velhos*. Nos estudos que apresentaram as seis perspectivas - Ciclo de Vida, Qualidade de Vida, Empoderamento, Modo de Vida, Questão Social e Totalidade Social - unanimemente há o foco em discussões que ressaltam a defesa dos direitos dos velhos e a luta por políticas sociais efetivas (sobretudo nos campos da saúde e assistência social). Para além da luta por políticas sociais de qualidade nos marcos do capitalismo, a perspectiva da Totalidade Social defende ainda a construção de uma nova sociabilidade sem exploração de classes, em uma sociedade mais justa e igualitária;

5. Apresenta-se como uma das possibilidades mais promissoras nos estudos sobre velhice no Serviço Social, a delimitação da problemática do envelhecimento no contexto social, político e econômico, em uma *tendência de análise da velhice do trabalhador associada às determinações macro-sociais que incidem no modo como ela se expressa de forma particular nas vidas dos sujeitos velhos*, o que possibilita

⁷¹ Fazemos referência à obra de Haddad (1986.a), intitulada *A Ideologia da Velhice*, onde a autora analisa o “[...] conjunto de representações sobre a velhice presentes no discurso produzido pela gerontologia social, pelo Estado brasileiro e pelo SESC, entendidas como idéias, noções, valores, normas, etc. que ocultam a realidade vivida pelos homens no interior da nossa sociedade, ocultando, enquanto prática da dominação e da mistificação, que a velhice é produto da existência objetiva dos homens” (HADDAD, 1986.a, p. 18).

uma apreensão de forma crítica e comprometida com essa demanda. As perspectivas Modo de Vida, Questão Social e Totalidade Social têm revelado a importância de perceber a velhice como um fenômeno heterogêneo, que, apesar de natural à espécie humana, se manifesta de diferentes formas segundo as condições de classe. É utópico pensar na problemática social do envelhecimento apartada dos mecanismos de produção e reprodução social no tempo do capital, traduzidos na exploração do trabalho, por isso entendida enquanto uma das expressões da “questão social”. Especialmente para o Serviço Social, profissão que tem se empenhado em construir um projeto profissional alinhado com as demandas da classe trabalhadora, surge a possibilidade de se estudar o envelhecimento humano numa postura comprometida com as demandas dos trabalhadores velhos para além do suprimento de suas necessidades de sobrevivência, e estando também alinhada com o projeto ético-político adotado pela profissão. Considera-se que pensar a problemática da velhice na perspectiva da totalidade social requer estar articulado com o movimento de classes, no enfrentamento das profundas desigualdades engendradas pela lógica dominante, e na elaboração de uma agenda que garanta a defesa e ampliação direitos dos velhos.

Parece-nos claro que essas cinco tendências não são excludentes, mas podem se entrecruzar ou se complementar. Por exemplo, entre as tendências 1, 2 e 3, entre a 1 e 5, ou qualquer uma delas com a tendência 4. No entanto, há um confronto teórico-político sinalizado, sobretudo entre as tendências 3 e 5: a tendência 5 revela uma aproximação com a nossa primeira hipótese, de que as produções sobre velhice no Serviço Social têm refletido o posicionamento da categoria em seu projeto ético-político profissional; enquanto a tendência 3 reitera nossa segunda hipótese sobre a influência das múltiplas abordagens investigativas nesse campo. Pensamos que as implicações resultantes desses diálogos e confrontos trarão um saldo rico e fecundo para o debate sobre velhice no Serviço Social, que permitirá avançar na composição de produções acadêmicas sólidas e comprometidas com a qualidade das respostas dadas a essas demandas.

Ainda assim, cada uma dessas tendências contribui para conferir à articulação entre velhice e Serviço Social distintas formas de visibilidade: no confronto teórico, é a afirmação de determinadas tendências sobre outras que determinará maior ou menor vinculação com os princípios ético-políticos garantidos

pela direção social estratégica que a profissão explicitou nas últimas décadas. O aporte de fundamentos teóricos ligados à Geriatria (revelados na perspectiva Ciclo de Vida), Gerontologia Social (Qualidade de Vida, Empoderamento, Modo de vida) e à Gerontologia Social Crítica (Modo de vida, Questão Social e Totalidade Social), politicamente vinculados à luta pela garantia de direitos dos velhos, indicarão por qual caminho o Serviço Social desenvolverá a articulação com a problemática social da velhice. Somente através de uma perspectiva teórico-política que permita a apreensão das contradições do sistema capitalista em seu movimento histórico, será possível assegurar que os elementos críticos e emancipatórios que a cultura profissional vem defendendo nas últimas décadas sejam potencializados nos debates sobre envelhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podem-se depreender algumas considerações finais sobre nossa busca pelas perspectivasteórico-políticas da produção de conhecimento sobre velhice no Serviço Social; considerações essas que exprimem as relações entre a profissão e a questão do envelhecimento humano no cenário contemporâneo. Pela complexa conjuntura pautada pela ofensiva capitalista e pela lógica neoliberal, onde o velho é colocado em um lugar de descarte, o cumprimento do nosso objetivo exigiu a consideração de muitas determinações na apreensão intelectual dessa temática pelo Serviço Social.

Aqui tentamos fazer o retorno que nos permitirá conhecer as perspectivasque norteiam os estudos sobre velhice no Serviço Social, fazendo o que Marx (2008, p. 258) chama de “caminho de volta”⁷². Após todo percurso traçado até agora, retornamos ao nosso objeto na construção da possibilidade de uma síntese em relação à totalidade social, que se apresentará agora de forma não mais caótica, mas enquanto um concreto pensado.

Se consideramos o envelhecimento humano como fenômeno humano-social, verificamos que nas últimas décadas houve um avanço no tratamento teórico dado à velhice, em decorrência do crescimento da intervenção e pesquisa no campo da Gerontologia, especialidade que se subdivide em Geriatria e Gerontologia Social⁷³. Essas vertentes, que se colocam como formadoras de *experts* da velhice, supostamente retêm as indicações necessárias para o alcance do bem-estar na velhice, disseminadas homogeneamente para todo velho, seja qual for a sua condição de existência. As orientações da Geriatria e Gerontologia Social são pautadas nos aspectos clínicos, biológicos, psicológicos, culturais e sociais, sendo absorvidas pelos profissionais que com elas dialogam, dentre eles o assistente social.

⁷² Segundo Marx, o conhecimento teórico do real é possível ao percorrer o caminho do abstrato ao concreto, o “caminho de volta”, pois é possível retornar ao objeto “[...] não como uma representação caótica de um todo, porém como uma rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 2008, p.258).

⁷³ A Gerontologia Social Crítica, perspectiva que apresentamos no primeiro capítulo, não se constitui ainda em um viés legitimado e institucionalizado pela Gerontologia, sendo uma abordagem contra-hegemônica nos estudos sobre velhice e envelhecimento que disputa espaços na literatura gerontológica atual.

A aproximação da profissão com a temática do envelhecimento se situa nos âmbitos da intervenção e da atuação política, cenários de inquietações que deságuam na produção de conhecimento, sobretudo no âmbito da pós-graduação, espaço privilegiado para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica. A presença da temática na agenda da profissão tem sido evidenciada nos últimos anos pela inserção da velhice nas discussões levadas pelas instituições político-organizativas (CRESS, CFESS, ABEPSS e ENESSO), bem como pelo crescimento do número de monografias, dissertações e teses sobre o tema. Em referência a essa produção de conhecimento, interessou-nos conhecer as perspectivas teórico-políticas que norteiam as pesquisas sobre velhice no Serviço Social.

Tendo como objetivo conhecer com que bases o Serviço Social tem produzido conhecimento sobre velhice, nosso percurso investigativo teve início ao estudarmos a condição concreta do modo de vida dos velhos, e os motivos pelo qual a velhice foi se tornando objeto de pesquisa e interesse acadêmico. Tivemos, desta feita, que delimitar a conjuntura histórica, política e econômica da emergência das especialidades dos estudos da velhice no âmbito da Gerontologia. Além de caracterizar cada uma dessas especialidades, explicitamos a finalidade para o qual elas foram criadas, os interesses em disputa nos vários momentos históricos, as abordagens usadas para explicar a velhice e os autores e teorias que subsidiam suas análises.

Continuamos através da análise da aproximação entre Serviço Social e a Gerontologia, revelando como as demandas da velhice têm aparecido à profissão enquanto solicitações que são colocadas como provenientes da condição própria de velhice, mas que, numa perspectiva histórico-crítica, podem ser entendidas como demandas da classe trabalhadora que envelhece sob determinadas condições. O Serviço Social tem percebido a importância de intervir nessa realidade, traçando respostas estratégicas e significativas para esse segmento. A participação política de assistentes sociais nos espaços de discussão, gestão e controle de políticas públicas para idosos, como as conferências, fóruns e conselhos, tem evidenciado a presença da categoria profissional na luta pelos direitos dos velhos.

No âmbito da produção de conhecimento, pudemos observar o crescimento do número de trabalhos que apresentam essa temática, bem como o gradativo aprofundamento teórico-político nas abordagens adotadas pela profissão, que se

expressa pela articulação da problemática social da velhice com referenciais analíticos de aporte crítico. Vimos que, por refletir a vivência cotidiana dos assistentes sociais com a questão da velhice, a pesquisa acadêmica tem concentrado esforços para analisar a relação desta com políticas sociais, família e com o próprio exercício profissional (seja no âmbito interventivo ou investigativo).

Por fim, retornamos ao nosso objeto completando o nosso percurso, expondo o estudo analítico de seis dissertações e duas teses, sendo essas produzidas em cada região do país, através da classificação da ABEPSS (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Leste, Sul I e Sul II). Dessa análise foi possível depreender da presença de seis perspectivas de análise que identificamos na produção de conhecimento do Serviço Social: Velhice e Ciclo de Vida, Velhice e Qualidade de Vida, Velhice e Empoderamento, Velhice e Modo de Vida, Velhice e Questão Social, Velhice e Totalidade Social. Essas perspectivas, com conteúdos teóricos e políticos distintos e, por vezes, complementares, podem ser consideradas as características de pelo menos cinco tendências possíveis que foram apresentadas ao final do capítulo 3. Dessas tendências, chegamos a três considerações⁷⁴.

Primeiro a de que, ainda que exista influência da tradição clínico-biológica nos estudos sobre envelhecimento na produção de conhecimento do Serviço Social, ela não tem participação significativa no desenvolvimento das reflexões que seguem na direção da defesa dos direitos dos velhos, como indica a tendência 1⁷⁵. É uma influência histórica que se exerce pelo domínio da imagem de velhice disseminada pela Medicina sobre as demais concepções que foram se construindo ao longo do século XX. É necessário colocar que, ao usar conceitos provenientes da tradição geriátrica, o Serviço Social deve atentar para o modo com que dialoga, conferindo a sua análise um conteúdo que contribua para construção do conhecimento crítico.

Segundo, consideramos que a Gerontologia Social é, de modo amplo, a especialidade que tem dado direção aos estudos sobre velhice no Serviço Social.

⁷⁴ É válido apontar que essas tendências e considerações não representam pontos a modo de conclusão, mas são análises iniciais, que apontam direções na articulação entre Serviço Social e problemática social da velhice, no âmbito da produção de conhecimento. O caráter inicial e aproximativo da discussão aqui proposta tem relação com a extrema complexidade da temática em questão e com o fato de, nos limites desse trabalho, não ser possível abordar as inúmeras determinações que ela comporta.

⁷⁵ As tendências que indicamos nessas considerações são as cinco que explicamos ao final do capítulo 3. A tendência 1 diz respeito à negação do uso da abordagem estritamente biológica para caracterização do processo de envelhecimento humano.

Essa afirmação se confirma tanto no número de trabalhos que fazem uso dos conceitos, teorias e abordagens dessa vertente como pelo teor presente na maioria dos estudos, que argumentam em defesa de um modelo de envelhecimento pautado nas orientações dos especialistas da velhice. Essa orientação se justifica pelo fato de a Gerontologia Social comportar um importante acervo de análises e pesquisas sobre o envelhecimento, ultrapassando o viés clínico e ampliando a discussão para os setores social e cultural. É na Gerontologia Social que o Serviço Social encontra uma literatura mais aproximada da realidade cotidiana do trabalho com idosos, que pode, até certo ponto, auxiliar na compreensão das particularidades que se processam no envelhecer.

No entanto, a literatura gerontológica encontra limites na explicação do processo de envelhecimento quando se pretende compreender essa realidade inserindo-a no contexto das profundas transformações políticas, econômicas e sociais que ocorrem na sociedade capitalista contemporânea, o que pôde ser observado nas tendências 2 e 3 (tendência ao discurso da transdisciplinaridade e à responsabilização do sujeito velho, respectivamente). Essas limitações têm como base, sobretudo, o fato de essa tradição estar fundada na irracionalidade burguesa, ou seja, nos paradigmas chamados pós- modernos⁷⁶, defendendo a ideia de que a realidade vivida pelo homem ao final da sua vida pode ser alterada através da intervenção das instituições sociais, da ciência, do Estado e do próprio velho. Essa é uma característica própria da ofensiva ideológica neoliberal, que busca compreender o modo de vida do homem a partir de concepções individualizadas e fragmentadas, como afirma Lara:

Na contemporaneidade, a irracionalidade burguesa ganha espaço no debate acadêmico, e as “plurais” concepções científicas das ciências sociais e humanas, abarrotadas de ecletismo, apresentam-se habilitadas para responder as ânsias de um modo de vida que se estabelece entre a plena realização da coisa (fetiche do capital) e a barbárie social. [...] Os “paradigmas” científicos explicam o homem tentando buscar a sua essência, mas não compreendem que a essência humana deve ser encontrada no conjunto das relações sociais (LARA, 2013, p. 217-218).

⁷⁶ Segundo Haddad (1986.a), a produção dos teóricos da velhice pode ser considerada como uma “[...] produção ideológica da ciência da burguesia e, enquanto tal, de um instrumento de dominação” (p. 33), pois nessa tradição o velho é tratado “[...] à semelhança de coisa, descaracterizado, fragmentado, visto independentemente das suas condições objetivas de existência” (p.40).

Dessa forma, fazemos nossa **terceira** e última consideração afirmando que, atenta ao conjunto das relações sociais, a Gerontologia Social Crítica, alinhada com as tendências 4 e 5 (que versam sobre a luta pela garantia de direitos e sobre a análise social-crítica da velhice), coloca-se, para o Serviço Social, enquanto um campo rico de possibilidades para compreensão do processo de envelhecimento na atualidade, tendo em vista que possibilita a apreensão das particularidades que fazem o envelhecimento da classe trabalhadora uma problemática social que deve ser analisada no contexto de uma sociedade regida pela égide do capital, onde as condições de vida e trabalho repercutem numa condição de velhice pauperizada e adoecida.

Esperamos, com nossa dissertação, poder contribuir com os esclarecimentos sobre a compreensão, apreensão e conceituação da velhice e seus determinantes na produção de conhecimento do Serviço Social, evidenciando a possibilidade de análise do envelhecimento humano numa perspectiva histórico-social crítica, alinhada ao fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social, às necessidades da classe trabalhadora e à busca pela garantia e ampliação dos direitos sociais dos velhos, cuja direção deve ser pautada pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz e CABRAL, Maria do Socorro. **O novo sindicalismo e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

ALCANTARA, Luciana da Silva. **Serviço Social e Envelhecimento**: um balanço da produção acadêmica das pós-graduações nas universidades públicas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade do estado do Rio de Janeiro.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

AMBROSIO, Eliza Regina. **Cuidado e Família**: Uma análise compreensiva do modo de caminhar a vida dos cuidadores de idosos. Rio de Janeiro, 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ANDREATTA, Ana Paula Fabbris. **Implicações do processo de hospitalização no cotidiano e nas relações familiares do idoso**. Porto Alegre, 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). **Grupos Temáticos de Pesquisa**. Disponível em: <<http://abepss.org.br/paginas/ver/9>>. Acesso em: 16 jan. 2014.

BATISTA, Elizabeth dos Santos Moura. **Memórias e condições sociais dos idosos que contribuíram para a construção de Goiânia**. Goiânia, 2010. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. 2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BENEDETTI, Adilson Sergio. **A família e o poder público local como Co-responsáveis no cuidado ao idoso parcialmente dependente**: A experiência do Centro de Convivência Dia para idosos "Agenor Bernardini" - Itu/SP. São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Cruzeiro do Sul.

BOBBIO, Norberto. **O tempo de memória**: De senectude e outros escritos autobiográficos. Trad. Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Saúde e Serviço Social no capitalismo**: fundamentos sócio-históricos. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

CACHIONI, Meire. **Quem educa o idoso**: um estudo sobre professores de universidades da terceira idade. Campinas: Alínea, 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. Estatuto do Idoso: Avanços com contradições. In: **Texto para Discussão**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Rio de Janeiro : Ipea, junho de 2013.

CARVALHO, Edmilson. A totalidade como categoria central na dialética marxista. In: **Outubro**: Revista do Instituto de Estudos Socialistas. N. 15. 2007.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elisabete. **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. Lei 8662/93.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **CFESS Manifesta**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/manifesta>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Dia Mundial de Conscientização da Violência contra a Pessoa Idosa**. CFESS Manifesta. Brasília, 16 de junho de 2011.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Dia Nacional do Idoso**. CFESS Manifesta. Brasília, 1º de outubro de 2009.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Projeto Ético-Político do Serviço Social: 30 anos na luta em defesa da humanidade**. CFESS Manifesta. São Paulo: 16 de novembro de 2009.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Avaliação Trienal 2013. **Documento de Área 2013. Serviço Social**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacaotrienal/Docs_de_area/Servi%C3%A7o_Social_doc_area_e_comiss%C3%A3o_16out.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Banco de Teses**. Disponível em: <<http://capesdw.capes.gov.br/>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. In: **Cadernos ABESS nº4**. São Paulo: Cortez, 1991.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez; Niterói: EdUFF; Brasília: FLACSO do Brasil, 1991.

DEBERT, Guida G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de. (org.) **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

DEBERT, Guida Grin. **A Reinvenção da Velhice**: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. 1. ed. São Paulo: Editora universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. In: **Lua Nova**. N. 24. São Paulo: CEDEC, 1995.

ESTATUTO DO IDOSO. Lei 10.741, 1º de outubro de 2003.

FALEIROS, Vicente. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Editora: Cortez, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. “Na prática a teoria é outra?”. In: **Serviço Social**: temas, textos e contextos. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 21ªed. Rio de Janeiro: Ed Graal, 2005.

FREITAS, Elisabete Viana de. [et.al.]. 2.ed. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 1999.

GUEDES S. L. A Concepção sobre a Família na Geriatria e na Gerontologia Brasileiras: ecos dos dilemas da multidisciplinaridade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 1-20, 2000.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. . In. CFESS/ABEPSS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais, p. 701-738. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. In: **Rev. Katálisis**, vol.16. Florianópolis: 2013.

GUIMARÃES, Renato Maia. **Decida você, como e quanto viver**. 2.ed. Brasília: Renato Maia Saúde e Letras, 2008.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da Velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.a.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. Para que servem os idosos? In: **Lua Nova**. Cultura e Política. São Paulo: 46-48, 1986.b.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **O direito à velhice: os aposentados e a previdência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. Idosos. do assistencialismo ao direito. **Revista Inscrita**. nº 6. Brasília, 2000.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1992.

HIDALGO GONZÁLEZ, Jorge G. Hacia uma gerontologia Social Crítica. In: **Revista Reflexiones**, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Costa Rica, nº 8: marzo, 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. IN: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 20.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. A dinâmica demográfica brasileira e os impactos nas políticas públicas. In: **Indicadores Sociodemográficos e de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil 2009**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/indic_sociosaude/2009/default.shtm>. Acesso em: 30 abr. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

KAMEYAMA, Nobuco. A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social: avanços e tendências (1975 a 1997). Disponível em: <http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/anteriores/binarios/congresos/reg/slets/slets-016-088.pdf>. Acesso em 29 de abril de 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÍBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LARA, Ricardo. A pesquisa no Serviço Social e a tradição materialista-dialética. In: **Sociabilidade burguesa e Serviço Social**. Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2013.

LARANJEIRA, Carlos Antonio. “Velhos são os trapos”: do positivismo clássico à nova era. In: **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.19, n.4, p.763-770, 2010.

LEAO, Alice Alves Menezes Ponce de. **Serviço Social e velhice**: perspectivas do trabalho do assistente social na articulação entre as políticas de saúde e assistência social em Manaus. Manaus, 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas.

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

LOBATO, A. T. G. Serviço Social e Envelhecimento: Perspectivas de Trabalho do Assistente Social na Área da Saúde. In: BRAVO, M. I. S. et. al. (Orgs.). **Saúde e Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOPES, Andrea. **Os desafios da Gerontologia no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2000.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e o positivismo na sociologia do conhecimento. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **Invenção Social da Velhice**. Rio de Janeiro: 1987.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. Trad. Reginaldo Sant’Anna. 31ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MARX, Karl. Trabalho alienado. Primeiro Manuscrito. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**, 1844. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 9º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, Ivanete. et al. **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAGAS, Ricardo Moragas. (Trad.) Nara C. Rodrigues. **Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida**. São Paulo: Paulinas, 1997.

NERI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em gerontologia**. Campinas: Alínea, 2001.

NERI, Anita Liberalesso. Teorias psicológicas do envelhecimento: percurso histórico e teorias atuais. FREITAS, Elisabete Viana de. [et.al.]. 2.ed. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

NETTO, José Paulo. Das ameaças à crise. In: **Revista Inscrita**, n.10, Brasília, CFESS, 2007.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7^a ed. São Paulo, Cortez, 2009.a.

NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.b.

Norma Operacional Básica/Sistema Único de Assistência Social -**NOB/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: 2005.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Plano de ação internacional de Viena sobre o envelhecimento**. Viena, 1982. Disponível em: <http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/manual/5.pdf>. Acesso em: 18 de janeiro de 2013.

Organização Mundial da Saúde (OMS). World Health Organization. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Trad. Suzana Gontijo. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social**. Recife, 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

PAPALEO NETTO. O estudo da velhice: histórico, definição do campo e termos básicos in: FREITAS, Elisabete Viana de. [et.al.]. 2.ed. **Tratado de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

PEREIRA, Potyara. Formação em Serviço Social, política social e envelhecimento populacional. In: **Ser Social**, Brasília, n. 21, p. 241-257, jul./dez. 2007.

POLÍTICA NACIONAL DO IDOSO. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.

Portal Brasil. **População Idosa no Brasil cresce e diminui número de jovens, revela Censo.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/ciencia-e-tecnologia/2011/04/populacao-idosa-no-brasil-cresce-e-diminui-numero-de-jovens-revela-censo>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Cerca de 74% dos municípios brasileiros têm Médio e Alto Desenvolvimento Humano, aponta Atlas Brasil 2013.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=3753>> . Acesso em: 14 abr. 2014.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). **Ranking IDHM 2010.** Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/ranking-idhm-2010.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

QUIROGA, Consuelo. **Invasão positivista no marxismo:** manifestações no ensino da Metodologia no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1991.

REVISTA SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. **Velhice e Envelhecimento.** nº 75. Ano XXIV, 2003.

RODRIGUES, Nara da Costa. **Política Nacional do Idoso – Retrospectiva Histórica.** Estud. interdiscip. envelhec., Porto Alegre, v.3, 2001.

SALGADO, Marcelo Antonio. **Velhice, uma nova questão social.** São Paulo: SESC-CETI, 1980.

SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo, pós-moderno e Serviço Social brasileiro.** São Paulo, Cortez, 2007.

SERVIÇO SOCIAL DO COMERCIO (SESC). **Trabalho social com idosos: 1963/1999 36 anos de realizações.** São Paulo: SESC, 1999.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Ozanira. **O Serviço Social e o popular:** resgate teórico- metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 2006.

SIQUEIRA, Luana. **Pobreza e Serviço Social:** diferentes concepções e compromissos políticos. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). **Histórico.** Disponível em: <<http://www.sbgg.org.br/profissionais/?historico>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

SORIANO, Raúl Rojas. **Manual de pesquisa social.** Trad. Ricardo Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. In: **Revista Katálisis**. v. 10. n. 2. P. 154-163. Florianópolis, 2007.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento do trabalhador no tempo do capital: problemática social e as tendências das formas de proteção social na sociedade brasileira contemporânea**. São Luís, 2006. Tese (Doutorado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Maranhão.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

The Gerontological Society of America (GSA). **History**. Disponível em: <<http://www.geron.org/About%20Us/history>>. Acesso em: 06 dez. 2013.

TORRES, Maria do Socorro do Nascimento. **Centros de Convivência: uma modalidade de atendimento aos idosos em Caxias (MA)**. Recife, 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco.

Universidade de Brasília (UnB). Programa de Pós-Graduação em Política Social. Disponível em: <<http://www.politicassocial.unb.br/>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Dissertações. Disponível em: <<http://ppgss.ufam.edu.br/index.php/dissertacoes>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

Universidade Federal do Piauí (UFPI). Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. <<http://www.ufpi.br/mestpublicas/index/pagina/id/2871>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

Universidade Federal Fluminense (UFF). Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. Disponível em: <<http://www.uff.br/politicassocial/>>. Acesso em: 09 abr 2014.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Dispositivos associativos de luta e empoderamento de usuários, familiares e trabalhadores em saúde mental no Brasil. In: **Revista Vivência** n. 32, p. 173-206, 2007.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo: Paulus, 2003.

VERAS, Renato P. **País jovem com cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UERJ, 1994.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice: aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

ANEXO

Política Nacional do Idoso	()
Políticas de Saúde	()
Políticas públicas, políticas sociais, proteção social	()
Serviço Social e Envelhecimento	()
Trabalho	()
Violência contra o idoso	()
Outras	()
10. DEDICA-SE À ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA VELHICE:	
() SIM () NÃO	
11. CONCEPÇÃO DE VELHICE:	
12. ARTICULAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL SIM () NÃO ()	